



LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO ATUAL DO SISTEMA DO MONTADO

Relatório Final

VOLUME 1

ÍNDICE GERAL DE VOLUME

Volume 1 – Relatório Final

Volume 2 – Anexo cartográfico

ÍNDICE DE CONTEÚDOS - Volume 1

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONTRIBUTOS PARA A DESCRIÇÃO GERAL DO SISTEMA DE MONTADO	11
2.1. Síntese histórica	11
2.2. Caracterização arquitetónica da paisagem do Montado	15
3. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS TIPOLOGICAS E SUA CARACTERIZAÇÃO	19
3.1. Antecedentes e pressupostos	19
3.1.1. Primeiro ensaio de delimitação com vista à proposta de inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO	19
3.1.2. Pressupostos e metodologia proposta de delimitação das áreas tipologicamente representativas ..	38
3.2. Proposta de delimitação de áreas tipologicamente representativas	48
3.3. Elementos de caracterização das áreas	59
3.3.1. Património Natural	59
3.3.2. Património Cultural	61
3.3.3. Tipologias de ocupação e propriedade rústica	76
4. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES DE RISCO E VULNERABILIDADE	78
4.1. Principais riscos e vulnerabilidades do sistema de Montado	78
4.2. Instrumentos legais e de gestão do sistema de montado	80
5. PROPOSTA PRELIMINAR DE REDE DE ESTRUTURAS DE INTERPRETAÇÃO E ACOLHIMENTO	86
5.1. Objetivos e funções a cumprir pelas estruturas de interpretação e acolhimento	86
5.2. Proposta de rede	87
6. INFORMAÇÃO PARA DISSEMINAÇÃO E DIVULGAÇÃO	93
6.1. Introdução	93
6.2. Proposta de seminário	93
6.3. Outras propostas no âmbito da comunicação	98

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Dimensão em hectares dos bens inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO, categoria de paisagens culturais evolutivas	32
Tabela 2 - Sistema agro-silvo-pastoril (agroflorestal) multifuncional do montado – análise sintética das características das áreas	50
Tabela 3 - Localização das componentes delimitadas e respeitadas áreas	53
Tabela 4 - Património natural e agroflorestal - categorias.....	61
Tabela 5 - Património cultural - categorias	69
Tabela 6 - Restrições e condicionantes.....	81
Tabela 7 - Benefícios e medidas de apoio	84

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Roteiro metodológico para processo de delimitação	19
Figura 2 – “Áreas de Montado” (Diagnóstico – Sistema Ambiental e de Riscos, Março 2009).....	21
Figura 3 – PROT Alentejo: “Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e Litoral” e “Sistema de Base Económica Regional” (Proposta Final, Março 2009)	21
Figura 4 – “Rede Complementar da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental ” (PROT Oeste e Vale do Tejo, 2009)	23
Figura 5 – “Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental – Unidades Ecológicas (agrupadas por categorias)” (PROT Algarve, 2007).....	23
Figura 6 – Área de estudo inicial.....	24
Figura 7 – Áreas abrangidas pelos PROT Oeste e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve	24
Figura 8 – Manchas de Montado nos PROT Oeste e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve	25
Figura 9 – Manchas de Montado em mais de 50% da área da freguesia, nos PROT Oeste e Vale do Tejo e Alentejo	25
Figura 10 – Manchas de Montado em mais de 50% da área da freguesia com exclusão por critérios de encabeçamento e áreas com prados e pastagens permanentes e prados temporários, nos PROT Oeste e Vale do Tejo e Alentejo.....	26
Figura 11 – Manchas de Montado com exclusões por critérios estatísticos, nos PROT Oeste e Vale do Tejo e Alentejo	26
Figura 12 – Manchas de Montado com exclusões por critérios estatísticos e distribuição do sobreiro e azinheira (IFN_95).....	27
Figura 13 – Proposta de macrozoneamento sobre manchas de Montado com exclusões por critérios estatísticos e distribuição do sobreiro e azinheira (IFN_95)	28
Figura 14 – Proposta de zonas-piloto	28
Figura 15 – Zona Piloto 1 – Serra de Grândola/ Vale do Sado (<i>Grândola e Santiago do Cacém</i>)	29
Figura 16 – Zona Piloto 2 – Charneca do Ribatejo e Alentejo Central (<i>Coruche e Arraiolos</i>)	30
Figura 17 – Zonas Piloto 3 e 4– Peneplanície de Portalegre (<i>Portalegre</i>) e Serra de Portel (<i>Portel</i>)	30
Figura 18 – Zona Piloto 5 – Barrancos (<i>Barrancos</i>)	31
Figura 19 – “Montado” segundo PROT Alentejo, 2009, IFN95, RGA2009, CLC06.....	33
Figura 20 – “Montado” segundo CLC06 por escalões de áreas de continuidade.....	34

Figura 21 – Rotas de voo realizada pela equipa técnica dos trabalhos de Levantamento e Caracterização.....	35
Figura 22 – Validação da representatividade da área de Montado e confirmação do CLC 244 – Agro-silvo-pastoril como boa base de delimitação	36
Figura 23 – Outras zonas a incluir na área de Montado delimitada.....	37
Figura 24 – Áreas a excluir da delimitação da área de Montado.....	37
Figura 25 – Áreas de “Montado” (uso 244 CLC06) no escalão de de áreas de continuidade superiores a 5.000ha	38
Figura 26 – Distribuição do CLC 244 – Agroflorestais por classes de áreas (superior a 1.000ha, superior a 2.500ha e superior a 5.000ha), no Alentejo.....	40
Figura 27 – Distribuição das classes SAF sobreiro, SAF azinheira e SAF sobreiro e azinheira do COS 2010 ...	41
Figura 28 – Distribuição do CLC 244 – Agroflorestais por classes de áreas e das classes do COS 2010	42
Figura 29 – Distribuição do CLC 244 – Agroflorestais por classes de áreas e das classes do COS 2010	43
Figura 30 – Identificação das manchas CLC 244 – Agroflorestais com dimensão > 5000 ha	44
Figura 31 – Mortalidade do Sobreiro - Alto Alentejo.....	45
Figura 32 – Mortalidade da Azinheira - Alto Alentejo	45
Figura 33 – Mortalidade do Sobreiro – Alentejo Central	46
Figura 34 – Mortalidade da Azinheira – Alentejo Central.....	46
Figura 35 – Mortalidade do Sobreiro – Baixo Alentejo	47
Figura 36 – Mortalidade da Azinheira – Baixo Alentejo.....	47
Figura 37 – Proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado nas 5 componentes.....	52
Figura 38 – Proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado da componente de Évora / Montemor-o-Novo	54
Figura 39 – Proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado da componente de Barrancos /Moura	55
Figura 40 – Proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado da componente de Arronches / Monforte / Portalegre.....	56
Figura 41 – Proposta preliminar da área de Paisagem Cultural de Montado da componente de Mértola / Serpa.....	57
Figura 42 – Proposta preliminar da área de Paisagem Cultural de Montado da componente de Almodôvar /Ourique	58
Figura 43 – Património natural presente na componente de Évora / Montemor o Novo	71
Figura 44 – Património natural presente na componente de Barrancos/Moura	72

Figura 45 – Património natural presente na componente de Arronches / Monforte / Portalegre	73
Figura 46 – Património natural presente na componente de Serpa / Mértola	74
Figura 47 – Património natural presente na componente de Almodôvar / Ourique	75
Figura 48 – Excerto da informação cadastral relativa ao município de Mértola.....	77

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Final consubstancia e reúne informação diversa trabalhada pela equipa técnica ao longo do período de execução do trabalho, em estreita articulação com o trabalho realizados por peritos com vista à produção de conteúdos científicos e técnicos especializados sobre o sistemas agroflorestal e a paisagem cultural do montado. Por outro lado, tratou-se de um processo de intensa interação com os Municípios do Alentejo, em especial com os onze Municípios que são abrangidos pela proposta preliminar de delimitação das cinco componentes de área ocupada com sistema agroflorestal do montado e que representam, de forma bastante pertinente e expressiva, as tipologias do sistema estabelecidas.

Ainda dentro deste processo, foi essencial a articulação da equipa técnica com a Turismo do Alentejo, E.R.T. enquanto promotor dos trabalhos e, através dela, com as Comissão científica e com a Comissão executiva da candidatura da Paisagem Cultural do Montado à Lista do Património Mundial. Este relacionamento tornou-se fundamental na garantia de uma melhor articulação entre os resultados deste projeto de levantamento e caracterização do estado atual do sistema do Montado e o processo de candidatura referido.

Neste caso, foi igualmente importante a equipa técnica poder dispor de trabalhos anteriores, promovidos pela mesma entidade e que contribuíram para fundamentar, quer técnica, quer institucionalmente, algumas das opções então desenvolvidas, nomeadamente no que se refere à proposta de identificação das áreas tipologicamente diversas e ilustrativas dos valores naturais do sistema do montado e caracterização do seu perfil e vocação para as atividades de visitação.

A organização global deste Relatório Final abrange cinco capítulos, para além de um anexo de cartografia produzida ao longo destes trabalhos.

No segundo capítulo, primeiro após esta introdução, os conteúdos desenvolvidos sobre os elementos históricos e de caracterização arquitetónica e paisagística do sistema de Montado encontram-se devidamente articulados com outros trabalhos em curso, designadamente elaborados por peritos, que tem por objetivo a descrição geral deste sistema. Estes trabalhos foram desenvolvidos também em articulação com o lançamento do processo de preparação do Requerimento inicial para a instrução do processo de classificação da Paisagem Cultural do Montado com património nacional na categoria de monumento nacional.

O terceiro capítulo é focado na elaboração de uma proposta de delimitação de áreas tipologicamente diversas dos valores naturais do sistema de Montado, elaborada com base no mapeamento do património cultural e natural deste sistema. Como referido, este trabalho de delimitação de áreas mobilizou resultados de projetos

prévios, realizados por outras equipas por orientação da Turismo do Alentejo, E.R.T. e, particularmente, o *Roteiro Metodológico para o processo de delimitação*¹. A integração neste relatório de elementos já anteriormente produzidos permite a qualquer pessoa que venha a consultar este relatório, enquadrar de forma mais aprofundada os pressupostos que foram utilizados como base para esta delimitação de áreas tipologicamente diferenciadas. Os mapeamentos de património natural associados ao sistema de Montado forma elaborados em estreita articulação com as equipas municipais, a quem foram fornecidas bases de trabalho para aprofundamento e monitorização futura dessas estruturas patrimoniais, quer no caso do património natural, quer do património cultural.

A descrição geral dos fatores de risco e de degradação do património forma igualmente trabalhados em conjunto com as equipas técnicas municipais e são objeto de uma síntese no capítulo quarto do presente relatório. Para além disso, acresce a estes, a sistematização atualizada do quadro global de restrições e condicionantes e de benefícios e apoios a que o sistema de Montado se encontra atualmente sujeito.

A vocação para a atividades de visitação do sistema de Montado e, particularmente, dentro das áreas tipologicamente diversas e representativas das características do sistema e da paisagem cultural que lhe está associada, constituiu um outro foco do trabalho realizado. O quinto capítulo apresenta uma proposta de estruturas de divulgação e interpretação que permitam cumprir outras funções igualmente importantes no que se refere ao envolvimento das populações e à monitorização das próprias áreas, que serão objeto de uma maior pressão por parte de visitantes e utentes. Acresce ainda uma proposta de rede de estruturas interpretativas, correspondendo a uma estrutura temática de interpretação e compreensão do sistema e da paisagem cultural do Montado, a que acresce a hipótese de estas se articularem entre si e com uma estrutura central, focada na explicação global dos princípios da convenção do Património Mundial e da respetiva Lista, bem como da leitura geral desta paisagem cultural (a concretizar no caso de a paisagem Cultural do Montado vir a ser inscrita nesta Lista).

Por último, uma nota sobre o sexto e último capítulo, que inclui uma série de propostas sobre atividades de disseminação e comunicação que podem ser fundamentais para incrementar o interesse e a motivação de todos na visita e fruição deste património natural e cultural.

Em anexo ao relatório inclui-se também uma seleção explicativa da cartografia trabalhada, de suporte aos mapeamentos realizados e à preparação e fundamentação da proposta de áreas delimitadas para as cinco

¹ Quatenaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, SA, “Estudos Técnicos de levantamento e Caracterização do Montado”, Entidade Regional de Turismo do Alentejo, outubro 2013

componentes do sistema de Montado.

2. CONTRIBUTOS PARA A DESCRIÇÃO GERAL DO SISTEMA DE MONTADO

2.1. Síntese histórica

Partindo do marco temporal da transição do séc. XVIII para o séc. XIX, como referência de período de formação do sistema agro-silvo-pastoril do montado no sul de Portugal / Alentejo, esta síntese histórica incide sobre os principais elementos e aspetos históricos que contribuíram para a sua formação e os principais aspetos e fenómenos que, posteriormente, contribuíram para a sua evolução e sustentabilidade.

Em determinado momento histórico, transição do século XVIII para o século XIX e todo o século XIX, coincidiram no tempo e no espaço, um conjunto de condições que permitiram a criação e desenvolvimento dos montados, tal como os conhecemos e os entendemos na atualidade. Essas condições, necessárias ao surgimento dos montados, foram várias: a instituição da propriedade privada plena, o predomínio da propriedade de grande a muito grande dimensão, a disponibilidade de mão-de-obra assalariada abundante e barata, o aparecimento e incremento sustentado da procura no mercado nacional e/ou internacional de bens transacionáveis específicos do montado, o surgimento de condições propícias ao despoletar das arroteias. O período histórico em que se dá a incidência dessas condições é o fim do Antigo Regime e começo do Regime Liberal, ou seja, fim do século XVIII e início do século XIX. O espaço em que ocorrem, em simultâneo, as referidas condições engloba todo o Alentejo, parte do Ribatejo, parte Sul da Beira Baixa e uma pequena faixa no limite Norte da Serra do Algarve.

Os fundamentos do que veio a constituir a versão moderna do sistema agro-silvo-pastoril do Montado, reconhecem-se em ricas e amplas influências culturais que resultaram da presença de povos que aqui conviveram e pelejaram, se influenciaram em hábitos, expressões artísticas, espaços habitados, o que originou mútuas apropriações, mais impostas, ou mais negociadas. Encontram-se muitas evidências dessa presença humana, no património literário e nas contaminações linguísticas, nos modos musicais, nos sabores que combinam a exiguidade de recursos com influências gastronómicas documentadas desde o séc. X, nas artes cerâmicas e têxteis e do amanho da terra; mas também nos ricos vestígios arqueológicos deste território, que testemunham a presença de comunidades pré-históricas que aqui se dedicaram à exploração de minérios, até às grandes propriedades agrícolas que abasteciam o Império Romano, dominadas pelas villae, conjuntos que acumulavam funções de habitação e de apoio à produção onde se poderão encontrar ancestrais dos montes alentejanos.

Aqui foi disputada durante quase cinco séculos (até ao séc. XIII) a fronteira entre o mundo cristão e o mundo árabe tendo-se fortalecido, durante o longo período da reconquista, a distribuição régia das propriedades aos

concelhos e às ordens religiosas, medidas com grande impacto na constituição e nos direitos associados ao montado que prolongaram muito o regime feudal neste território.

Durante a ocupação islâmica há referências à prática da transumância e à introdução de ovelhas merino, produtoras de lã de grande qualidade. Há notícias que se reportam a este período e que referem o incremento de conflitos entre as atividades de pastagem e de criação de gado com as áreas cultivadas. A bolota assumia então grande importância para a alimentação humana e de animais domésticos.

A história do montado foi amassada num vasto conjunto de leis de proteção e controlo dos usos e das práticas agro-silvo-pastoris.

As medidas sistemáticas de proteção do sobreiro surgem com os romanos e são compiladas pela legislação visigótica, que prevê em especial o direito de compáscuo (pasto em comum), e as implicações no caso do acesso livre das comunidades a determinados bens.

A monarquia portuguesa foi sempre muito diligente nas leis de proteção dos sobreiros e espécies arbóreas: D. Sancho I lança coimas a quem danifique os sobreiros (Costumes e Foros de Castelo Rodrigo, 1209) e D. Dinis decreta a sua guarda por homens jurados (Campo de Ourique e Santiago do Cacém) e proíbe o seu corte (Reguengo de Alcáçovas). D. Fernando faz promulgar, em 1375, a Lei das Sesmarias promovendo a limpeza de matos para uso da terra para cultivo, para fazer face à grave crise demográfica e económica na Europa que a Peste Negra agravou. Com o crescimento da população e o incremento da criação de gado, estabeleceu-se a prática de vedação das propriedades. Com o incremento desta prática, instituiu-se uma taxa obrigatória a que se deu o nome de montado (montazgo em Espanha), que se referia ao pagamento dos produtores de gado aos donos de terrenos com pastagem pelo seu direito de uso.

Embora não se fizesse ainda referência ao montado, havia um entendimento nas políticas de que deveria haver um equilíbrio entre coberto arbóreo e pastagens, o qual exigia ser encarado com prudência. O mesmo acontece neste período noutras regiões mediterrânicas, como a Catalunha e a República de Veneza. Poder-se-ia chamar a este sistema um proto-montado. D. Sancho I lança coimas a quem danifique os sobreiros (Costumes e Foros de Castelo Rodrigo, 1209), D. Dinis decreta a sua guarda por homens jurados (Campo de Ourique e Santiago do Cacém) e proíbe o seu corte (Reguengo de Alcáçovas). São promulgados Regulamentos sobre o uso das árvores, as pastagens e os campos em ordem a manter o coberto vegetal, visto como um vulnerável e reconhecido como importante recurso.

A Lei das Árvores, de 1565, no reinado de D. Sebastião, é criada para responder ao incremento das pastagens

e da produção de carvão vegetal, reconhece a importância das árvores como recurso, promove a sua proteção e incentiva a sua renovação e plantação. O uso do fogo para limpeza de matos é também sujeito a controlo. Em resultado destas políticas, criou-se um complexo sistema de uso da terra, altamente regulado e cuidadosamente gerido, incluindo ao mesmo tempo a exploração das árvores e do sob coberto.

As marcas indeléveis desse percurso anteriormente enunciadas constituem elementos explicativos da formação do sistema do montado, hoje associado predominantemente à economia da cortiça e à economia do porco. Tratam-se de duas produções com tradição histórica confirmada – a cortiça com produção industrial e mercado globalizado e o porco com marca protegida e reconhecida e que se distribuem de forma diversa no território do Alentejo.

É com o Marquês de Pombal, em meados do séc. XVIII, que o regime de propriedade vai ser profundamente alterado, deixando de constituir entrave ao desenvolvimento do montado e da montanheira. Algumas leis anteriores foram modificadas, nomeadamente, a regulamentação da transumância, que foi abolida, e a taxa de uso dos terrenos, que cessou em 1739.

Mas os usos desapropriados (pastoreio desregrado de gado ovino e caprino e queimadas para cultivo esporádico do trigo) praticados durante séculos nos matorrais com chaparros de sobreiros e de azinheira levaram à degradação da vegetação primitiva.

No Séc. XIX surge uma nova conceção do liberalismo agrário, em que a terra, liberta de antigas servidões, se concentra nas mãos de poucos proprietários, sem constrangimentos de usos. Os pastos, que antes eram comuns, são agora arrendados. Acaba o regime de Morgadio, levando a que os domínios senhoriais e a propriedade deixassem de ser indivisíveis e como tal não sujeitos a partilha. Em 1834 são extintas as ordens religiosas sendo os seus bens secularizado e incorporados na Fazenda Nacional.

O sistema agro-silvo-pastoril do montado evolui nesta fase por influências diversas, designadamente da revolução industrial e da expansão que lhe está associada do mercado da cortiça (inicialmente orientado exclusivamente para o fabrico de rolhas e posteriormente também dos aglomerados, até aos nossos dias, com uma enorme diversificação de utilizações), mercado que esteve dominado até aos anos 30 do século XX pelos espanhóis e que a partir dessa data passou a ser dominado pelos produtores portugueses. Verifica-se uma industrialização tardia iniciada no início do séc. XIX com a criação da 1ª fábrica corticeira no Alentejo (Santiago do Escoural, em Montemor-o-Novo) e a criação de fábricas, algumas delas de iniciativa de cidadãos catalães e ingleses: Robinson, em Portalegre; Fábrica do Inglês, em Silves; Mundet, no Seixal.

O final do séc. XIX e o início do XX trouxeram a maior ocupação do território do Alentejo jamais registada.

Coincide com a expansão significativa da cultura cerealífera, durante as campanhas do Estado Novo, que afetou de certo modo o sistema do montado nos seus equilíbrios instáveis, com uma forte aposta na componente agrícola e com consequências muito significativas na densidade do coberto arbóreo (que passa, nas áreas de maior intensidade de produção cerealífera, para um modelo de povoamentos muito aberto, de menor densidade arbórea).

Justifica-se uma referência especial a um fenómeno mais circunscrito, associado às políticas de colonização interna, e que diz respeito à ocupação de baldios na Serra de Serpa / Mértola, numa extensão de cerca de 20.000ha dividida em parcelas de dimensão média de 6ha, distribuídas por colonos. É construído o povoado de Vale Mortos utilizando predominantemente técnicas de construção em terra. Os colonos são foreiros, na medida em que pagam foros pela propriedade que lhes é atribuída. Por finais da década de 40, estes colonos tiveram a possibilidade de redimirem os foros para se tornarem proprietários efetivos dessas terras. Tal facto determinou que, de modo excecional nesta zona, a propriedade mantém uma dimensão média bem abaixo do que é predominante no Alentejo e em particular em áreas ocupadas pelo sistema de montado (de qualquer modo verificou-se desde então alguma tendência de concentração das pequenas parcelas distribuídas inicialmente).

A criação do porco de montanha, desenvolvida de forma muito ténue nos séculos XVII e XVIII, surgiu com grande vigor no séc. XIX. Mas a peste suína africana, nos anos 60 do séc. XX, veio comprometer a sustentabilidade da atividade pecuária e em consequência dos montados de azinho. Como consequência, acelerou-se o processo de desertificação humana, motivada por migração interna e externa, e com ela o abandono progressivo de montes e das pequenas aldeias.

No primeiro decénio do séc. XX Portugal tornou-se o maior produtor mundial de cortiça e detentor da maior área suberícola europeia. Hoje, Portugal detém 1/3 da superfície mundial ocupada com sobreiro e 1/2 da produção mundial. Simultaneamente, Portugal fez um forte investimento na investigação em torno da cortiça e implementou os primeiros programas de fomento do sobreiral, com apoios financeiros públicos, tornando-se o primeiro transformador mundial de cortiça.

O sobreiro e a azinheira são espécies protegidas pela legislação portuguesa desde 2001. Mas essa proteção não foi suficiente para travar a regressão da árvore em território português, motivada por práticas erradas, nomeadamente de mobilização de solo que danificam as raízes, e da ocorrência de doenças, ou a combinação das duas situações.

O sobreiro foi classificado como Árvore Nacional de Portugal após publicação em Diário da República em 10 de Fevereiro de 2012. Tudo indica que no século XXI, a cortiça – material ecológico, reciclável e biodegradável – se destacará como matéria-prima durável, nobre e multifuncional, estatuto que desfrutou no tempo das civilizações antigas, pois verifica-se que é cada vez maior a utilização da cortiça, nomeadamente em áreas mais inovadoras da indústria e mobilizando o design como instrumento de criação de valor.

2.2. Caracterização arquitetónica da paisagem do Montado

As características fundamentais da arquitetura da paisagem do Montado surgem da leitura do sistema como um todo - o Montado é uma paisagem com Marca de Homem, que foi sabendo ao longo dos tempos moldar e sustentar um sistema multifuncional de exploração agro-silvo-pastoril em áreas originalmente de bosque mediterrânico localizadas a sul do Vale do Tejo, povoadas de sobreiro e azinheira, com condições edafoclimáticas extremas e solos excessivamente pobres. É o aproveitamento cuidado e engenhoso dos recursos existentes.

Em sintonia com a complexidade do sistema, a paisagem do Montado resulta da interação entre fatores naturais e culturais em permanente transformação ao longo dos tempos, a qual reflete a construção de uma paisagem única e excecional que combina a diversidade ecológica e a matriz cultural de cada local nas múltiplas relações (ecológico-naturais; histórico-culturais e socioeconómicas).

Trata-se de uma Paisagem Cultural Viva e Evolutiva, com uma identidade única e um carácter específico, que reflete formas diversas dos seus elementos singulares em função do estágio de desenvolvimento e as condições territoriais particulares, e se repercute numa paisagem sustentável, adaptativa e evolutiva, cujos traços identitários combinam os seguintes atributos:

Singularidade: dada pela conjugação de elementos de reconhecido valor patrimonial e cultural assentes em saberes-fazer específicos.

Harmonia: dada pelo equilíbrio e coerência da apreensão do espaço em termos de estrutura e composição (sintonia de formas, cores e texturas).

Diversidade: dada pela variabilidade das características biofísicas, pelos diferentes tipos de povoamento (puros de sobreiro ou de azinho, ou mistos), pela densidade e estágios evolutivos dos mesmos e pelo dinamismo dos ritmos culturais ao longo do ano.

Escala: dada pela vastidão dos horizontes e reforçada pela sensação de tranquilidade.

Multifuncionalidade: dada pela associação de atividades que ocorrem (cortiça, pecuária, caça, apicultura, apanha de cogumelos, observação de aves, desportos ao ar livre, etc.).

Singularidade

A Paisagem Cultural do Montado caracteriza-se pelos traços distintivos do saber e da prática de um sistema multifuncional agro-silvo-pastoril, definido por um povoamento florestal (arbóreo) de baixa densidade, composto essencialmente por Quercíneas (*Quercus suber* e *Quercus rotundifolia*), a que se associam essencialmente práticas de pastoreio. É por definição uma paisagem construída exclusivamente com elementos vivos (nas diversas combinações entre os cobertos arbóreo, arbustivo e herbáceo), que o homem gere de forma singular, capaz de assegurar a sua sustentabilidade, conjugando de forma única ecologia com eficiência económica em respeito com as condições específicas do território.

As especificidades do processo de povoamento, profundamente marcado pela pobreza dos solos e consequente escassez de recursos, destaca como elemento estruturante desta paisagem o “monte”, sinal de enorme interdependência com o sistema de exploração multifuncional de produção extensiva, reforçando a singularidade do território.

Harmonia

A singular simbiose entre os elementos vivos que compõem o Montado reflete-se na forma e na expressão da paisagem resultante, cujo valor estético é inegável e tem, como traços distintos, a forma (profundidade e extensão), o movimento (superfícies onduladas marcadas pelas silhuetas das copas dos *Quercus*, que se configuram como sebe horizontal descontinuada sobre o solo), a cor (diversidade e dinâmica cromática com cambiantes ao ritmo das estações do ano) e a luz (quer de dia, no contraste entre as clareiras e as sombras, quer de noite, na luminosidade e vasta paisagem da abóbada celeste).

Diversidade

A enorme variabilidade dada pela variação espacial das características biofísicas (geologia, solos, clima, etc.) biométricas, de produtividade e capacidade de resiliência das árvores, fazem com que a paisagem de Montado seja composta por diferentes tipos de Montado, numa sucessão progressiva, sem limites bruscos, mas sempre

variada e nunca monótona.

A heterogeneidade espacial e temporal do Montado promove uma excecional riqueza em nichos ecológicos. Os diferentes graus de cobertura arbórea (frequentemente com árvores de diferentes idades), arbustiva e herbácea conferem aos Montados uma grande diversidade na estrutura vertical e horizontal da vegetação que raramente se encontram noutros sistemas florestais.

A par, a natureza irregular da paisagem dos Montados, onde predominam os gradientes acompanhados de orlas difusas ao invés de geometrias rígidas com orlas vincadas, torna cada área de Montado única e irrepetível, tal como únicas e irrepetíveis são algumas das suas comunidades.

Escala

O relevo suave e ondulado e a baixa densidade do povoamento, florestal e humano, associado à imensidão das áreas ocupadas pelo Montado permitem panorâmicas com grandes amplitudes e horizontes largos, únicos deste território.

A complementar a vastidão dos horizontes a tranquilidade surge como um outro elemento de força na paisagem do Montado, reforçando o carácter da identidade da paisagem com a dimensão sensorial. Trata-se de uma paisagem onde a ausência de ruído e a sensação de “estar longe de tudo” amplifica a extensão da escala da paisagem.

Multifuncionalidade

Dada a sua complexidade e interação constante entre as várias componentes, o Montado é um sistema por natureza multifuncional, sendo os produtos que resultam da sua exploração equilibrada e integradora a expressão dessa multifuncionalidade. Como principal produto surge a produção de cortiça, seguindo-se os produtos pecuários, a madeira, a apicultura/mel, as plantas aromáticas e medicinais, os cogumelos, a caça, o turismo e o lazer.

Para além de assegurar múltiplas produções, o Montado garante ainda uma série de serviços dos ecossistemas, tais como a regulação do ciclo da água, a fixação do carbono, a prevenção da erosão, elevada biodiversidade, entre outras.

A multifuncionalidade do Montado faz, igualmente, com que uma enorme parte do património intangível da

região, como a gastronomia, as tradições, o cante, o imaginário, as lendas, se refiram e tenham raízes em áreas de Montado e em particularidades deste sistema.

Face às características distintivas do sistema que caracteriza o Montado a área de intervenção proposta, constituída por 5 zonas, reflete esta diversidade de situações e estágio de desenvolvimento do sistema, que traduzem especificidades de uma mesma Paisagem, resultante de uma gestão adaptativa à variabilidade de cada território.

A área de Montemor/ Évora e de Barrancos/Moura traduzem sistemas predominantemente assentes numa das espécies arbóreas (sobreiro, no primeiro caso, e azinheira no segundo); as outras áreas correspondem a montados que conjugam as duas espécies arbóreas em sistemas adaptados a características edafoclimáticas distintas das quais resultam formas de gestão e paisagens multifuncionais diferentes.

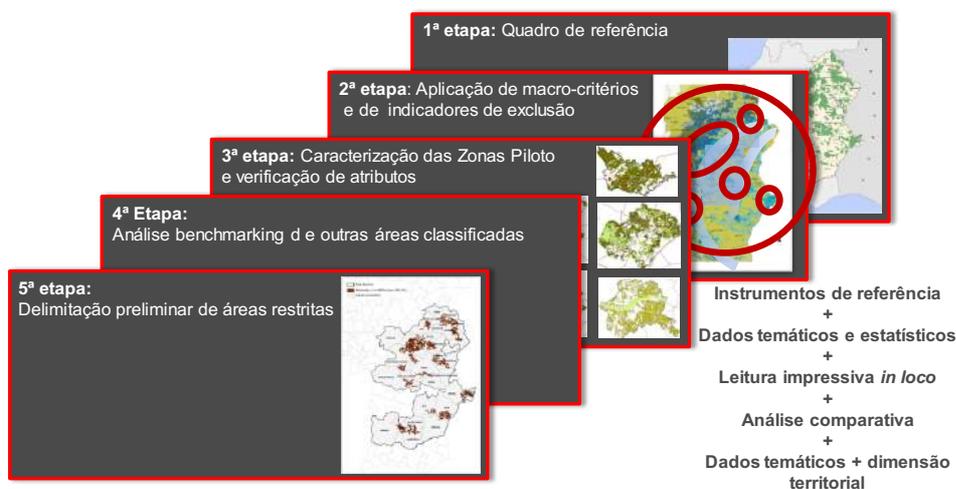
3. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS TIPOLOGICAS E SUA CARACTERIZAÇÃO

3.1. Antecedentes e pressupostos

3.1.1. Primeiro ensaio de delimitação com vista à proposta de inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO

O presente trabalho de delimitação das áreas tipológicas representativas do sistema de Montado assenta nos resultados e retoma um conjunto alargado de trabalhos anteriormente realizados no quadro da preparação de candidatura do Montado à inscrição na Lista do Património Mundial, promovidos e cedidos a esta equipa pela ERT do Alentejo e Ribatejo. Com base nesses trabalhos disponíveis, procedemos de seguida a uma descrição resumida do *Roteiro Metodológico para o processo de delimitação*² realizado e que permitiu, neste projeto, avançar para uma proposta preliminar de área.

Figura 1 – Roteiro metodológico para processo de delimitação³



[1ª etapa] Quadro de referência - A metodologia de delimitação da área de Montado desenvolvida partiu das

² Quatenaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, SA, “Estudos Técnicos de levantamento e Caracterização do Montado”, Entidade Regional de Turismo do Alentejo, outubro 2013

³ *Idem*, pp 57

seguintes premissas:

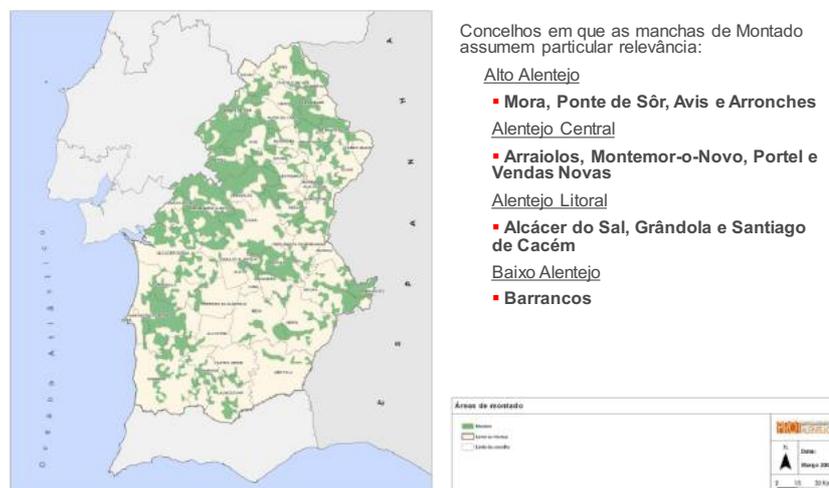
i) A área de estudo inicial abrange os 58 concelhos das NUTS III Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo;

ii) Os PROT Alentejo, Oeste e Vale do Tejo e Algarve são considerados os documentos fundamentadores para a delimitação da área, considerando-se como conceitos e cartografia fundamental de enquadramento:

* Conceitos de “Montado”, que englobam os povoamentos de quercíneas explorados em sistemas de montado,

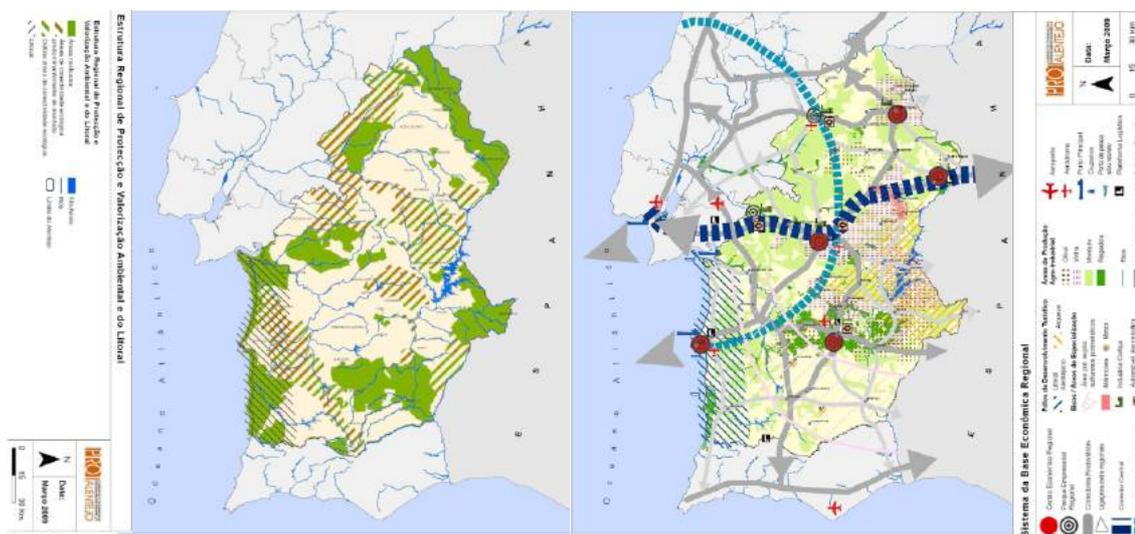
* Elementos cartográficos existentes.

Figura 2 – “Áreas de Montado” (Diagnóstico – Sistema Ambiental e de Riscos, Março 2009)



Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, CCDR Alentejo, 2009

Figura 3 – PROT Alentejo: “Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e Litoral” e “Sistema de Base Económica Regional” (Proposta Final, Março 2009)



Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, CCDR Alentejo, 2009

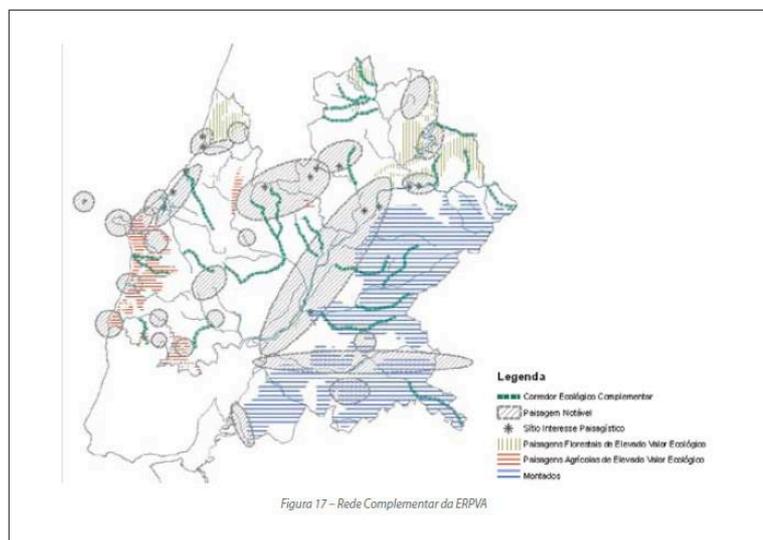
Ainda no âmbito do PROT do Alentejo (Proposta final, 2009), dentro da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental, identificam-se as seguintes áreas classificadas e corredores de ligação entre elas:

- Vale da Ribeira de Sôr que liga as áreas classificadas de S. Mamede, Nisa/Lage da Prata e Cabeção, com manchas de montado
- Ligação da mancha de montado do SIC de Cabeção aos montados classificados de Monfurado e Cabrela, a sul de Mora e a oeste de Arraiolos
- Prolongamento deste corredor a oeste de Arraiolos, para sul ao longo das Serras de Grândola e do Cercal com áreas importantes de montado
- Área de conectividade ao longo do vale do Guadiana que inclui áreas de montado na envolvente da albufeira da barragem do Alqueva (zonas de Reguengos de Monsaraz e Alandroal) e zonas de montado de azinho na envolvente do rio Guadiana, a montante
- Corredor de ligação transversal entre as áreas classificadas de Mourão-Moura-Barrancos e Cabrela com manchas de montado de Viana do Alentejo e montados nas zonas de cabeceira a norte de Évora
- Corredor de ligação transversal que acompanha o relevo da Serra d'Ossa até aos montados de Mora através do vale da ribeira de Têra com as manchas mais significativas dos sistemas agroflorestais tradicionais.

Da análise articulada do PROT Alentejo com os PROT de Oeste e Vale do Tejo e do Algarve, sobressai a necessidade de integrar a informação fundamental retirada do PROT Alentejo, com a informação constante no PROT Oeste e Vale do Tejo, especificamente no que se refere ao território da Lezíria do Tejo e ao conceito de “Montados” dentro da componente de paisagens florestais de elevado interesse, integradas nas Áreas Ecológicas Complementares, da Rede Complementar da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA);

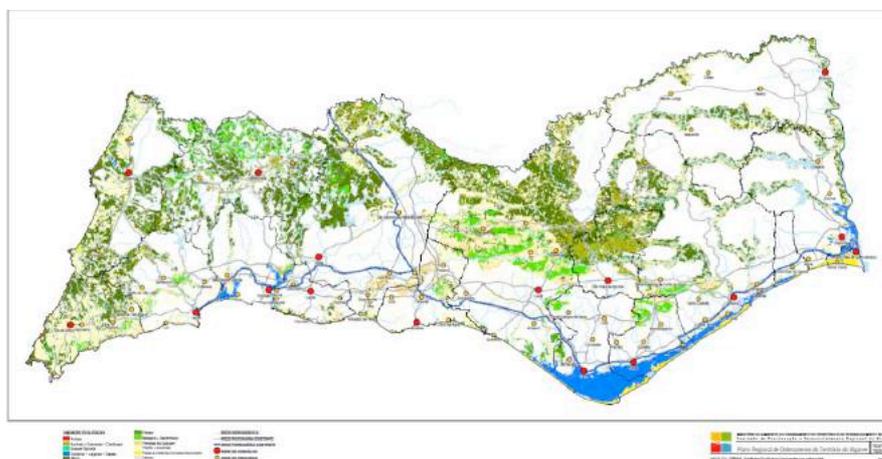
Acresce ainda a necessidade, por fim, de verificar outros pontos de articulação com as estruturas de proteção e valorização ambiental em território de fronteira com as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, neste último caso, integrando a informação do PROT Algarve dentro da Unidade Ecológica agrupada “Azinhais + Sobreirais + Castinçais” da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), no que respeita às “florestas de sobreiro e azinheira”.

Figura 4 – “Rede Complementar da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental ” (PROT Oeste e Vale do Tejo, 2009)



Fonte: PROT LVT Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, MAOT e CCDRLVT, 2009

Figura 5 – “Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental – Unidades Ecológicas (agrupadas por categorias)” (PROT Algarve, 2007)



Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, CCDR Algarve, 2007

[2ª etapa] Aplicação de macro critérios e de indicadores de exclusão – De acordo com a metodologia a delimitação preliminar da área definida em sede de PROT (proposta Final de 2009) foi trabalhada com base num conjunto de elementos quantitativos e qualitativos, que permitiu estabelecer um macro zonamento e identificar

zonas piloto a analisar de forma mais aprofundada.

Figura 6 – Área de estudo inicial

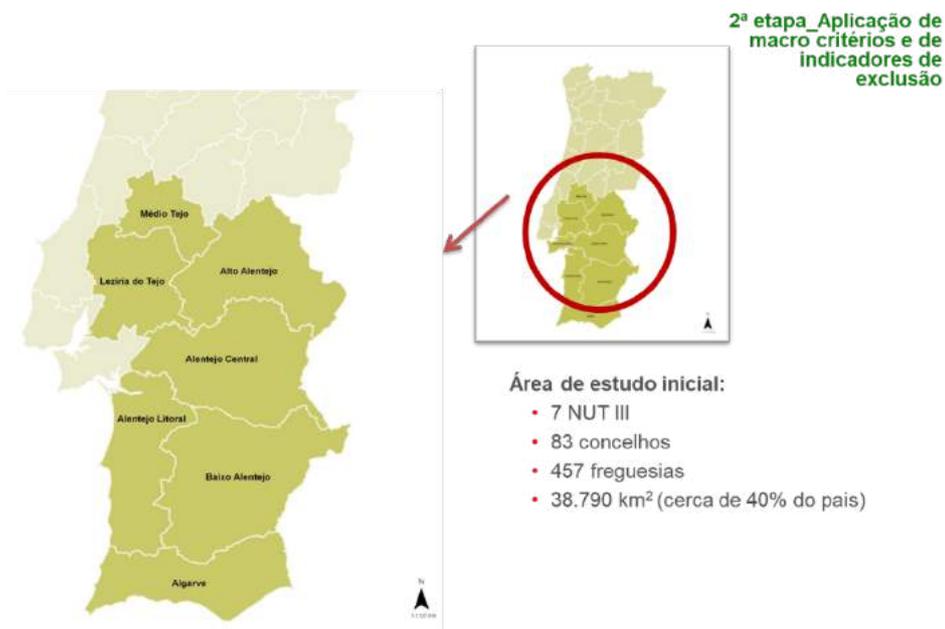


Figura 7 – Áreas abrangidas pelos PROT Oeste e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve

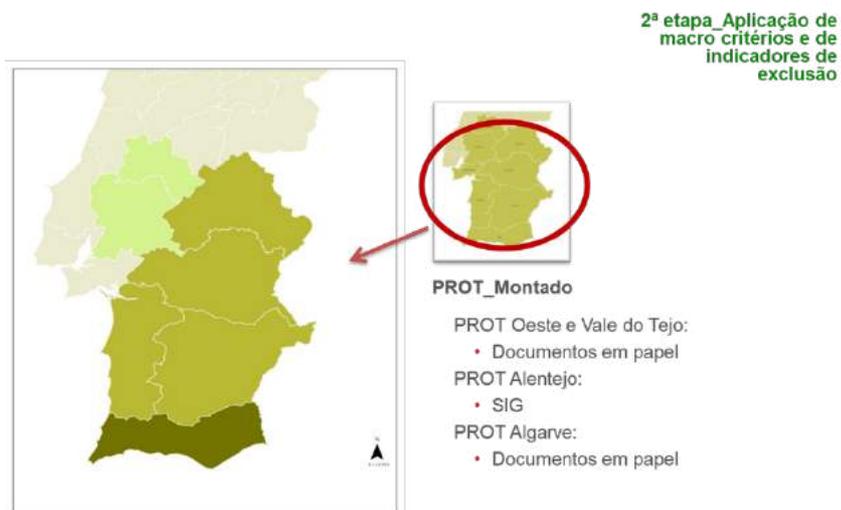


Figura 8 – Manchas de Montado nos PROT Oeste e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve

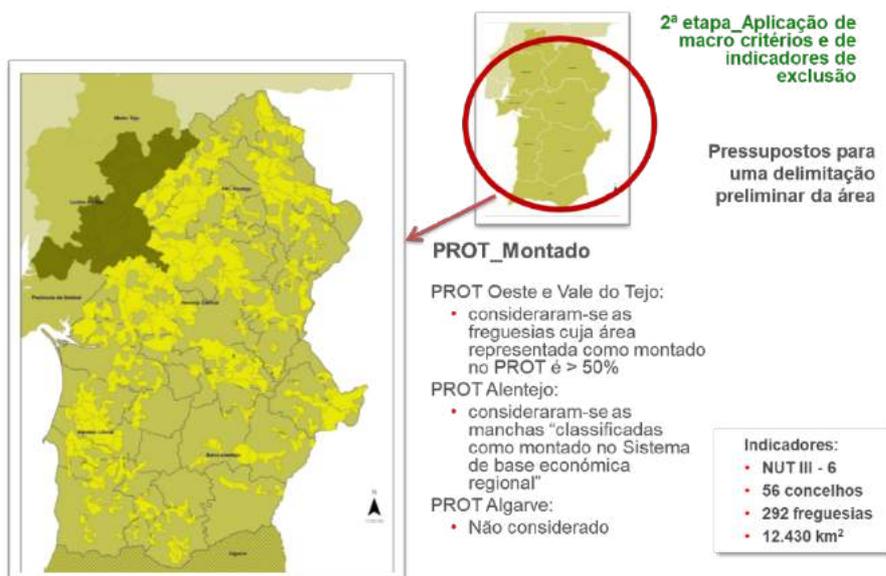
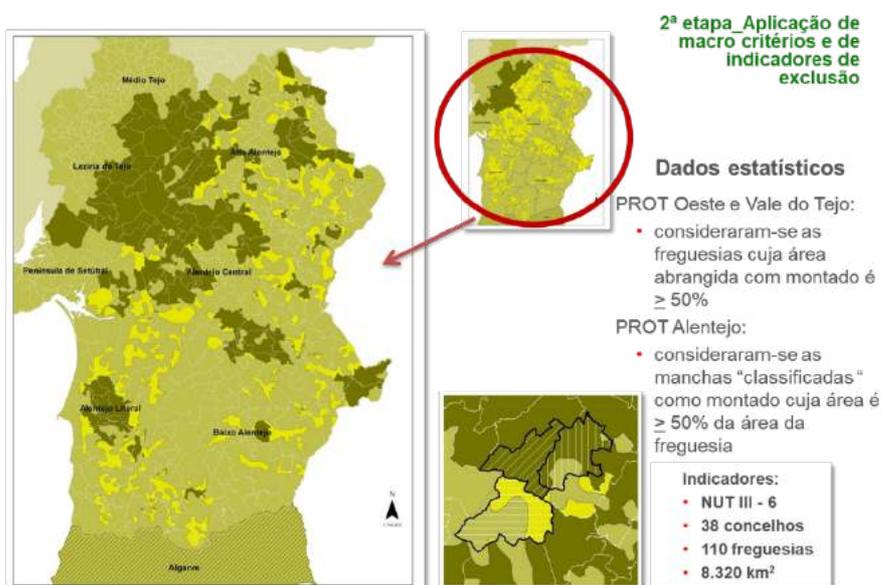


Figura 9 – Manchas de Montado em mais de 50% da área da freguesia, nos PROT Oeste e Vale do Tejo e Alentejo



a) Uma ponderação de elementos estatísticos:

•Exclusão de freguesias com encabeçamento < a 0,10 CN/ha (médio 0,35),

- Exclusão de freguesias cujas áreas ocupadas com prados e pastagens permanentes + prados temporários é < 0,25 da sua área.

Figura 10 – Manchas de Montado em mais de 50% da área da freguesia com exclusão por critérios de encabeçamento e áreas com prados e pastagens permanentes e prados temporários, nos PROT Oeste e Vale do Tejo e Alentejo

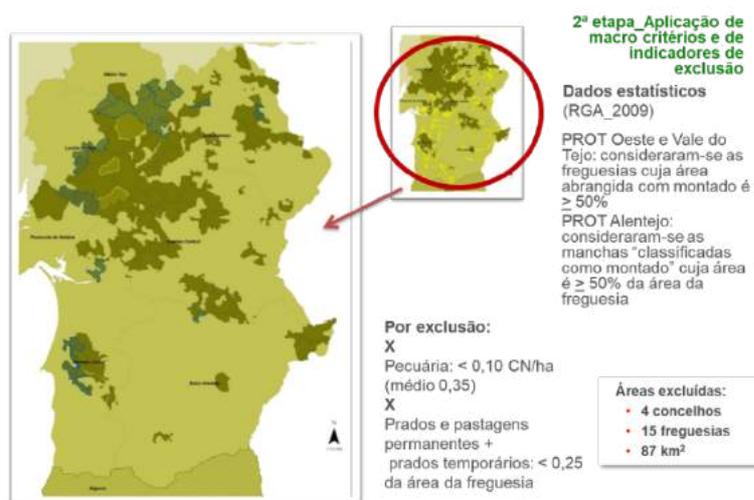
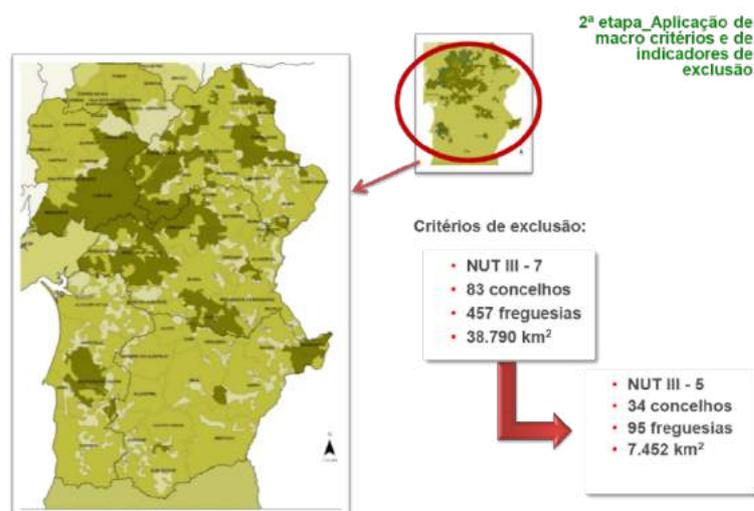


Figura 11 – Manchas de Montado com exclusões por critérios estatísticos, nos PROT Oeste e Vale do Tejo e Alentejo



c) Uma ponderação de elementos qualitativos:

- Distribuição do sobreiro e da azinheira (IFN_95),

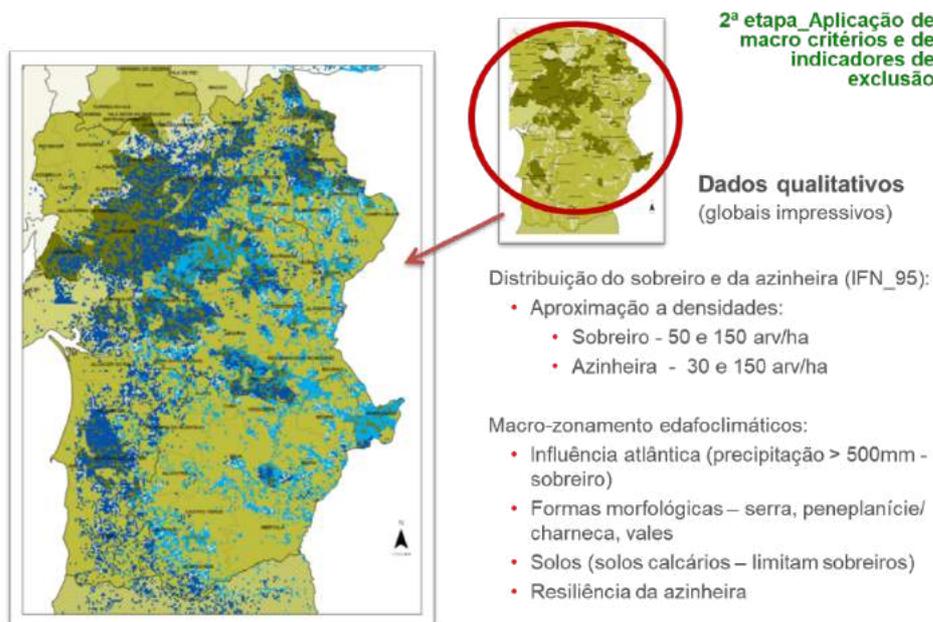
- Macro zonamento edafo-climáticos:

Influência atlântica (precipitação > 500mm - sobreiro),

Formas morfológicas – serra, penepalanície/ charneca, vales,

Solos (solos calcários – limitam sobreiros);

Figura 12 – Manchas de Montado com exclusões por critérios estatísticos e distribuição do sobreiro e azinheira (IFN_95)



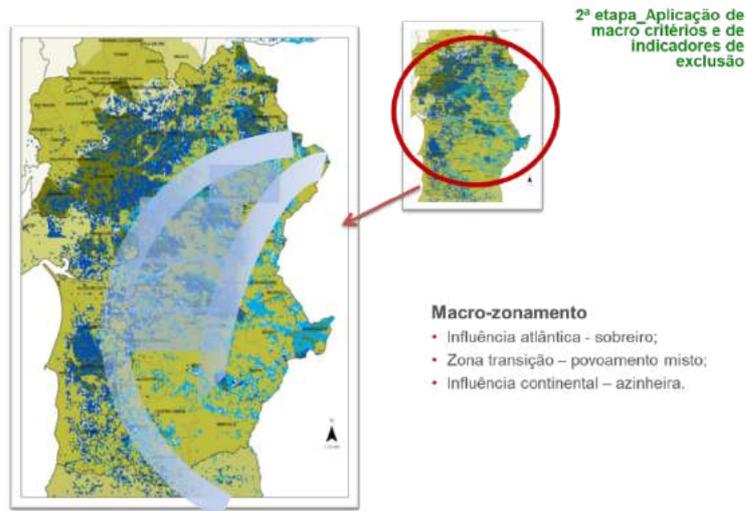
d) O ensaio preliminar de um macro zonamento, com base em:

- Influência atlântica - sobreiro;

- Zona transição – povoamento misto;

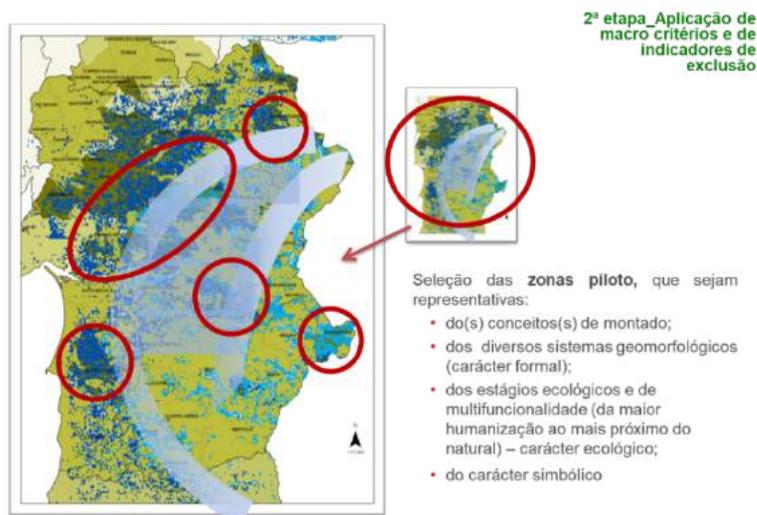
- Influência continental – azinheira.

Figura 13 – Proposta de macrozoneamento sobre manchas de Montado com exclusões por critérios estatísticos e distribuição do sobreiro e azinheira (IFN_95)



e) A identificação das zonas piloto para aplicação da grelha de atributos elaborada.

Figura 14 – Proposta de zonas-piloto



[3ª etapa] Caracterização das Zonas Piloto e verificação de atributos

A metodologia desenvolvida incluiu:

- ▣ Um pedido de informação inicial aos municípios. No sentido de abreviar o processo, a equipa foi a terreno recolher a informação e fazer a primeira visita de terreno às áreas selecionadas;
- ▣ Receção de informação bastante desigual, com algumas diferenças na “qualidade” dos atributos e falta de informação para alguns municípios. O exemplo de Arraiolos, pela qualidade da informação disponibilizada, permitiu facilitar uma aproximação exemplificativa ao exercício de delimitação,
- ▣ Observação no terreno e sistematização da informação sobre cada uma das Zonas Piloto.

Figura 15 – Zona Piloto 1 – Serra de Grândola/ Vale do Sado (Grândola e Santiago do Cacém)

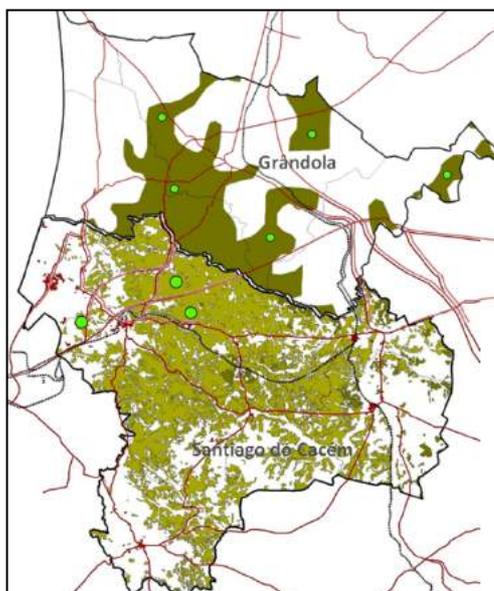


Figura 16 – Zona Piloto 2 – Charneca do Ribatejo e Alentejo Central (*Coruche e Arraiolos*)

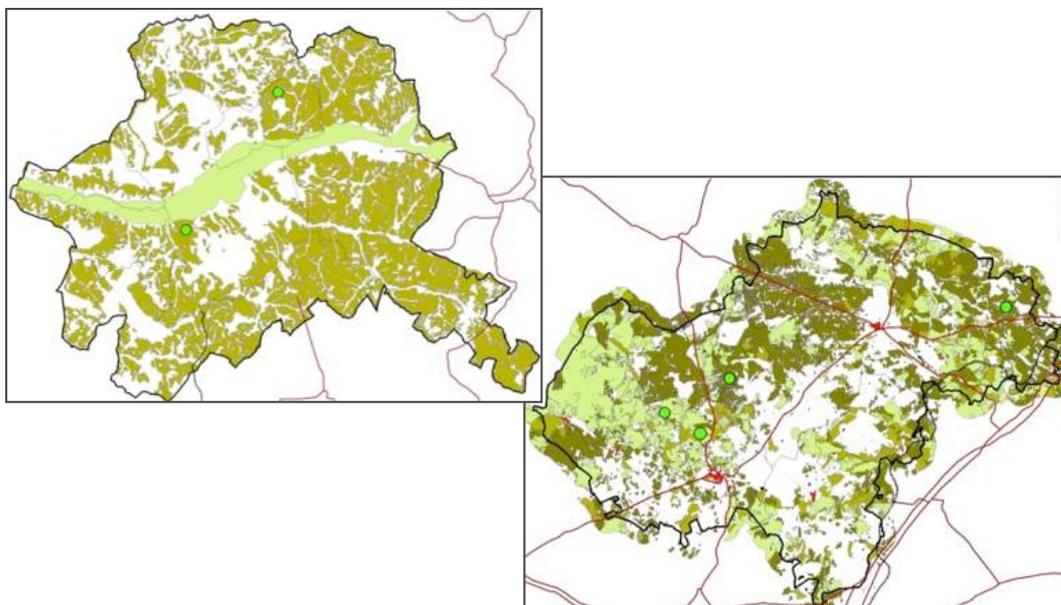


Figura 17 – Zonas Piloto 3 e 4– Peneplanície de Portalegre (*Portalegre*) e Serra de Portel (*Portel*)

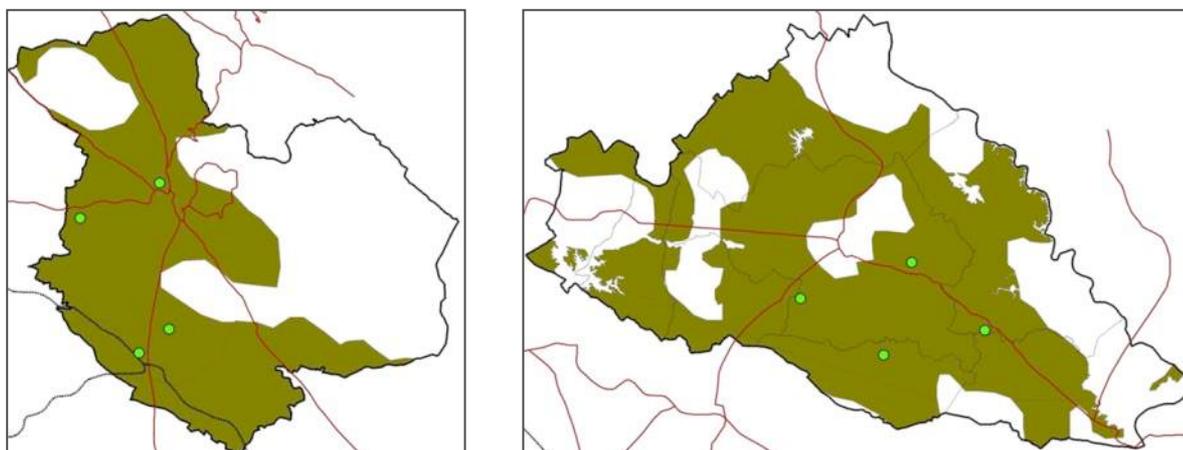
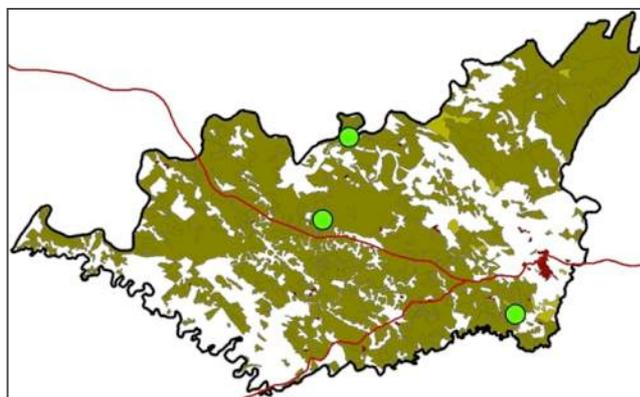


Figura 18 – Zona Piloto 5 – Barrancos (Barrancos)



Do aprofundamento analítico e dos trabalhos de campo efetuados foram identificados um conjunto de características da paisagem do montado, a saber:

- Paisagem humanizada alicerçada numa gestão equilibrada da matéria viva – cobertos arbóreo, arbustivo e herbáceo, que lhe configuram forma e design singulares;
- Povoamento arbóreo aberto e de baixa densidade assente em solos pobres e esqueléticos;
- Povoamento enquadrado num clima mediterrâneo, com influência atlântica em determinadas zonas;
- Coberto arbóreo constituído por sobreiro e/ou azinheira que assume uma forma de “sebe horizontal descontínua sobre o solo”;
- Território de usos múltiplos em regime extensivo, combinando, segundo diferentes modelos, as culturas arbóreas com diversas culturas em subcoberto – arbustivas e herbáceas;
- Presença harmónica da arquitetura vernacular em que se distingue o “monte” como elemento icónico da paisagem;
- Dinâmica cromática associada à diversidade do coberto herbáceo ou arbustivo e ao ciclo das estações do ano;
- Cambiantes de luz trabalhadas pelo coberto arbóreo, que se combinam, pontualmente, com reflexos de luz a que provêm das construções caiadas;
- Profundidade e extensão de uma paisagem predominantemente ondulada onde é forte a presença das silhuetas do sobreiro ou azinheira.

[4ª etapa] Análise benchmarking de outras áreas inscritas na Lista de Património Mundial da UNESCO

Existem atualmente 66 bens classificados pela UNESCO como Património Mundial na categoria Paisagem Cultural e que se encontram ligadas a modos de produção agrícola específicos. É dentro desta categoria que se integra a subcategoria “paisagem cultural evolutiva”. Análise comparativa de áreas classificadas já inscritas na Lista de Património Mundial:

Tabela 1 - Dimensão em hectares dos bens inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO, categoria de paisagens culturais evolutivas

Áreas ligadas ao Vinho	Alto Douro Vinhateiro: 24.600 ha Pico: 190 ha
Áreas ligadas à produção de Café	Archaeological Landscape of the First Coffee Plantations in the South-East of Cuba: 81.475 ha
Área ligada à produção de Tequilla	Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila (México): 35.019 ha
Área ligada à produção de Sal	Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut Cultural Landscape (Áustria): 28.446 ha
Área ligada à produção de Tabaco	Viñales Valley (Cuba): 13.200 ha
Paisagens culturais agrícolas (de forma mais genérica)	Fertő / Neusiedlersee Cultural Landscape (Áustria/Hungria): 52 ha Stari Grad Plain (Croácia): 1.377 ha Hortobágy National Park - the Puszta (Hungria): 74.820 ha Val d'Orcia (Itália): 61.188 ha Orkhon Valley Cultural Landscape (Mongólia) Richtersveld Cultural and Botanical Landscape (África do Sul): 160.000 ha Agricultural Landscape of Southern Öland (Suécia): 56.323 ha (+6.069 ha de área marítima) Paysage culturel des rizières en terrasse des Hani de Honghe (China): 16.603 ha
Ecosistemas e paisagens culturais:	Ecosystem and Relict Cultural Landscape of Lopé-Okanda (Gabão): 491.291 ha Costiera Amalfitana (Itália): 11.231 ha Portovenere, Cinque Terre, and the Islands (Itália): 4.689 ha Koutammakou, the Land of the Batammariba (Togo): 50.000 ha
Paisagens de pastorícia:	Les Causses et Les Cévennes, paysage culturel de l'agro-pastoralisme méditerranéen (França): 302.319 ha
Paisagens ligadas à indústria:	Cornwall and West Devon Mining Landscape (Reino Unido): 19.719 ha Blaenavon Industrial Landscape (Reino Unido): 3.290 ha

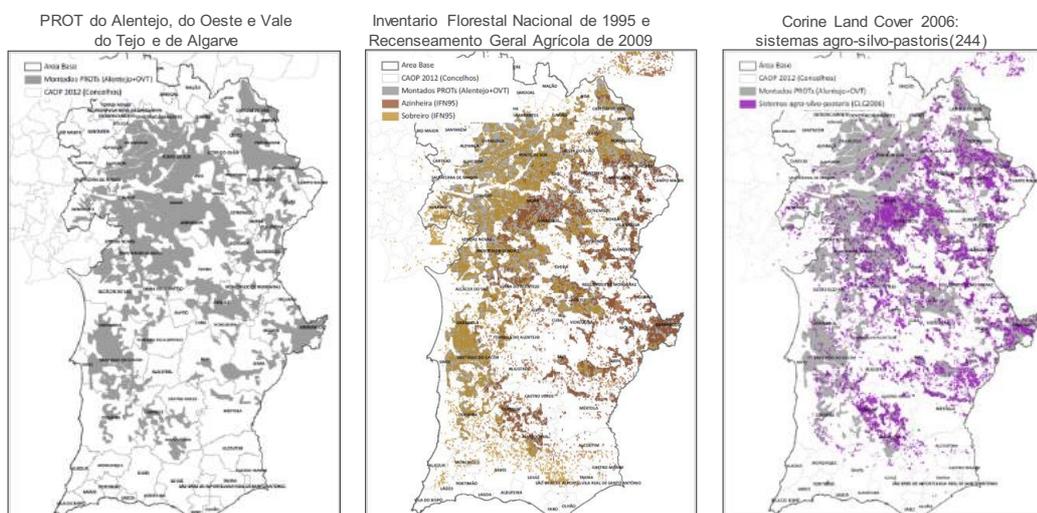
Em termos de conclusão, verifica-se que as dimensões territoriais das áreas inscritas na Lista do Património Mundial se distribui, em 2013, entre 50 ha e 500.000 ha. Atualmente, a maior área de paisagem cultural evolutiva e viva inscrita na Europa tem 302.319 ha + 312.425 ha de buffer zone.

[5ª etapa] Delimitação preliminar de áreas restritas

Com base nos elementos trabalhados e nas referências internacionais foram explorados dados analíticos e cartográficos complementares de forma a tendencialmente restringir o âmbito territorial da área representativa do conceito de Montado e, desta forma, selecionar uma ou mais áreas que sirvam de suporte à proposta de delimitação. Neste contexto, a seleção realizada considerou os seguintes domínios e perspetivas de informação recolhida e analisada:

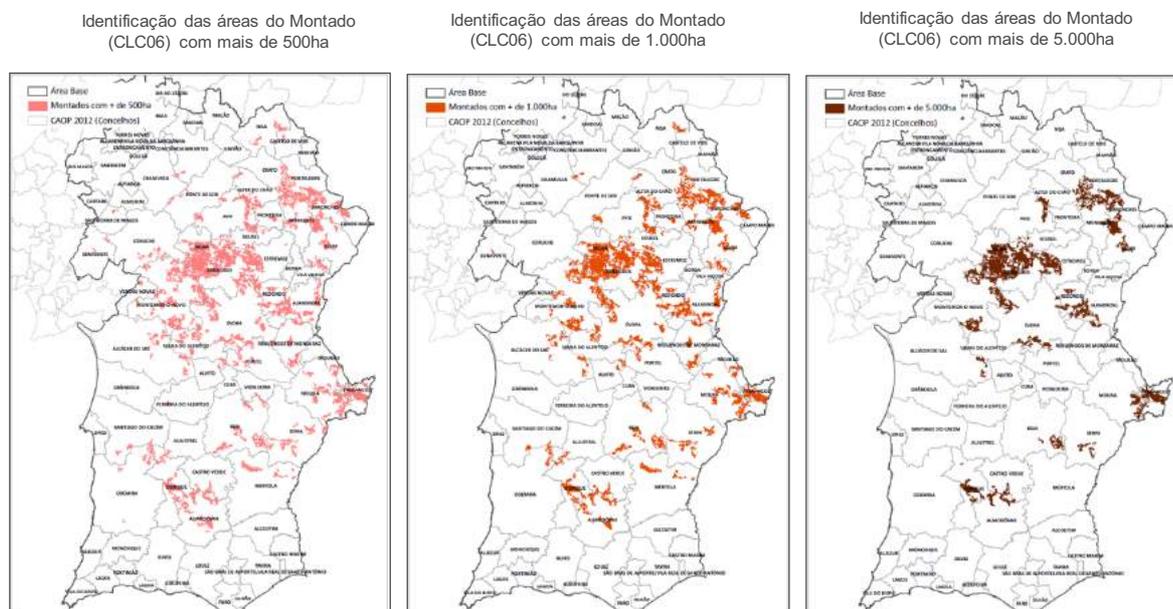
- a) Existência de áreas de Montado (cruzando várias fontes de informação – PROT, IFN95, RGA2009, CLC06)

Figura 19 – “Montado” segundo PROT Alentejo, 2009, IFN95, RGA2009, CLC06



- b) Imersões ao terreno para confirmação da qualidade das manchas de Montado (Zonas Piloto), anteriormente descritas;
- c) Confirmação da área do Montado utilizando a base CLC (sistema agro-silvo-pastoril), estabelecendo áreas de continuidade espacial com três intervalos: mais de 500ha, mais de 1.000ha e mais de 5.000ha:

Figura 20 – “Montado” segundo CLC06 por escalões de áreas de continuidade



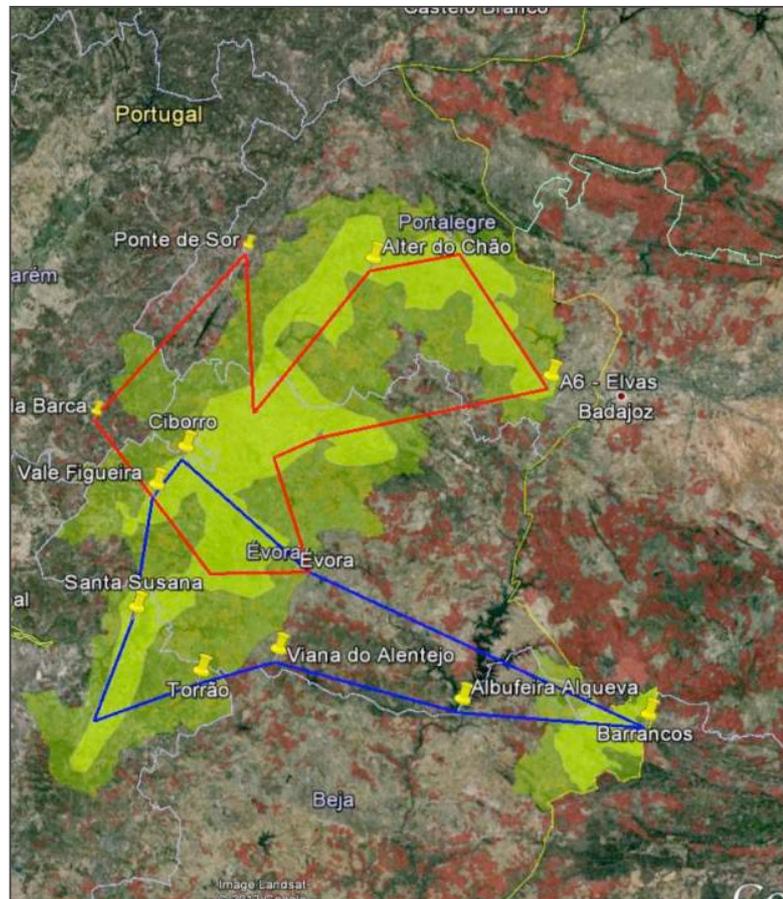
d) Assunção da dimensão da mancha ou manchas de Montado como garante da autenticidade e integridade da área de paisagem a classificar;

e) Aferição expedita da área delimitada baseada na realização de rotas de voo com os seguintes objetivos:

- Validar a representatividade da área de Bem delimitada, verificando a que esta incluir os atributos na sua melhor expressão que justificam o Valor Universal Excecional;
- Garantir a coerência das manchas delimitadas numa perspetiva integradora do conceito nas suas múltiplas dimensões (ambiental, económico, histórico social e estética);
- Confirmar a representatividade das manchas do habitat CLC 244 – agro-silvo pastoral como base de delimitação;
- Excluir territórios recentemente transformados, dissonâncias ou usos não compatíveis com o conceito de montado.

Apresentam-se de seguida os esquemas das rotas de voo realizadas, ao longo das quais a equipa aproveitou para fazer uma reportagem fotográfica completa.

Figura 21 – Rotas de voo realizada pela equipa técnica dos trabalhos de Levantamento e Caracterização⁴



⁴ Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, SA, “Estudos Técnicos de levantamento e Caracterização do Montado”, Entidade Regional de Turismo do Alentejo, outubro 2013, pp 103

Figura 22 – Validação da representatividade da área de Montado e confirmação do CLC 244 – Agro-silvo-pastoril como boa base de delimitação

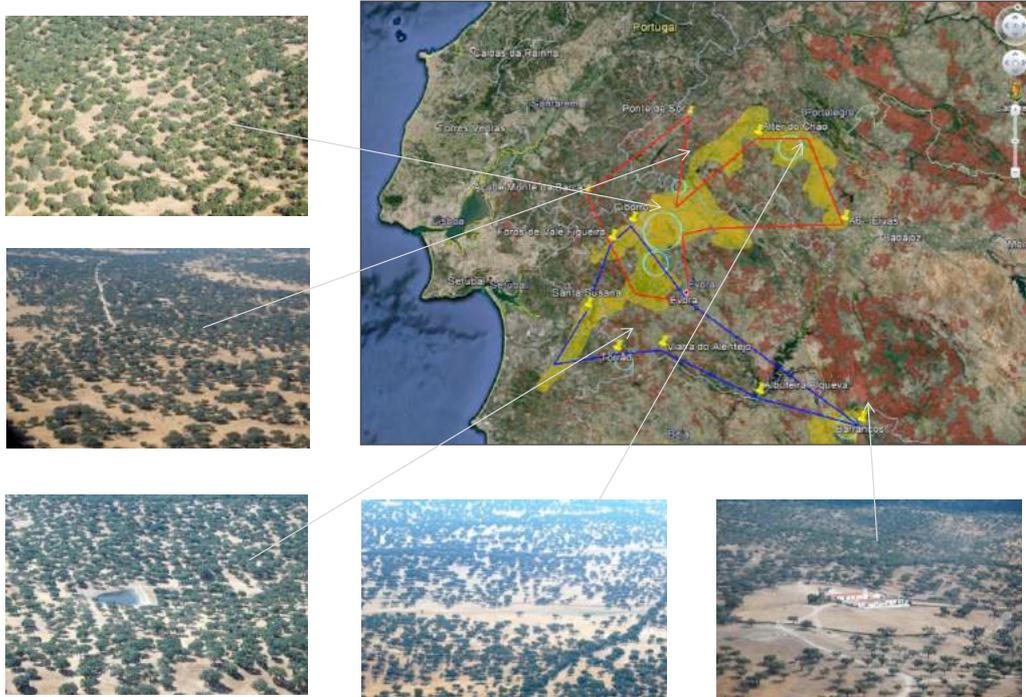


Figura 23 – Outras zonas a incluir na área de Montado delimitada

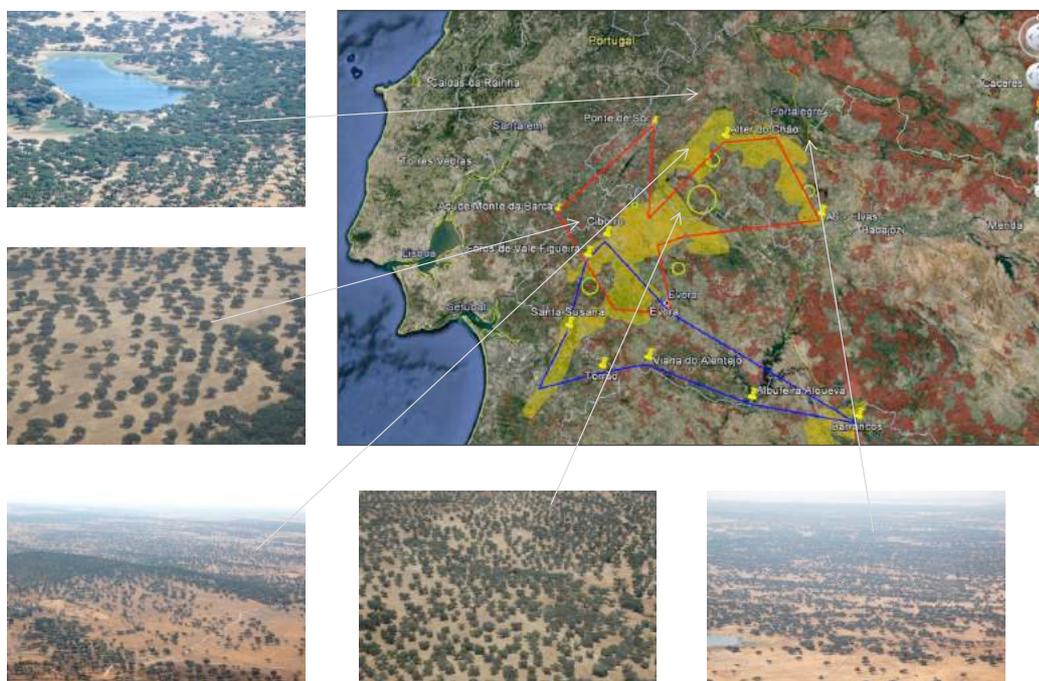
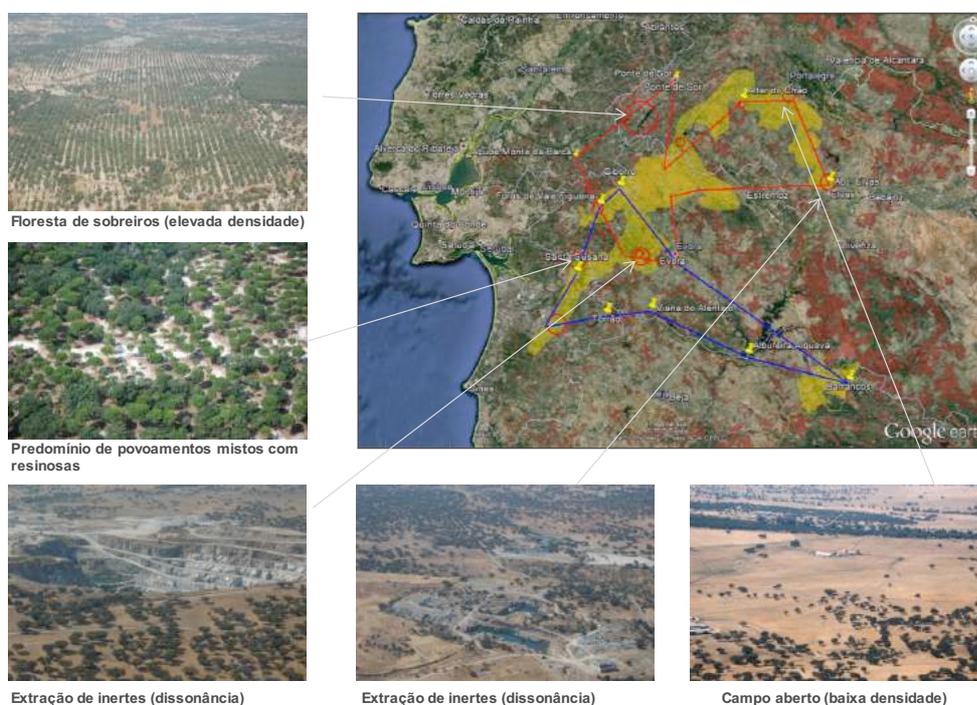


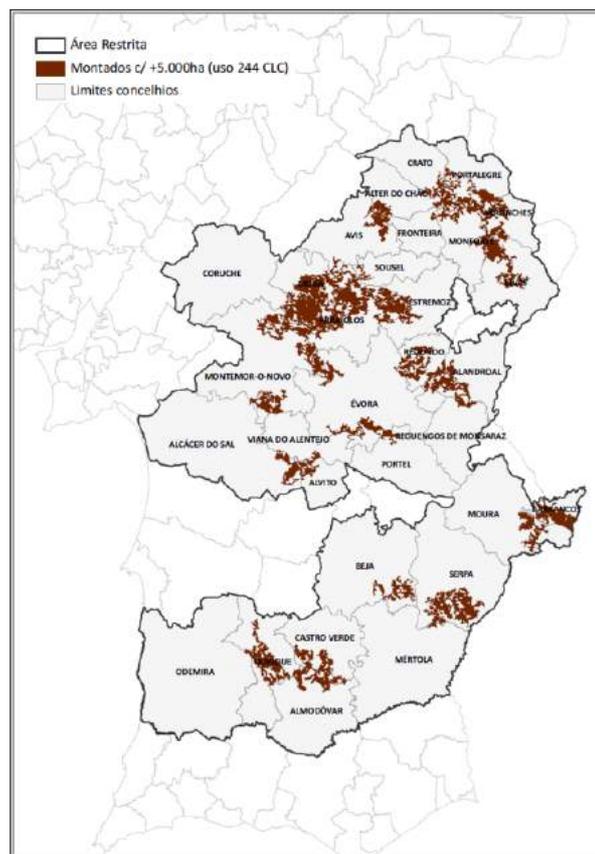
Figura 24 – Áreas a excluir da delimitação da área de Montado



f) Evitar conflitos e/ ou vazios institucionais, procurando ajustar a área tampão a limites administrativos.

Desta etapa resulta a seguinte identificação de áreas restritas de sistema de montado:

Figura 25 – Áreas de “Montado” (uso 244 CLC06) no escalão de áreas de continuidade superiores a 5.000ha



As áreas de sistema de Montado na categoria de uso 244 no Corine Land Cover selecionadas de acordo com a metodologia anterior, ocupam uma área total de 193.535 hectares, abrangendo um conjunto de 31 concelhos que têm área total acumulada de 2.154.324 hectares.

3.1.2. Pressupostos e metodologia proposta de delimitação das áreas tipologicamente representativas

Os passos metodológicos cumpridos já no âmbito deste trabalho, que consideram como antecedentes os

trabalhos referidos no subcapítulo anterior, iniciam-se por uma seleção das áreas para 5 componentes diferentes. Estas cinco componentes, dentro do território do Alentejo, são resultantes da análise de um conjunto de variáveis centrais no que respeita à representação e expressão dos atributos da paisagem cultural específicos do sistema de montado.

O trabalho começa por estabelecer uma identificação e análise cruzada das áreas que pertencem às seguintes categorias, dentro das bases de informação cartografada do Corine land Cover (2010) e do Inventário Nacional Florestal (1995):

- classe 2.4.4. Áreas Agroflorestais, (dentro das Áreas Agrícolas Heterogéneas) dentro da nomenclatura do Corine Land Cover, com uma extensão que ultrapassa os 1000 ha - CLC 244 > 1000ha,
- classe 2.4.4. Sistemas agroflorestais (SAF), de azinheira, de sobreiro ou das duas, com culturas temporárias de sequeiro, com culturas temporárias de regadio, com pastagens e com culturas permanentes, dentro da nomenclatura na Carta de Uso e Ocupação do Solo para 2010 (COS 2010),
- povoamentos de sobreiro e azinheira segundo os dados do IFN5, baseado numa cobertura aerofotográfica digital e em levantamentos de campo efetuados entre 2004 e 2006⁵.

⁵ A análise dos dados do IFN6 (6.º Inventário Florestal Nacional, de 2010) permitiu identificar incoerências grosseiras em relação aos dados dos Inventários anteriores e de outras fontes (como a Carta de Ocupação e Uso do Solo, DGT), designadamente, áreas que nos anteriores Inventários (e COS) são identificadas com povoamentos de azinheira surgem no IFN6 como povoamentos de sobreiro.

Figura 26 – Distribuição do CLC 244 – Agroflorestais por classes de áreas (superior a 1.000ha, superior a 2.500ha e superior a 5.000ha), no Alentejo

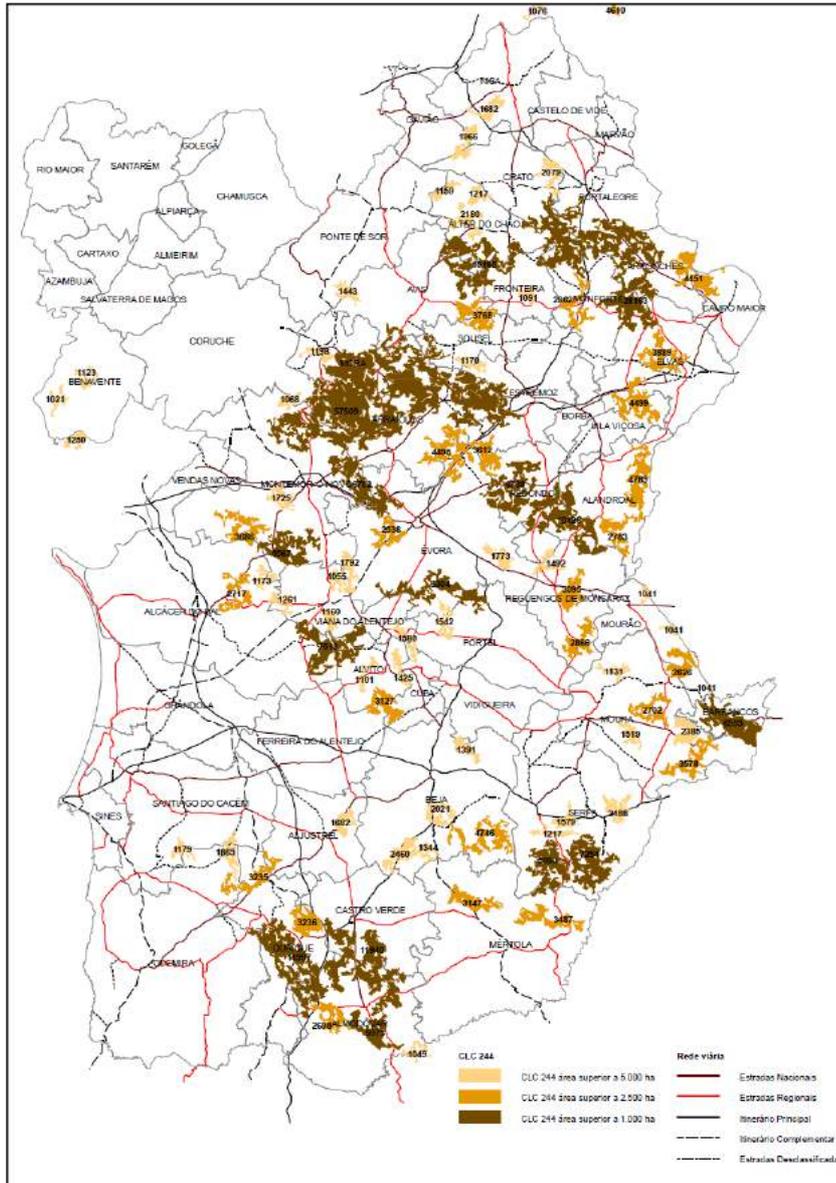


Figura 27 – Distribuição das classes SAF sobreiro, SAF azinheira e SAF sobreiro e azinheira do COS 2010

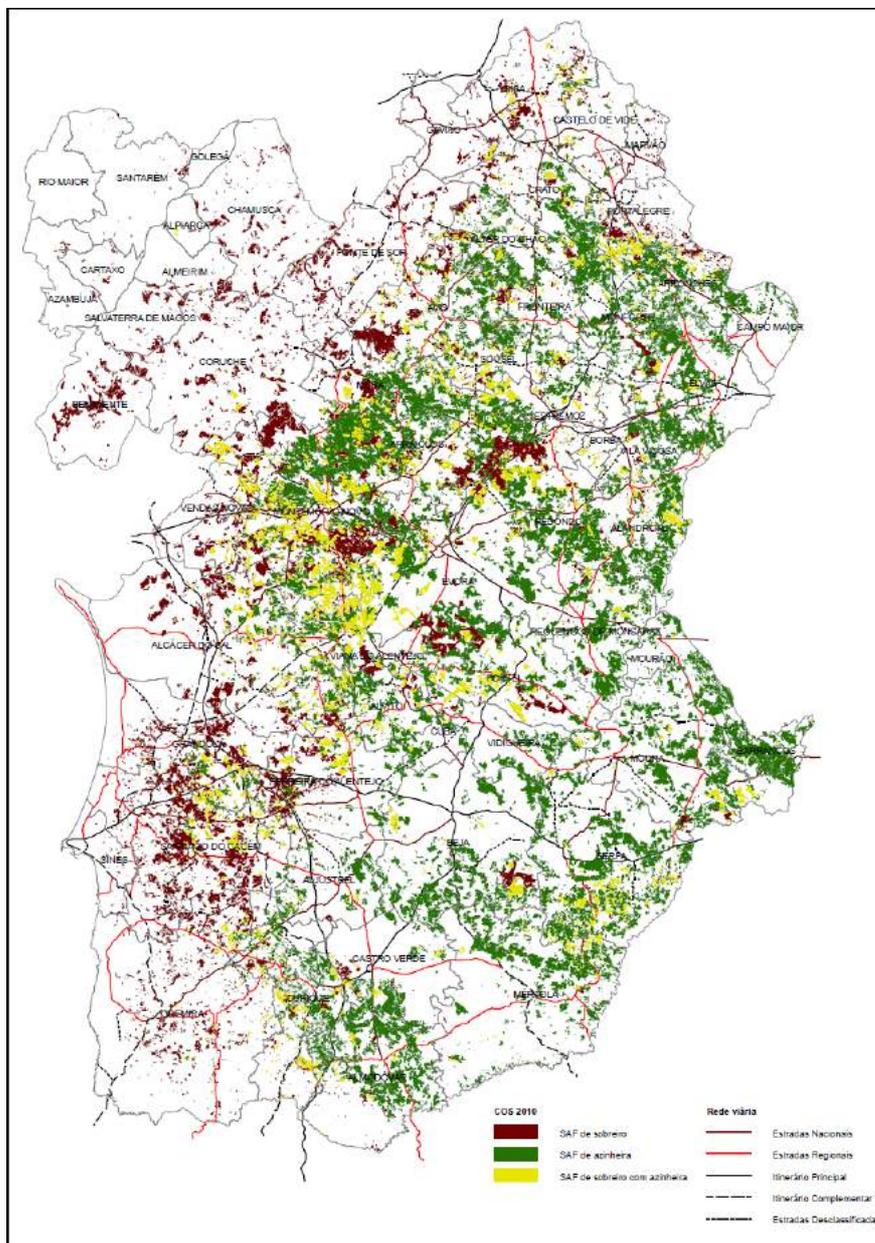


Figura 28 – Distribuição do CLC 244 – Agroflorestais por classes de áreas e das classes do COS 2010

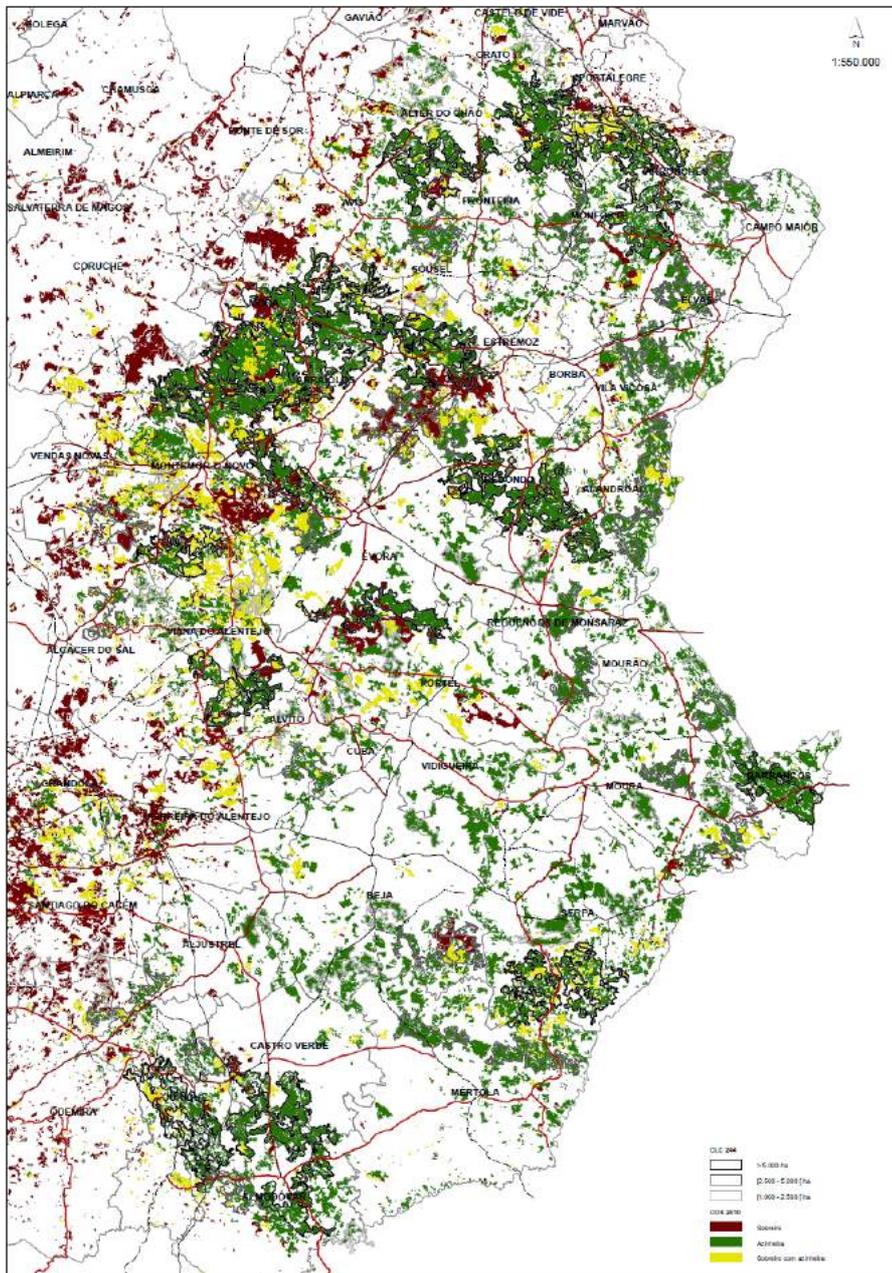
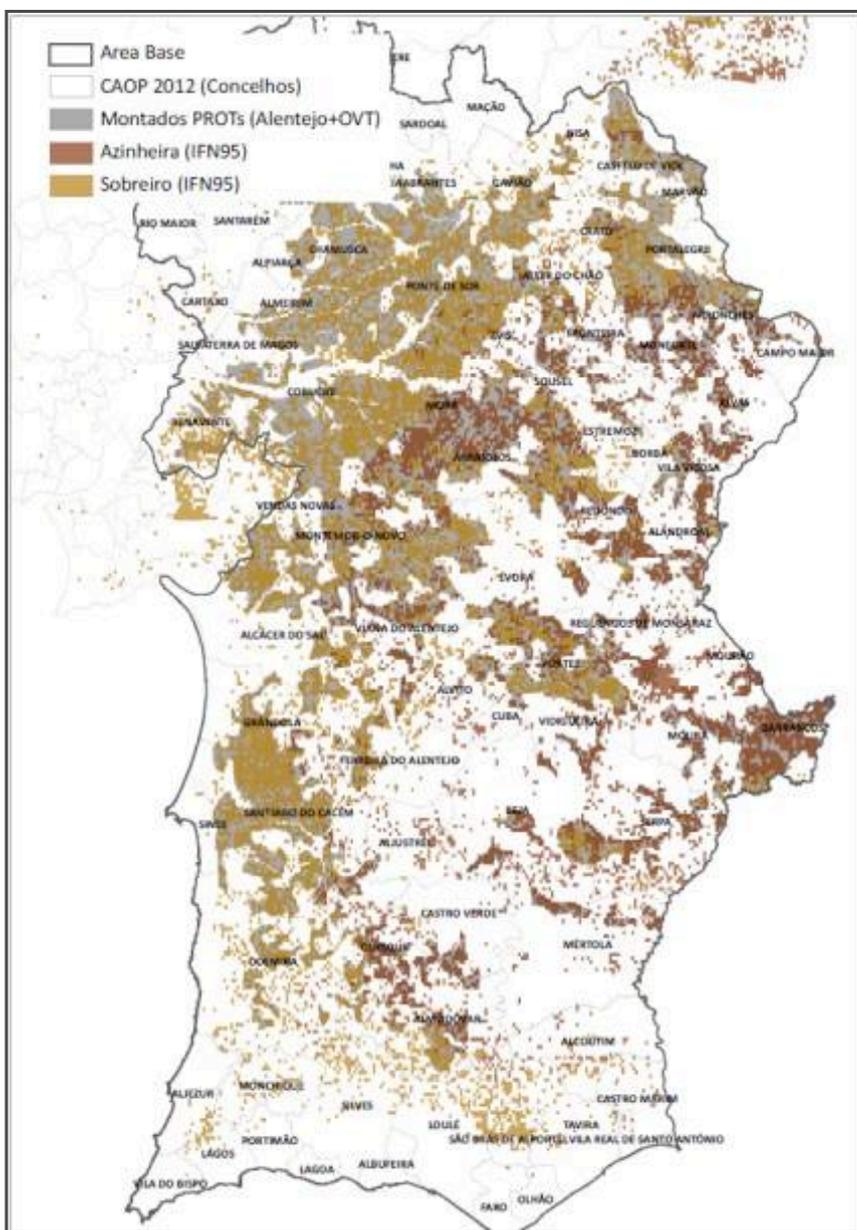
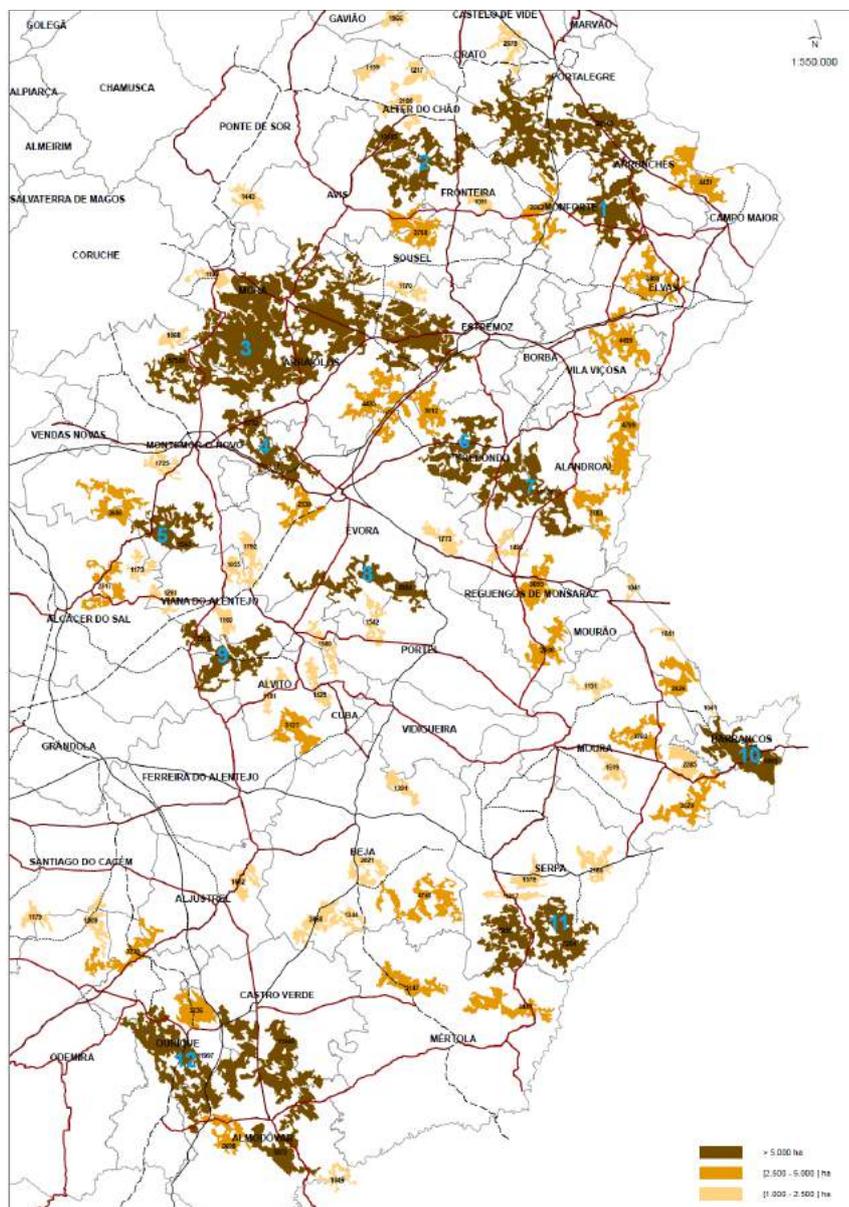


Figura 29 – Distribuição do CLC 244 – Agroflorestais por classes de áreas e das classes do COS 2010



A partir dos resultados obtidos com os critérios anteriores, procede-se à exclusão de áreas CLC 244 com povoamentos de sobreiro e azinheira em áreas de continuidade < 5000 ha, com exceção de manchas de menor dimensão que complementam ou ligam as maiores e manchas com dimensão ≥ 5.000 ha dispersas e não distintas.

Figura 30 – Identificação das manchas CLC 244 – Agroflorestais com dimensão > 5000 ha



De forma complementar e com objetivos de validação da informação e pertinência das áreas, procede-se à análise da mortalidade de sobreiro e azinheira (Fonte: Inventário Nacional de Mortalidade de Sobreiro na Fotografia Aérea Digital de 2004/2006, ICAM/Universidade de Évora), que permite confirmar que as áreas selecionadas não correspondem a áreas com elevados índices de mortalidade.

Figura 31 – Mortalidade do Sobreiro - Alto Alentejo

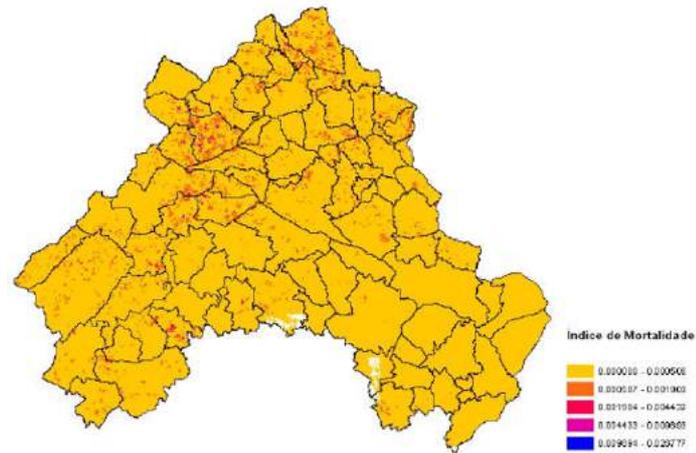


Figura 32 – Mortalidade da Azinheira - Alto Alentejo

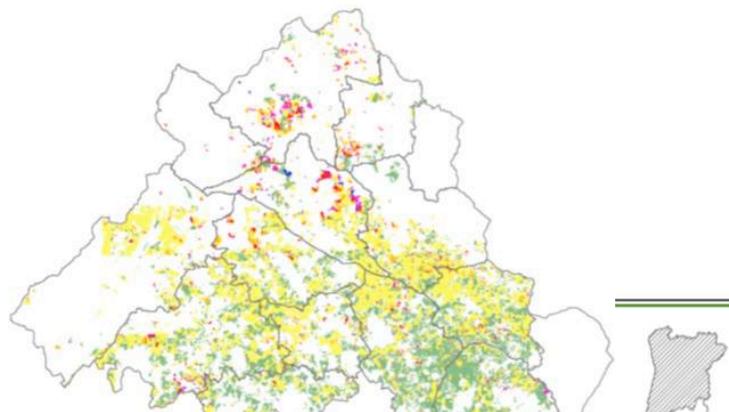


Figura 33 – Mortalidade do Sobreiro – Alentejo Central

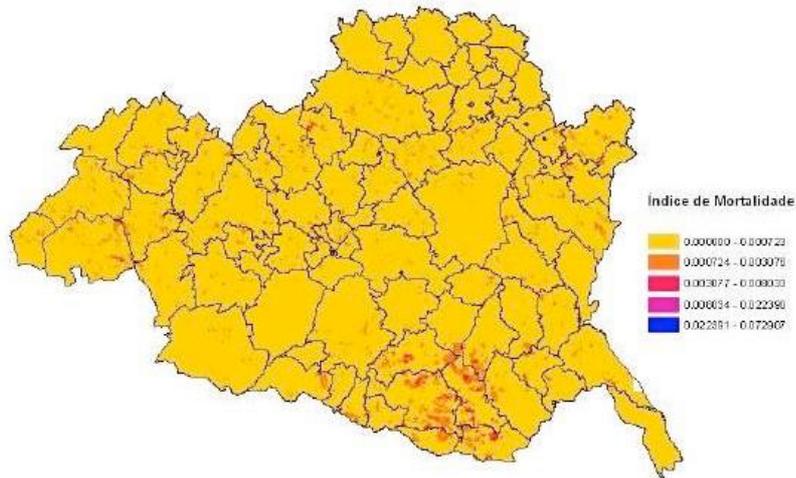


Figura 34 – Mortalidade da Azinheira – Alentejo Central

Figura 14. Grau de coberto de azinheira no Alentejo Cen

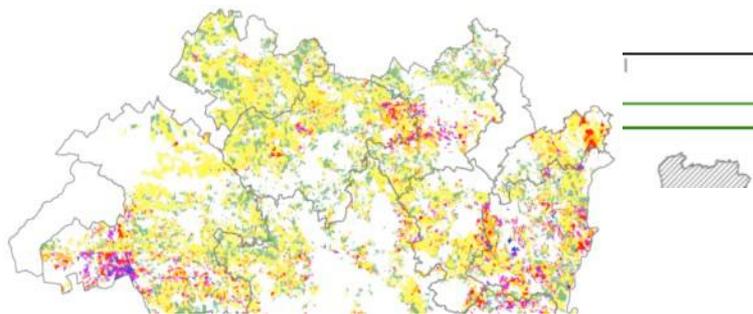


Figura 35 – Mortalidade do Sobreiro – Baixo Alentejo

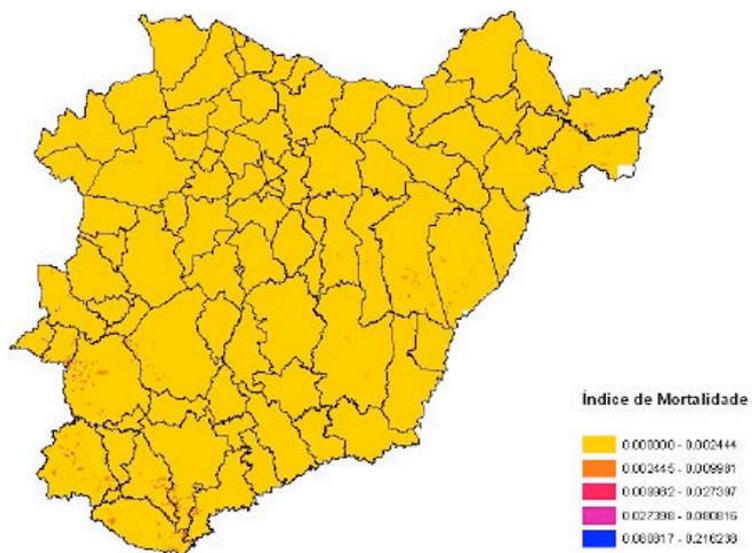
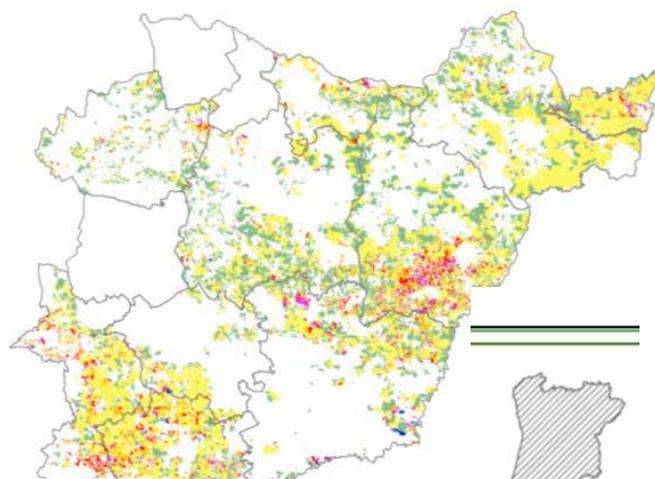


Figura 36 – Mortalidade da Azinheira – Baixo Alentejo



Por fim, com base ainda numa análise complementar do estágio de desenvolvimento (Fonte: IFN5), confirma-se também que as áreas selecionadas não apresentam áreas significativas em termos de novos povoamentos, já que esta variável é considerada no estudo como fator de exclusão.

Seguidamente, num segundo passo, passa-se ao aprofundamento da caracterização e da análise das áreas de sistema agroflorestal de Montado a partir de um conjunto de outras variáveis, permitindo aferir o interesse destas áreas até então selecionadas por um critério da sua extensão (área contínua de sistema de montado), em função de outras variáveis de caracterização.

As variáveis principais estudadas em termos da caracterização dos povoamentos de sobreiro e azinheira, puros e mistos, com base na fonte IFN5, foram: (i) Tipos de povoamentos com espécie dominante de sobreiro ou azinheira, em três categorias: puros de sobreiro, puros de azinheira e mistos de sobreiro e azinheira; (ii) Tipos de sob-coberto desses povoamentos; (iii) Grau de cobertura desses povoamentos; e (iv) Estágio de desenvolvimento desses povoamentos.

Complementarmente, ainda se considera um outro conjunto de variáveis complementares, em termos do suporte físico e das condições edafo-climáticas associadas aos povoamentos de sobreiro e azinheira, segundo a fonte DGT / Atlas do Ambiente, designadamente: (i) Tipo de solos e acidez/alcalinidade; (ii) Níveis de precipitação; (iii) Hipsometria.

Como resultado deste segundo passo, é estabelecido o primeiro ensaio de 5 áreas com características diferenciadas que traduzem, em princípio, diferentes tipologias do sistema agroflorestal de Montado. O modo como o conjunto de elementos descritos se manifestam e combinam entre si nas áreas ocupadas pelo sistema agroflorestal do Montado permite estabelecer diferentes tipologias do sistema agroflorestal do Montado, com expressão territorial diversa (distribuem-se no território em áreas diferentes por influência das características edafo-climáticas e da orografia).

3.2. Proposta de delimitação de áreas tipologicamente representativas

O primeiro ensaio de 5 componentes com características diferenciadas traduzem, em princípio, diferentes tipologias do sistema agro-silvo-pastoril do montado e sugerem condições para a elaboração de uma proposta para classificação e inscrição na Lista do Património Mundial desta paisagem cultural na categoria de bem seriado

I. Sistema agroflorestal de montado com predominância de sobreiro na componente arbórea e produção de cortiça, Montemor-o-Novo e Évora (Alentejo Central)

II. Sistema agroflorestal de montado com predominância de azinheira na componente arbórea, Barrancos e

Moura (Baixo Alentejo)

III. Sistema agroflorestal de montado com áreas em que é predominantemente na componente arbórea o sobreiro, áreas em que é predominante a azinheira e áreas com presença de sobreiro e azinheira, distribuídas em função da orografia e dos níveis de precipitação, Portalegre, Arronches e Monforte (Alto Alentejo)

IV. Sistema agroflorestal de montado com presença de sobreiro e azinheira onde existe forte multifuncionalidade, Serpa e Mértola (Baixo Alentejo)

V. Sistema agroflorestal de montado com presença de sobreiro e azinheira onde a produção de porco de montanha é mais significativa, Ourique e Almodôvar (Baixo Alentejo).

A opção pelas cinco componentes diferentes, justificando a classificação da Paisagem Cultural do Montado dentro da categoria de Bem seriado, procura assegurar uma diversidade de situações e combinatórias representativas da singularidade e da integridade desta paisagem cultural, nos seguintes domínios:

- Elemento arbóreo dominante do povoamento florestal deste sistema agroflorestal: sobreiro, azinheira ou os dois,
- Densidade do povoamento florestal,
- Condições biofísicas presentes
- Condição específica da Orografia
- Produções económicas dominantes associadas a este sistema agroflorestal: exploração de cortiça; pastoreio de ovinos e caprinos; produção de porco de montanha,
- Produções complementares: PAM, apicultura, micologia, caça, serviços turísticos, etc.,
- Estrutura da propriedade fundiária,
- Estágio evolutivo e adaptativo do sistema face às características edafoclimáticas e socioeconómicas,
- Características estruturais da paisagem (morfológicas, funcionais e estéticas),
- Formas predominantes de povoamento humano e marcas da presença humana no território, nomeadamente monte, aldeias, povoamento,
- Saberes-fazer tradicionais e outro património cultural imaterial associado,
- Formas tradicionais de arquitetura popular tradicional.

A tabela seguinte procura sublinhar os principais aspetos de distinção ou de coincidência entre as cinco áreas propostas para os domínios estabelecidos:

Tabela 2 - Sistema agro-silvo-pastoril (agroflorestal) multifuncional do montado – análise sintética das características das áreas

Elementos determinantes	Área Portalegre / Arronches/ Monforte	Área Montemor-o-Novo / Évora	Área Barrancos / Moura	Área Serpa / Mértola	Área Ourique / Almodôvar	Observações
Povoamento florestal – elemento arbóreo	Sobreiro e Azinheira	Sobreiro	Azinheira	Sobreiro e Azinheira	Sobreiro e Azinheira	
Densidade do povoamento	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa	Distinguem-se os povoamentos mistos do norte e do sul
Condições biofísicas	Total (diversidade dentro da área)	Incompletas	Incompletas	Incompletas	Incompletas	A área de Portalegre permite uma leitura integrada da influência das condições biofísicas
Orografia	Ondulado	Ondulado leve (“sensual”)	Ondulado	Ondulado	Peneplanície	
Produções económicas dominantes	Cortiça e pastoreio	Cortiça e pastoreio	Pastoreio / porco de montanha	Pastoreio / porco de montanha	Pastoreio / porco de montanha	Em termos económicos a área de Ourique / Almodôvar tem maior representação da área de transformação de carnes
Produções complementares: PAM, cogumelos, mel, caça	Presença	Presença	Presença	Presença acentuada	Presença	Necessita de confirmação no terreno
Exploração de outros serviços (turismo)	Presença acentuada	Presença acentuada	Presença moderada	Presença acentuada	Presença acentuada	Necessita de confirmação no terreno
Estrutura da propriedade	Grande dimensão / latifúndio	Grande dimensão / latifúndio	Grande dimensão / latifúndio	Média e pequena dimensão	Grande dimensão / latifúndio	A confirmar se a área delimitada de Serpa /Mértola é demonstrativa da especificidade
Povoamento humano	Concentrado	Concentrado	Concentrado	Disperso	Concentrado	A confirmar se a área delimitada de Serpa /Mértola é demonstrativa da especificidade
Saberes fazer tradicionais e manifestações culturais	Gastronomia mediterrânica	Gastronomia mediterrânica Cante	Gastronomia mediterrânica Cante	Gastronomia mediterrânica Cante Montanha	Gastronomia mediterrânica Cante Montanha	Confirmar presença do Cante na área de Portalegre / Arronches/ Monforte. Pode haver algumas diferenças dentro da gastronomia
Arquitetura populares dos povoados	Sub-região das Areias (S. Mamede e Marvão)	Sub-região da plataforma de Évora	Sub-região do além Guadiana	Sub-região do além Guadiana	Sub-região dos barros de Beja	Baseada num trabalho (José Baganha) / necessita de ser trabalhada

Os limites das componentes da área da paisagem cultural do sistema de montado estabelecidos nesta fase procuraram abranger as seguintes situações:

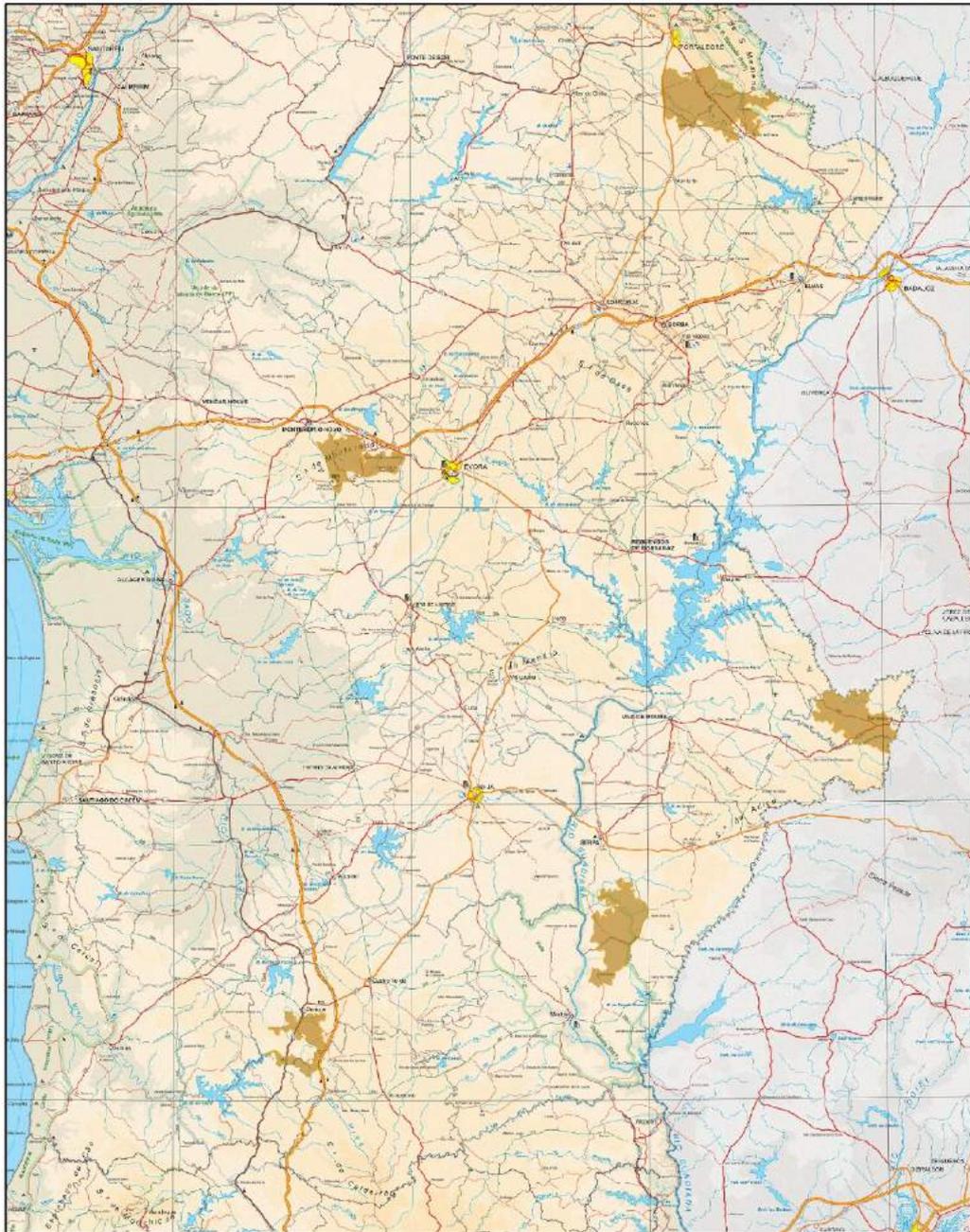
- i. Áreas predominantemente ocupadas por sistemas agroflorestais com presença de sobreiro, azinheira ou as duas espécies (Base COS 2015 e CLC 2012), com manchas superiores a 5000ha (sempre que possível), evitando incluir manchas com sinais de mortalidade de sobreiros e azinheiras;
- ii. Herdades, quintas e montes que mantenham a atividade tradicional associada ao sistema agroflorestal, incluindo uma gestão da multifuncionalidade e que confirmam a presença humana no território, presença indispensável na construção desta paisagem;
- iii. Povoações com características tradicionais, que reforcem a componente humana desta paisagem cultural;
- iv. Património histórico, arqueológico e arquitetónico, representativo.

Por outro lado, evitam-se dentro destes limites a presença de elementos dissonantes.

A proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado nas 5 componentes foi trabalhada com as equipas técnicas dos diversos municípios abrangidos, beneficiando do seu enorme conhecimento técnico atualizado e da disponibilidade para trabalhar em conjunto no sentido de criar os instrumentos de gestão territorial mais adequados para a proteção, gestão e valorização futura destas componentes. Na generalidade, os municípios abrangidos pelas propostas das cinco componentes delimitadas reconheceram o valor, o interesse estratégico e as vantagens do processo. Apesar desse reconhecimento e da adesão manifesta ao processo de trabalho conjunto, foi sublinhada a necessidade de desenvolvimento aprofundado de um quadro de vantagens e de incentivos para os proprietários das componentes abrangidas (seja dentro da área a classificar, seja da zona tampão) que, em consequência do quadro legal em vigor, passarão a estar mais condicionados na intervenção e gestão das suas propriedades, rústicas e urbanas.

Os cartogramas seguintes representam os trabalhos concluídos com as equipas técnicas dos municípios em termos de propostas de delimitação das áreas das 5 componentes.

Figura 37 – Proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado nas 5 componentes



- Paisagem Cultural do Montado
- Limite revisto pelas Câmaras Municipais
- Zona Tampão (50m)



Fonte:
Cópia Administrativa do Plano de Portugal 2017. Direção-Geral do Território,
Carta de Portugal a escala 1:500 000 (Imagem-Geral do Território)

Tabela 3 - Localização das componentes delimitadas e respetivas áreas

Síntese da proposta revista pelos municípios			
Componentes		Área (ha)	%
A	Evora/Montemor-o-Novo	7.669	15,5
B	Barrancos/Moura	9.484	19,2
C	Arronches/Monforte/Portalegre	16.051	32,5
D	Mértola/Serpa	11.282	22,8
E	Almodovar/Ourique	4.973	10,1
Paisagem Cultural do Montado		49.459	100,0

Figura 38 – Proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado da componente de Évora / Montemor-o-Novo

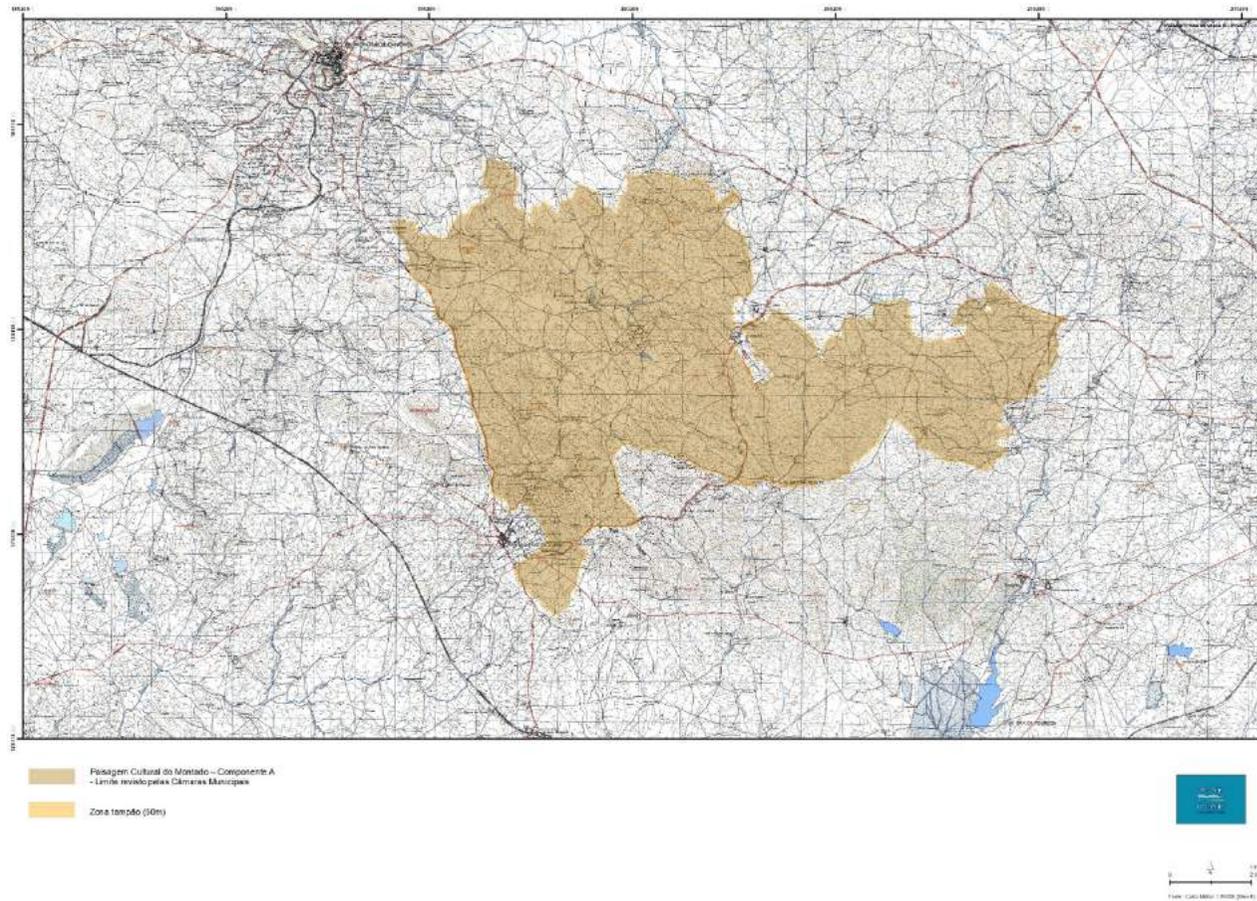


Figura 39 – Proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado da componente de Barrancos /Moura

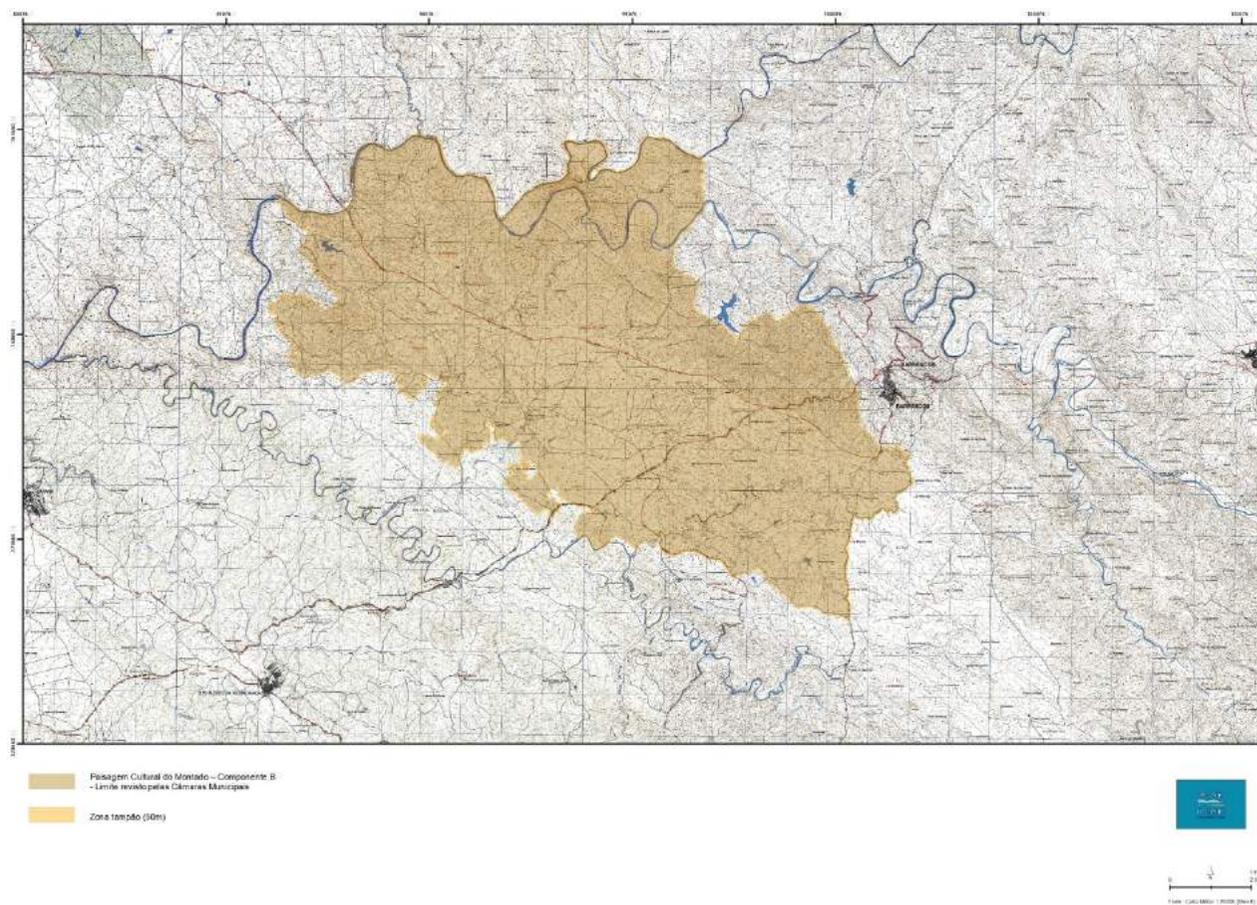


Figura 40 – Proposta preliminar da área da Paisagem Cultural de Montado da componente de Arronches / Monforte / Portalegre

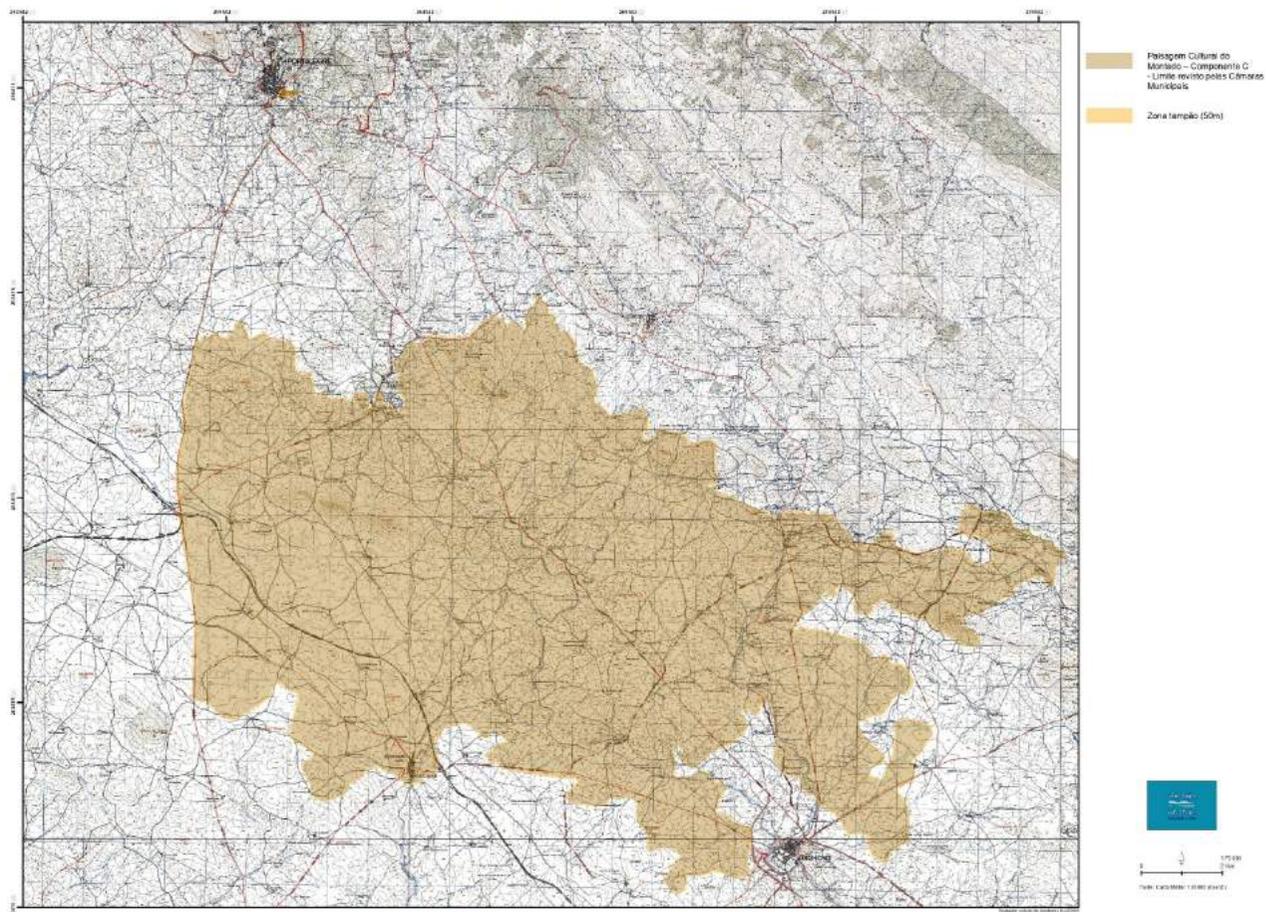


Figura 41 – Proposta preliminar da área de Paisagem Cultural de Montado da componente de Mértola / Serpa

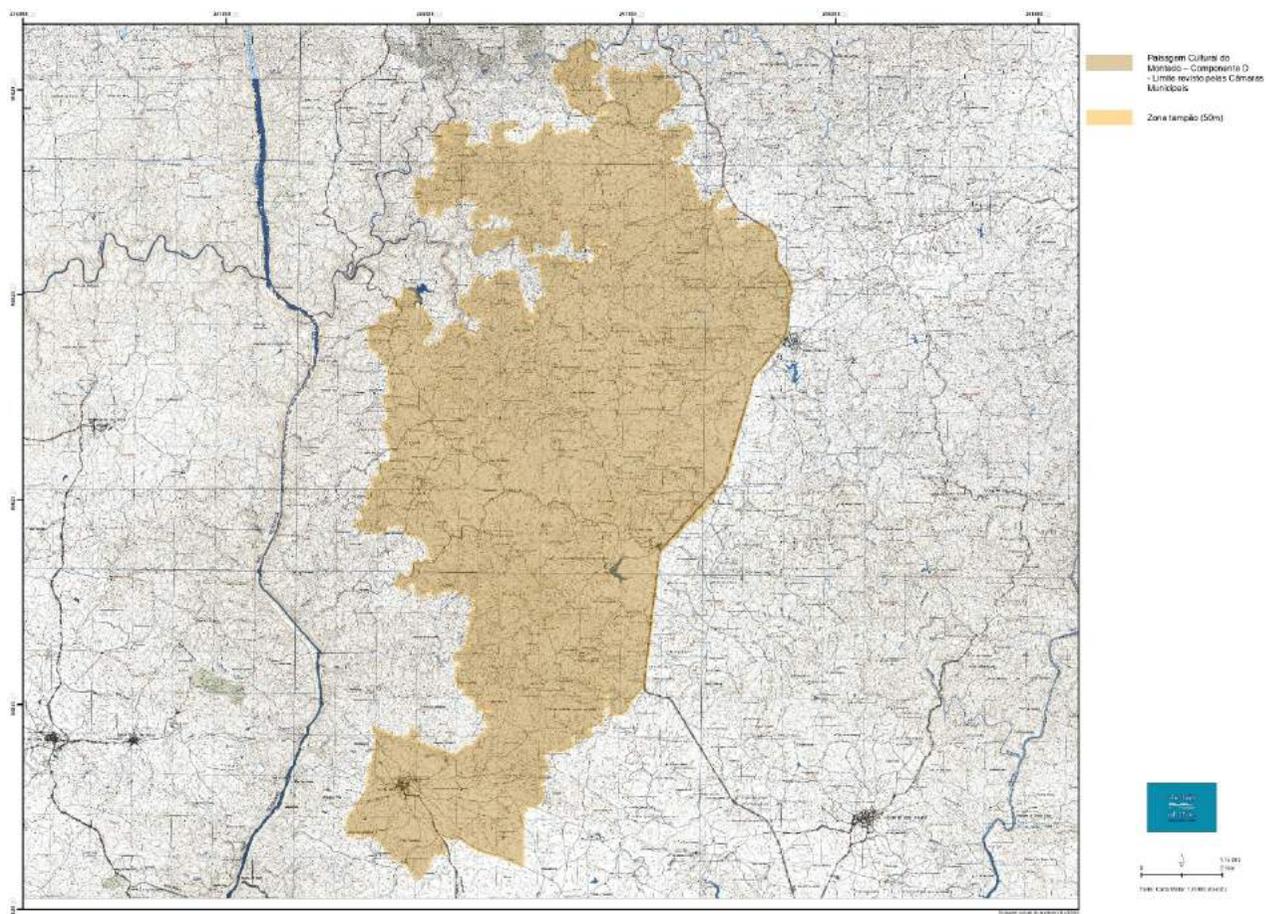
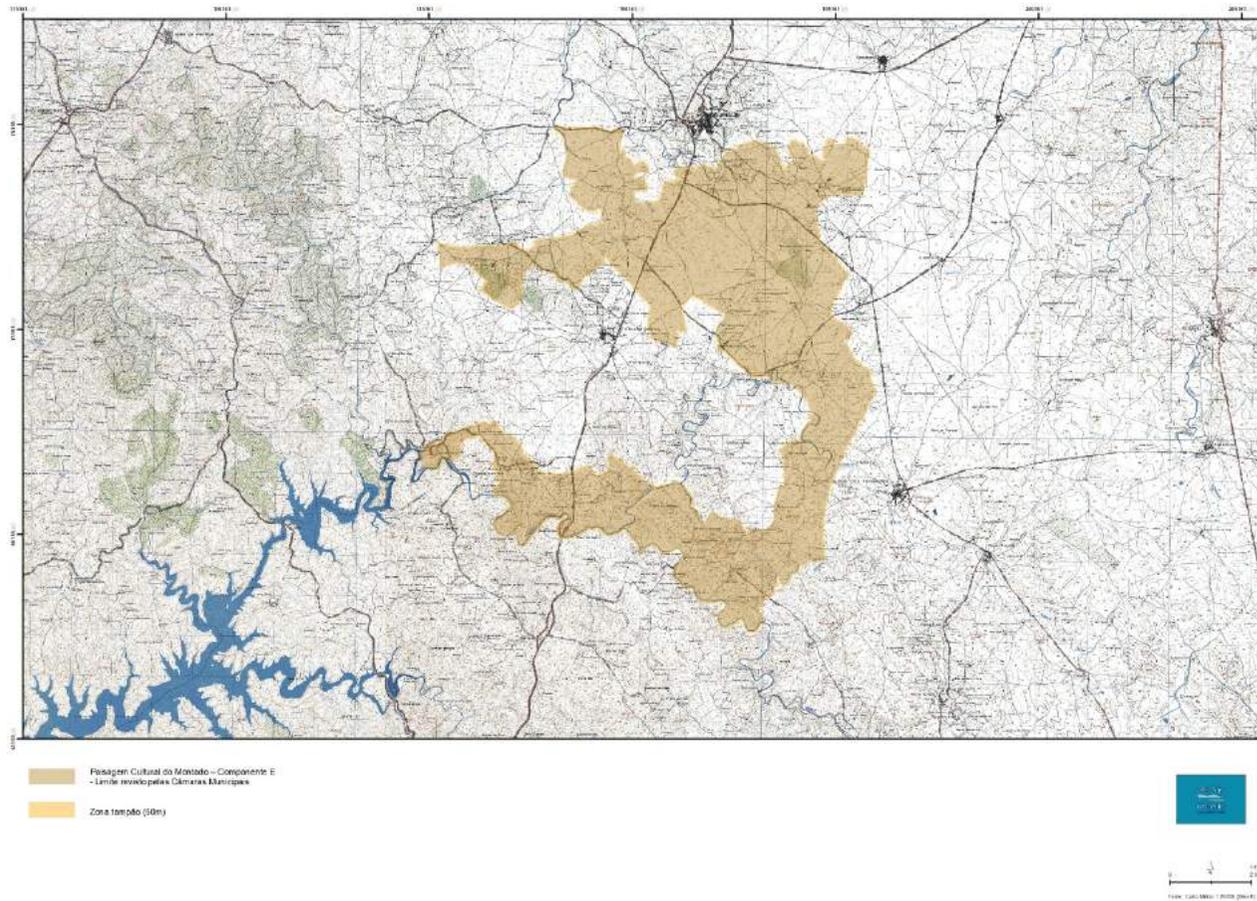


Figura 42 – Proposta preliminar da área de Paisagem Cultural de Montado da componente de Almodôvar /Ourique



3.3. Elementos de caracterização das áreas

3.3.1. Património Natural

As áreas propostas para integrar a Paisagem Cultural de Montado correspondem a territórios de significativa riqueza natural, o que se traduz na presença de vários elementos de património natural classificado, em vários casos com áreas sobrepostas.

As propostas de delimitação das 5 componentes antes identificadas compreendem as seguintes tipologias de património natural:

Áreas Protegidas

- Parque Natural do Vale do Guadiana (criado pelo Decreto Regulamentar n.º 28/95, de 18 de novembro).
Abrange parte da componente de Mértola e Serpa. Os principais instrumentos de gestão são o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana (Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2004, de 10 de novembro) e o Plano de Gestão (2008).
- Parque Natural da Serra de São Mamede (criado pelo Decreto-Lei n.º 121/89, de 14 de abril).
Abrange uma pequena parte da componente de Arronches / Monforte / Portalegre. O principal instrumento de gestão é o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2005, de 21 de março).

Rede Natura (Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial)

- Sítio de Importância Comunitária Monfurado (PTCON0031)
Abrange a quase totalidade da componente de Évora e Montemor-o-Novo. Os principais instrumentos de gestão são o Plano sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 5 de junho de 2008) - Orientações Estratégicas para a gestão do Sítio de Importância Comunitária Monfurado (PTCON0031), o Plano de Intervenção em Espaço Rural do Sítio de Monfurado – Município de Montemor-o-Novo (Aviso n.º 3453/2011, DR, 2.ª série, n.º 22, 1 de fevereiro de 2011) e o Plano de Intervenção em Espaço Rural do Sítio de Monfurado - Município de Évora (Aviso n.º 3305/2011, DR, 2.ª série, n.º 21, 31 de janeiro de 2011).
- Sítio de Importância Comunitária Moura/Barrancos (PTCON0053) e Zona de Proteção Especial Mourão/Moura/Barrancos (PTZPE0045)

Abrangem parte da componente de Barrancos e Moura. O principal instrumento de gestão é o Plano sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 5 de junho de 2008) - Orientações Estratégicas para a gestão do Sítio de Importância Comunitária Moura / Barrancos (PTCON0053) e da Zona de Proteção Especial Mourão/Moura/Barrancos (PTZPE0045).

- Sítio de Importância Comunitária S. Mamede (PTCON0007)

Abrange cerca de metade da componente de Arronches, Monforte e Portalegre. O principal instrumento de gestão é o Plano sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 5 de junho de 2008) - Orientações Estratégicas para a gestão do Sítio de Importância Comunitária S. Mamede (PTCON0007).

- Sítio de Importância Comunitária Guadiana (PTCON0036) e Zona de Proteção Especial Vale do Guadiana (PTZPE0047).

Abrange uma pequena parte da componente de Mértola e Serpa. O principal instrumento de gestão é o Plano sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 5 de junho de 2008) - Orientações Estratégicas para a gestão do Sítio de Importância Comunitária Guadiana (PTCON0036) e da Zona de Proteção Especial Vale do Guadiana (PTZPE0047).

- Zona de Proteção Especial Piçarras (PTZPE0058)

Abrange uma pequena parte da componente de Almodôvar/Ourique. O principal instrumento de gestão é o Plano sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 5 de junho de 2008) - Orientações Estratégicas para a gestão da Zona de Proteção Especial Piçarras (PTZPE0058).

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

Abrange a quase totalidade do território correspondente às 5 componentes propostas para a Paisagem Cultural de Montado. Integra o subsistema ambiental do modelo territorial do PROT, tendo por objetivo “garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclos da água, do carbono, do azoto), assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens”. O principal instrumento de gestão é o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto), que define um conjunto de normas orientadoras e de natureza operacional para a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental.

Para além do património natural já classificado e delimitado, existem outras categorias dentro da componente agroflorestal que devem ser inventariadas, inclusive a partir de outras fontes de informação como os Planos diretores Municipais, e que a tabela seguinte sistematiza:

Tabela 4 - Património natural e agroflorestal - categorias

Espólio patrimonial associado à Paisagem Cultural do Montado - componente agroflorestal e natural						
I Componente agro-florestal e natural	1.1 sistema agro-florestal	1.1.1	Sistemas agro-florestais	1.1.1.1	sobreiro	
				1.1.1.2	azinheira	
				1.1.1.3	mistos	
		1.1.2	pastagens e exploração pecuária extensiva	1.1.2.1	porco de montanha	
				1.1.2.2	ovinos e caprinos	
				1.1.2.3	bovinos	
		1.1.3	outras produções relevantes associadas ao montado	1.1.3.1	apicultura	
				1.1.3.2	micologia	
				1.1.3.3	PAM	
				1.1.3.4	caça (zonas de maior potencialidade de caça)	
		1.1.4	outras produções tradicionais complementares do sistema de montado (olival, hortas, etc)			
		1.3 sistema natural	1.3.1	Biodiversidade	1.3.1.1	Habitats naturais
					1.3.1.2	Habitats de espécies, vegetais e animais
			1.3.2	Zonas Húmidas		
	1.3.3		Património geológico	1.3.3.1	geossítios	
1.3.4	Parques Naturais					
	1.3.5	Reservas da Biosfera				

3.3.2. Património Cultural

Relativamente ao património cultural as áreas propostas para as cinco componentes do sistema de montado delimitadas detêm um conjunto de bens que se encontram inventariados e classificados, no quadro da Lei Portuguesa do Património Cultural, nas categorias de Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público. De seguida apresenta-se a descrição de cada um destes bens classificado:

i) Área de Évora e Montemor-o-Novo

Quinta de Sancha-A-Cabeça (Arquitetura Civil / Quinta)

Monumento de Interesse Público

Portaria n.º 413/2013, DR, 2.ª série, n.º 120, de 25-06-2013

ZEP - Portaria n.º 413/2013, DR, 2.ª série, n.º 120, de 25-06-2013 (sem restrições)

Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, Montemor-o-Novo

Nota histórico-artística:

Embora se desconheça a data exacta da instituição da Quinta de Sancha-a-Cabeça, o espaço conserva, na estrutura do palacete, "vestígios arquitectónicos que remontam ao século XVI" (ESPANCA, 1975). Ainda no século XVI, a propriedade terá pertencido a D. Fernão Martim Mascarenhas, alcaide-mor de Montemor-o-Novo, e D. Diogo de Castro (idem, ibidem).

Em 1683, a quinta entrou na posse do desembargador Simão Botelho Vogado, que a recebeu do Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação, por escambo.

Já no início do século XX, Sancha-a-Cabeça foi adquirida aos Morgados Laboreiros pela família dos actuais proprietários. Presentemente, o espaço funciona como uma sociedade de produção agrícola.

A cerca da quinta delimita um extenso olival, bem como área de montado de sobre e azinho, e espaços de jardim, organizados em terraços. No primeiro patamar, situa-se o paço solarengo, que embora seja de fundação quinhentista, apresenta uma composição ecléctica, derivada de sucessivas campanhas de obras.

A estrutura do palácio foi reedificada nos finais do século XVIII, o que lhe conferiu um gosto neoclássico, acentuado pela fonte circular de mármore erigida no centro do recinto. No interior ainda se conservam composições de azulejos de tapete seiscentistas.

Nas primeiras décadas do século XX, o palacete foi acrescentado com um corpo de sobrados, na mesma época em que se procedeu ao restauro da ermida privada da casa, que passou a estar dedicada a Nossa Senhora das Dores, sendo reaberta ao culto em 1907 (idem, ibidem). (Catarina Oliveira, DIDA/ IGESPAR/ 2007)

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/10021943/>

Gruta do Escoural (Estação arqueológica situada na Herdade da Sala) (Arqueologia / Gruta)

Monumento Nacional

Decreto n.º 45 327, DG, I Série, n.º 251, de 25-10-1963

Santiago do Escoural, Montemor-o-Novo

Nota histórico-artística:

O sítio arqueológico do Escoural integra um santuário rupestre ao ar livre datado do neolítico final, um povoado fortificado da Idade do Cobre, um tholos ou sepulcro megalítico e uma gruta. Embora o processo de classificação tenha sido desenvolvido com a designação de estação arqueológica, a gruta é de facto o seu ponto fulcral, e o único elemento classificado do conjunto (o Tholos do Escoural encontra-se em vias de classificação).

A Gruta do Escoural constitui uma cavidade natural formada num afloramento granítico implantado numa vasta faixa de calcários, numa zona de verdadeira encruzilhada localizada entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Sado e a peneplanície alentejana. Encontrando-se parcialmente selada por um espesso manto estalagmítico, é constituída por várias salas e galerias que atestam, grosso modo, cerca de 50 000 anos de História, ilustrados pelas representações gráficas realizadas no seu interior.

A primeira ocupação remonta ao Paleolítico Médio, quando grupos de caçadores-recolectores neanderthalenses utilizaram a Gruta como abrigo temporário durante a prática da caça, cujo alvo principal seria, entre outros, o auroque, o veado e o cavalo, a julgar pelos vestígios osteológicos aí encontrados. Durante o Paleolítico Superior (35 000-8 000 a.C.),

o espaço da Gruta sofreu um reaproveitamento, surgindo, então, um santuário rupestre concebido por grupos anatomicamente considerados modernos. Data precisamente desta época a utilização das paredes do seu interior como suporte de realização de diversos motivos artísticos, inseridos no vasto universo da denominada "Arte Pré-histórica".

No epicentro destas representatividades encontra-se sempre o elemento faunístico, com especial destaque para os equídeos e os bovídeos, geralmente pintados a negro. Está ainda presente um outro conjunto de componentes realizado a encarnado, com uma carga simbólica que muito dificilmente poderemos interpretar, pelo facto de se conectarem, muito provavelmente, a uma imagética e espiritualidade muito próprias, das quais se perderam, há muito, os registos.

Foi, contudo, somente com a emergência do Neolítico (5 000 a.C.-3 000 a.C.), que a Gruta foi transformada em cemitério das comunidades de agricultores e pastores localizadas nas suas imediações. O ritual funerário é composto de deposição, à superfície, do morto no seu interior, acompanhado de espólio constituído por diversos artefactos, tais como vasos cerâmicos, machados e enxós em pedra polida, lâminas e lamelas em sílex, além de diferentes tipos de adornos realizados em osso e concha.

Terão sido estes mesmos grupos populacionais que, aproveitando as lajes calcárias do exterior da Gruta, gravaram diversos motivos esquemáticos e animais estilizados, formando um santuário rupestre ao ar livre no cerro que se lhe sobrepõe.

Quando, no final do Neolítico, a Gruta foi encerrada, o seu espaço começou a ser habitado por comunidades do Calcolítico (2 000 a.C.), construindo-se um povoado fortificado, assim como um tholos megalítico de falsa cúpula, situado a uma distância de cerca de 600 metros, caracterizado por câmara circular, corredor e átrio de acesso ao seu interior.

Os diferentes espólios encontrados, quer em contexto habitacional, quer funerário, parecem evidenciar a prática agrícola, pastorícia e mineira destas populações.

Tendo sido descoberta ocasionalmente a 17 de Abril de 1963, deu-se de imediato início a uma campanha de escavações da responsabilidade do Museu Nacional de Arqueologia, ao mesmo tempo que o sítio era classificado como "Monumento Nacional" em 25 de Outubro do mesmo ano, e adquirido pelo Estado Português em 1998. (AMartins / FMM, IGESPAR, I.P., 11.08.2011)

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69721>

Menir dos Almendres (Arqueologia / Menir)

Imóvel de Interesse Público

Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974 e Decreto n.º 4/2015, DR, 1.ª série, n.º 44, de 4-03-2015

Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe, Évora

Nota histórico-artística:

O menir dos Almendres encontra-se implantado a Nordeste do conhecido Cromeleque dos Almendres, um dos maiores recintos megalíticos da Península Ibérica, hoje classificado como Monumento Nacional. O menir situa-se, também, muito próximo do núcleo residencial da herdade que lhe deu o nome.

O Menir dos Almendres corresponde a um grande megálito cilíndrico de forma fálica, colocado em posição vertical, com cerca de 4m de altura ostentando, no terço superior, uma insculptura em forma de "báculo".

A proximidade ao recinto dos Almendres não é ocasional, sendo certo que com ele estabeleceria um alinhamento cujo significado não nos é hoje possível saber com exatidão, podendo estar relacionado com orientações astronómicas mas, também, no caso deste menir, com o culto da fecundidade. De qualquer modo é certo que os menires destinavam-se a marcar o território e, a sua visibilidade e impacto simbólico, foram componentes indispensáveis no momento da sua conceção.

De notar que, na região do Alentejo, a maior concentração de menires encontra-se na zona a Oeste de Évora onde também ocorre a maior densidade de vestígios de habitat. Trata-se, assim, de espaços onde as populações de economia agro-pastoril marcaram a sua presença, presença esta que hoje apenas é visível no impressionante número de monumentos megalíticos que permaneceram no território.

A escavação arqueológica realizada no recinto dos Almendres no final dos anos 80 do século XX, apesar de não ter revelado grande número de artefactos aponta, como provável, uma datação que integra estes monumentos no Neolítico-Calcolítico.

História

Os monumentos megalíticos dos Almendres foram descobertos pelo investigador Henrique Leonor Pina, em 1964, quando este procedia ao levantamento da Carta Geológica de Portugal. (Maria Ramalho/DGPC/2017.)

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/20418685>

ii) Área de Barrancos e Moura

Castelo de Noudar (Arquitetura Militar / Castelo)

Monumento Nacional

Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

Barrancos, Barrancos

Nota histórico-artística:

Ao contrário do que tem sido sucessivamente repetido, a história do castelo de Noudar não tem início na época da reconquista, mas algum tempo antes, muito provavelmente nos séculos X ou XI, altura em que se terá edificado uma torre ou um pequeno castelo, que tinha como missão o controlo sobre a via que ligava a Beja (REGO, 2003, p.74). Desse reduto primitivo, as escavações arqueológicas ainda não revelaram qualquer vestígio, mas conserva-se parte da muralha Sul, em taipa revestida por alvenaria da fase construtiva gótica, o que aponta para uma pré-existência islâmica (com grande probabilidade já do século XII e devida aos almóadas), à qual se subordinou, ao menos parcialmente, o castelo que D. Dinis posteriormente promoveu (IDEM).

A actual configuração da fortaleza deve-se à nova ordem cristã implantada nesta região ao longo do século XIII. No entanto, não é certo que imediatamente após a reconquista do território se tenham realizado obras no reduto militar, não obstante a sua óbvia posição de fronteira. Em 1253, a povoação recebeu foral de Afonso X de Castela, juntamente com outras localidades do Além-Guadiana, entre as quais Moura e Serpa. Ela haveria de passar para a posse portuguesa cerca de meio século depois, pelo tratado de paz entre D. Dinis e Fernando IV, celebrado em 1295. É só a partir dessa data que encontramos as primeiras referências à vontade régia de erguer aqui um reduto militar relevante. Em Dezembro desse mesmo ano, D. Dinis passou carta de foral à vila e, oito anos depois, o monarca entregou-a à Ordem de Avis,

ficando esta instituição obrigada a lavrar "esse castello de boo muro e" fazer "y huum boom Alcaçar forte" (BARROCA, 2000, p.1339).

Do castelo então mandado erguer pelo Mestre D. Lourenço Afonso chegaram duas importantes inscrições, ambas atribuídas a 1308. A primeira, datada de 1 de Abril de 1308, comemora a acção do mestre de Avis na fundação do castelo e no povoamento da vila. A segunda, criticamente atribuída ao ano de 1308 (IDEM, pp.1359-1360), noticia o empenho do comendador Aires Afonso na edificação da torre de menagem. Por estas duas informações, é fácil perceber como a definição do sistema defensivo de Noudar foi uma prioridade para a Ordem de Avis nesses primeiros anos do século XIV.

A estrutura gótica então erguida conserva-se genericamente e dela fazem parte dois espaços essenciais: a alcáçova e a cerca da vila. Aquela ocupa o sector meridional do conjunto e é de planta quadrangular irregular, onde sobressai a torre de menagem, poderosa estrutura elevada a c. 18 metros de altura e que protege activamente a entrada no recinto. De planta quadrangular, e construção cuidada, possui sistema interior e duas portas de acesso a pisos distintos. A cerca é bastante maior que a alcáçova e possui 10 torreões adossados, o principal protegendo a porta da vila.

Como fortaleza de fronteira, foram muitas as ocasiões em que passou de Portugal a Castela, e vice-versa, tendo sido o século XIV particularmente fértil. Quando Duarte d'Armas a desenhou, em 1509, não parece que tivessem existido assinaláveis obras de reconfiguração, à excepção, talvez, das barbacãs que circundavam o castelo, estruturas defensivas mais características do século XV. De novo na posse de espanhóis em 1644 e em 1707, a sua vulnerabilidade não foi suficiente para que se empreendessem obras de abaluartamento, ao contrário do que sucedeu, por exemplo, em Elvas, facto que consolidou a imagem medieval do conjunto.

A partir do século XVIII, a história deste castelo é a de um abandono progressivo, consumado em 1893 com a sua venda a um privado, João Barroso Domingues, importante proprietário de Barrancos. Só em 1997, mais de um século depois, a autarquia conseguiu adquirir o conjunto, desenvolvendo-se, a partir de então, um projecto de investigação arqueológica sistemática que, para já, revelou alguns níveis da presença islâmica no local. (PAF)

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70654/>

iii) Área de Arronches, Monforte e Portalegre

Igreja de Nossa Senhora dos Milagres, matriz de Assumar (Arquitetura Religiosa / Igreja)

Monumento de Interesse Público

Portaria n.º 740-EJ/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012)

ZEP - Portaria n.º 740-EJ/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012 (sem restrições)

Assumar, concelho de Monforte

Nota histórico-artística:

Inicialmente da invocação de São Pedro e sob o padroado dos Duques de Aveiro, a freguesia do Assumar foi depois dedicada a Santa Maria da Graça, remontando a construção da sua igreja aos meados do século XIV. Desta época conserva-se a estrutura interna, bem como alguns elementos do exterior - portal principal, portais laterais e fresta -, pois o templo foi objecto de campanhas decorativas que, no decorrer das centúrias seguintes (algumas das quais mais recentes), modificaram bastante a sua configuração original.

A fachada principal, com portal em ogiva, termina em empena e é ainda marcada pela abertura de uma janela, no eixo central, flanqueada por outras duas entaipadas. À direita, a torre sineira, rematada por coruchêu bolboso, exhibe numa das faces a lápide comemorativa da fundação do castelo por D. Afonso IV.

O interior, de três naves, apresenta três arcos formeiros em ogiva, apoiados sobre pilares com os ângulos chanfrados e capitéis depurados. A estes arcos correspondem, nos panos murários da nave, os arcos de volta perfeita das capelas. Os dois altares colaterais exibem retábulos de talha dourada, o do Evangelho do século XVI e o da Epístola, já do final do século XVII.

A capela-mor foi, muito possivelmente, a zona com mais alterações posteriores e, conseqüentemente, muito modificada, apresentando altar-mor em alvenaria. O mesmo se passa relativamente ao coro, de época moderna.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71382>

Conjunto constituído pela Igreja e antigo Convento de São Francisco e Fábrica Robinson

Conjunto de Interesse Público

Portaria n.º 740-DX/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012 (com restrições)

ZEP - Portaria n.º 740-DX/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012 (com restrições)

Sé e São Lourenço, concelho de Portalegre

Nota histórico-artística:

Este conjunto é constituído pela Igreja de São Francisco (classificada individualmente como IIP pelo Decreto n.º 47 508, DG n.º 20, de 24-01-1967) e parte do convento, pelos antigos edifícios conventuais onde veio posteriormente a funcionar a Fábrica Robinson, e por todas as estruturas fabris, incluindo maquinaria pesada e altos-fornos. Trata-se de um conjunto patrimonial com evidente coerência e unidade, excedendo o valor memorial e artístico da igreja e convento e estendendo-se ao uso fabril das instalações, que passam a constituir um testemunho económico, social e urbanístico da maior importância para a cidade de Portalegre.

O Convento de S. Francisco foi fundado no último quartel do século XIII, junto da Porta do Alegrete. A edificação original sofreu profundas campanhas de obras posteriores. Das obras góticas restam apenas os dois absidiolos da cabeceira, algumas abóbadas de cruzaria de ogivas assentes em capitéis de decoração vegetalista, e as elegantes janelas da nave. No século XVI, o corpo da igreja e o cruzeiro foram reformulados, e o absidiolo Sul foi adaptado como capela de Gaspar Fragoso, albergando um monumental túmulo e retábulo manuelino.

As mais importantes obras datam, porém, de meados de Seiscentos, testemunhando o impacto que o Barroco tardio teve neste espaço. Os trabalhos incidiram sobre a quase totalidade do conjunto, desde o portal principal à capela-mor, onde o novo retábulo, revela a influência do panteão da família dos Bragança em Vila Viçosa, e passando pelo claustro.

A extinção das Ordens Religiosas determinou a rápida degradação do convento, parcialmente adaptado como quartel. A igreja passou também para a posse dos militares em 1910, altura em que deixou de estar aberta ao culto e foi abandonada.

Entretanto, parte da cerca conventual adquiria outros usos. Uma oficina de cortiça aí instalada pelo inglês Thomas Reynolds foi alugada em 1848, e mais tarde vendida em hasta pública, ao comerciante Georges Williams Robinson, seu compatriota. Esta foi a base de uma instalação industrial gerida por sucessivas administrações familiares, denominada Fábrica de Cortiça Robinson, finalmente transferida para mãos portuguesas em 1941. Numa primeira fase, foram

reutilizadas as áreas correspondentes à antiga livraria conventual e ao refeitório, sobre o qual se ergueram os dois primeiros edifícios fabris. O edifício destinado ao fabrico de rolhas foi já construído de raiz.

À importância patrimonial das estruturas do complexo fabril, tanto as originárias do antigo convento como as levantadas de raiz, soma-se o valor do equipamento industrial, actualmente *in situ*, e que inclui uma linha de doze autoclaves para cozimento dos aglomerados negros de cortiça, associada aos respectivos sistemas de energia e de vapor instalados ainda na primeira metade do século XX. Entre as estruturas mais recentes, nem todas de uso exclusivamente fabril, devem ser mencionadas as habitações de trabalhadores e proprietários, para além de uma creche erguida junto à fábrica.

O conjunto da Igreja e Convento de São Francisco e da Fábrica de Cortiça Robinson constitui assim um testemunho fundamental para contextualizar os fenómenos religiosos, culturais, económicos, sociais e urbanísticos que caracterizaram o quotidiano de Portalegre pelo menos até à segunda metade do século XX, recordando que a fábrica chegou a dar emprego na cidade a milhares de trabalhadores. (Sílvia Leite / DIDA - IGESPAR, I.P. / 2011)

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/15140191>

Este conjunto constituído pela Igreja e antigo Convento de São Francisco e Fábrica Robinson encontra-se localizado maioritariamente na área desta componente proposta do bem, mas estendendo-se para a zona tampão.

iv) Área de Serpa e Mértola

Nenhum bem classificado nas categorias referidas.

v) Área de Ourique e Almodôvar

Castro da Cola (Arqueologia / Povoado Fortificado)

Monumento Nacional

Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

ZEP: Portaria n.º 589/97, DR, II Série, n.º 178, de 4-08-1997 (sem restrições)

Ourique, Ourique

Nota histórico-artística:

A presente classificação refere-se ao importante sítio arqueológico do Castro da Cola, nas proximidades de Ourique.

Desde há largos séculos que este Castro tem sido objecto da curiosidade e estudo por parte de diversos investigadores, alguns dos quais chegaram, mesmo, a realizar o seu levantamento cartográfico. Na verdade, a primeira referência de que há memória em relação à existência destes vestígios arqueológicos, encontramos-na na obra do humanista português, André de Resende, que teria estado neste Castro no ano de 1573. Seria, no entanto, Abel Viana a dar início a um estudo

sistemático destes vestígios arqueológicos, já em pleno século XX, com base em todo um imaginário popular da região eivado de lendas e tradições referentes à possível existência de tesouros das denominadas "mouras encantadas". As campanhas arqueológicas começaram, então, em 1958, tendo sido, infelizmente, interrompidas em 1964, no seguimento do falecimento deste nosso arqueólogo.

Embora tivesse tido uma ocupação desde o Neolítico até à época medieva, a parte mais significativa do espólio exumado na altura permite concluir que os períodos de maior actividade humana neste sítio terão decorrido ao longo da Idade do Ferro (representada pelos resquícios de uma curta espada de antenas, urnas cerâmicas e pela presença de diversas contas de colar realizadas, quer em vidro - de tipo fenício ou púnico -, quer em ouro) e, sobretudo, na Idade Média, com especial destaque para o período islâmico, do qual abundam inúmeros exemplos, tendo-se encontrado apenas dois fragmentos de lucernas relativos à ocupação romana, mas que não bastam para se falar de romanização deste povoado.

Quer pela análise do espólio encontrado durante as escavações correspondente ao período islâmico, quer pelo estudo da sua localização no terreno, e, sobretudo, pelo numeroso conjunto de artefactos conectados com a actividade da tecelagem (cujos padrões parecem obedecer a uma gramática decorativa aproximada à do mundo islâmico), poder-se-á concluir que o Castro da Cola constituiu um importante complexo comunitário, cuja base económica deveria repousar sobre uma economia essencialmente agro-pastoril, a condizer com o potencial da região envolvente.

Na realidade, estas potencialidades naturais explicarão o facto de serem conhecidas nesta vasta área geográfica diversas estações arqueológicas com vestígios ocupacionais desde o Neolítico até à Idade Média, numa evidência da sua ocupação contínua por parte de agricultores, pastores e mineiros, que aí encontraram as condições essenciais ao exercício das suas actividades e à sobrevivência das povoações onde viviam.

Do período islâmico fará, ainda, parte um conjunto bem representativo de cerâmica de variadíssimas espécies, numerosas agulhas de fusos de fiação e cossoiros de chumbo, entre outros materiais. Além disso, reportar-se-á também a esta época, ou ao período imediatamente a seguir à Reconquista Cristã, a existência de um complexo sistema defensivo, do qual faziam parte uma fortificação principal e fortificações secundárias, bem como uma ampla área de habitat e diversas necrópoles. [AMartins]

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70166/>

A metodologia para o trabalho de identificação e levantamento do espólio cultural existente que não se encontra já classificado ao abrigo da legislação nacional, mas que numa parte significativa se encontra identificado e inventariado no quadro dos Planos Diretores Municipais, assenta no seguinte conjunto de categorias:

Tabela 5 - Património cultural - categorias

Espólio patrimonial associado à Paisagem Cultural do Montado - componente construída				
II Componente construída e arqueológica	II.1 sistema produtivo	II.1.1 Herdades	II.1.1.1 habitação do proprietário (seprada do assento de lavoura)	
			II.1.1.2 assentos de lavoura - habitação proprietário	
			II.1.1.3 igreja	
			II.1.1.4 assentos de lavoura - habitação de trabalhadores	
			II.1.1.5 construções de produção - armazens, celeiros, oficinas	
			II.1.1.6 estábulos	
			II.1.1.7 montes isolados	
			II.1.1.8 instalações isoladas para o gado (curteiros para porcos, ovis, cortes para vacas)	
			II.1.1.9 pombais	
			II.1.1.10 obras hidráulicas	
			II.1.1.11 cercas	
			II.1.2 Quintas e montes	II.1.2.1 Quintas
				II.1.2.2 Montes
			II.1.3 Outro património vernacular isolado	II.1.3.1 fontes
		II.1.3.2 canadas		
		II.1.3.3 muros		
		II.1.3.4 malhadas (rebanhos)		
		II.1.3.5 malhadas (colmeias)		
		II.1.3.6 bebedouros		
		II.1.3.7 poços		
		II.1.3.8 azenhas		
		II.1.3.9 outros		
	II.1.4 património industrial	II.1.4.1 fábricas ou oficinas de produção/ transformação de cortiça		
		II.1.4.2 lagares de azeite		
		II.1.4.3 queijarias		
	II.2 sistema povoamento /património arqueológico e arquitectónico	II.2.1 arquitectura civil	II.2.1.1 aquedutos	
			II.2.1.2 casas isoladas	
			II.2.1.3 conjuntos edificados	
			II.2.1.4 pontes	
			II.2.1.5	
		II.2.2 arquitectura militar	II.2.2.1 castelos	
			II.2.2.2 fortes	
II.2.2.3 muralhas				
II.2.3 arquitectura religiosa		II.2.3.1 capela		
		II.2.3.2 convento		
		II.2.3.3 cruzeiro		
		II.2.3.4 ermida		
		II.2.3.5 igreja		
II.2.4 património arqueológico		II.2.4.1 antas		
		II.2.4.2 capelas		
		II.2.4.3 conjuntos edificados		
		II.2.4.4 grutas		
		II.2.4.5 menirs		
		II.2.4.6 povoado fortificado		
		II.2.4.7 villas		
II.3 outras infraestruturas	II.3.1 infraestruturas rodoviárias	II.3.2.1 linhas		
	II.3.2 infraestruturas ferroviárias	II.3.2.2 estações / apeadeiros		
Espólio patrimonial associado à Paisagem Cultural do Montado - compontnete móvel e imaterial				
III Componente móvel e imaterial	III.1 bens móveis relacionados com o montado	III.1.1 instrumentos de trabalho	III.1.1.1 machado corticeiro	
			III.1.1.2 enxó	
			III.1.1.3 chocalhos	
	III.2 património imaterial relacionado com o sistema e paisagem do montado	III.2.1 saberes fazer associados diretamente o montado	III.2.1.1 descortiçamento ou despela	
			III.2.1.2 falquejamento	
		III.2.2 saberes fazer associados à construção	III.2.2.1 construção em terra e abóbada	
			III.2.2.2 cante	
		III.2.3 manifestações tradicionais e artísticas	III.2.3.1 artesanato corticeiro	
			III.2.3.2 arte pastoril	
		III.2.4 trajes tradicionais	III.2.4.1 pelico	
			III.2.4.2 safões	
			III.2.4.3 perneiras	
			III.2.4.4 chapéus	
			III.2.4.5 samarras	
			III.2.4.6 coletes	
			III.2.4.7 (bolsa machado corticeiro)	
		III.2.5 gastronomia		

Os cartogramas seguintes representam as áreas referentes às propostas de delimitação para cada uma das cinco componentes e a sua sobreposição espacial com as diversas categorias do património natural e cultural classificado, conforme descrito anteriormente:

Figura 43 – Património natural presente na componente de Évora / Montemor o Novo

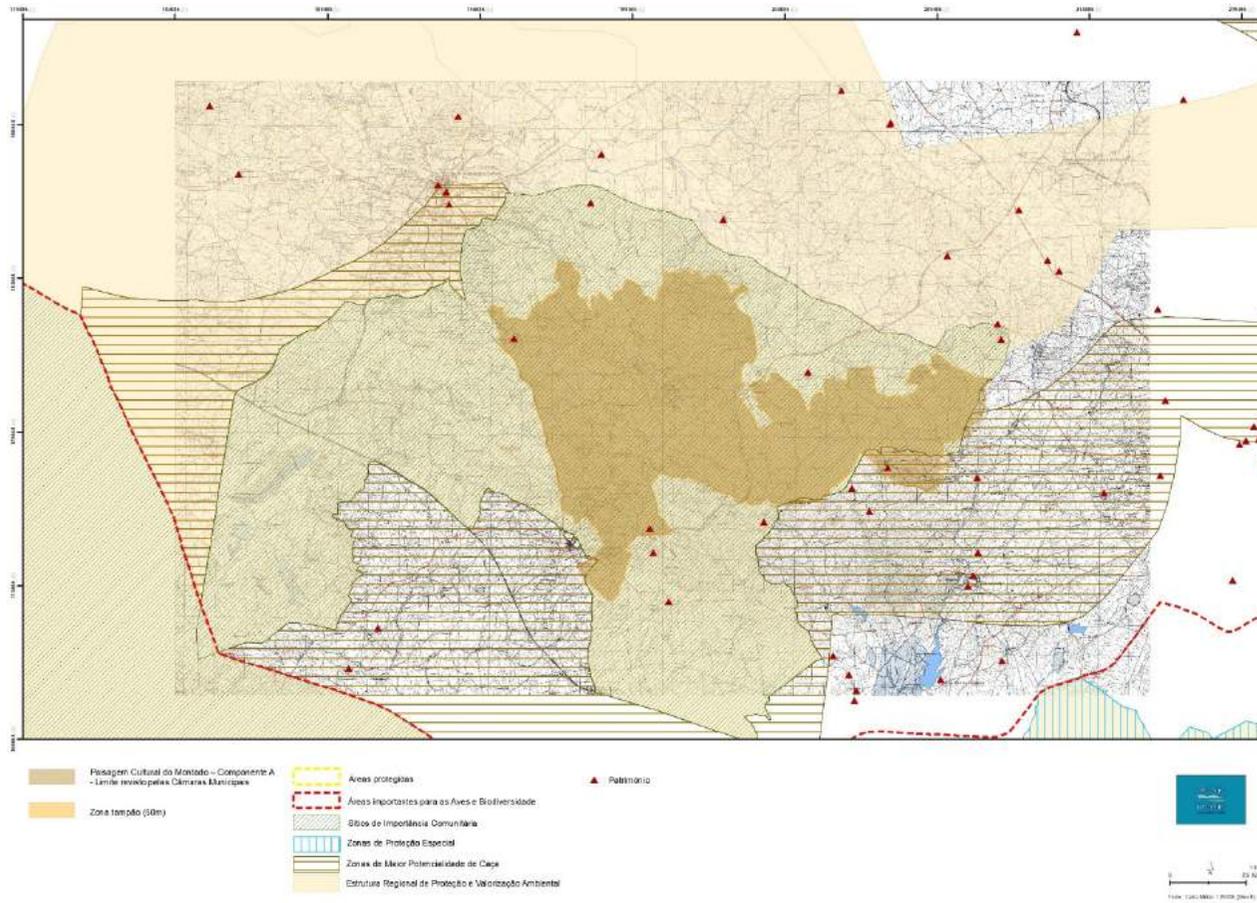


Figura 44 – Património natural presente na componente de Barrancos/Moura

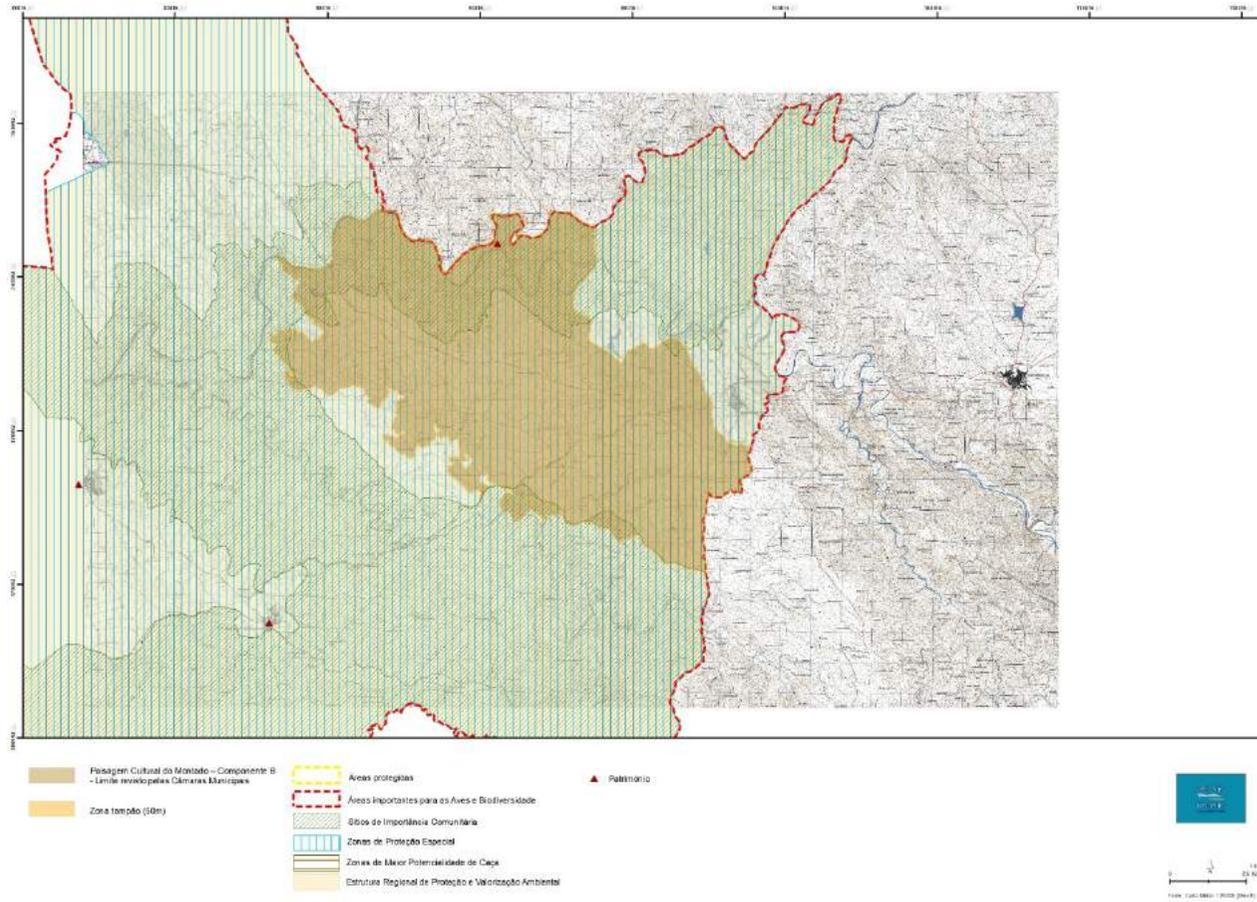


Figura 45 – Património natural presente na componente de Arronches / Monforte / Portalegre

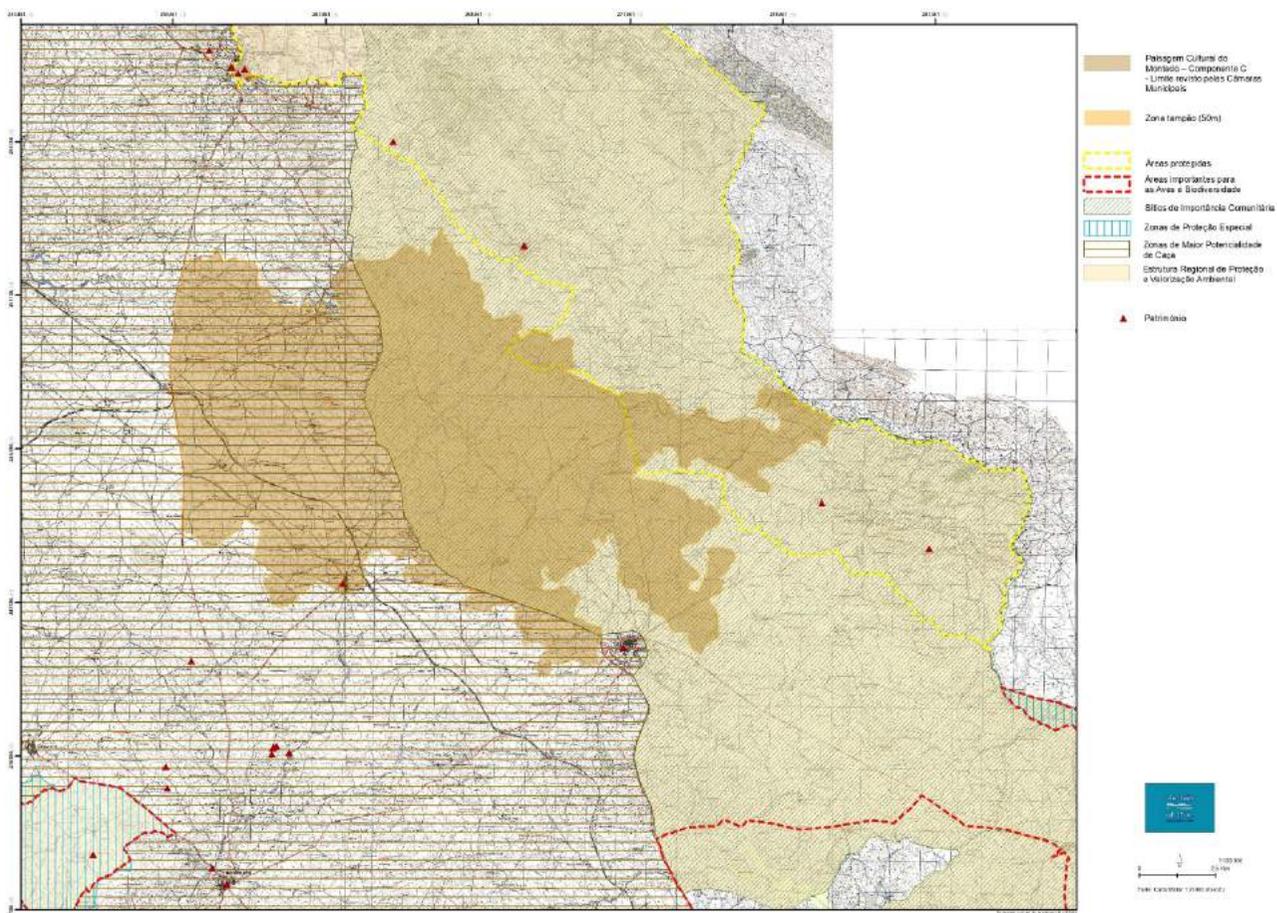


Figura 46 – Património natural presente na componente de Serpa / Mértola

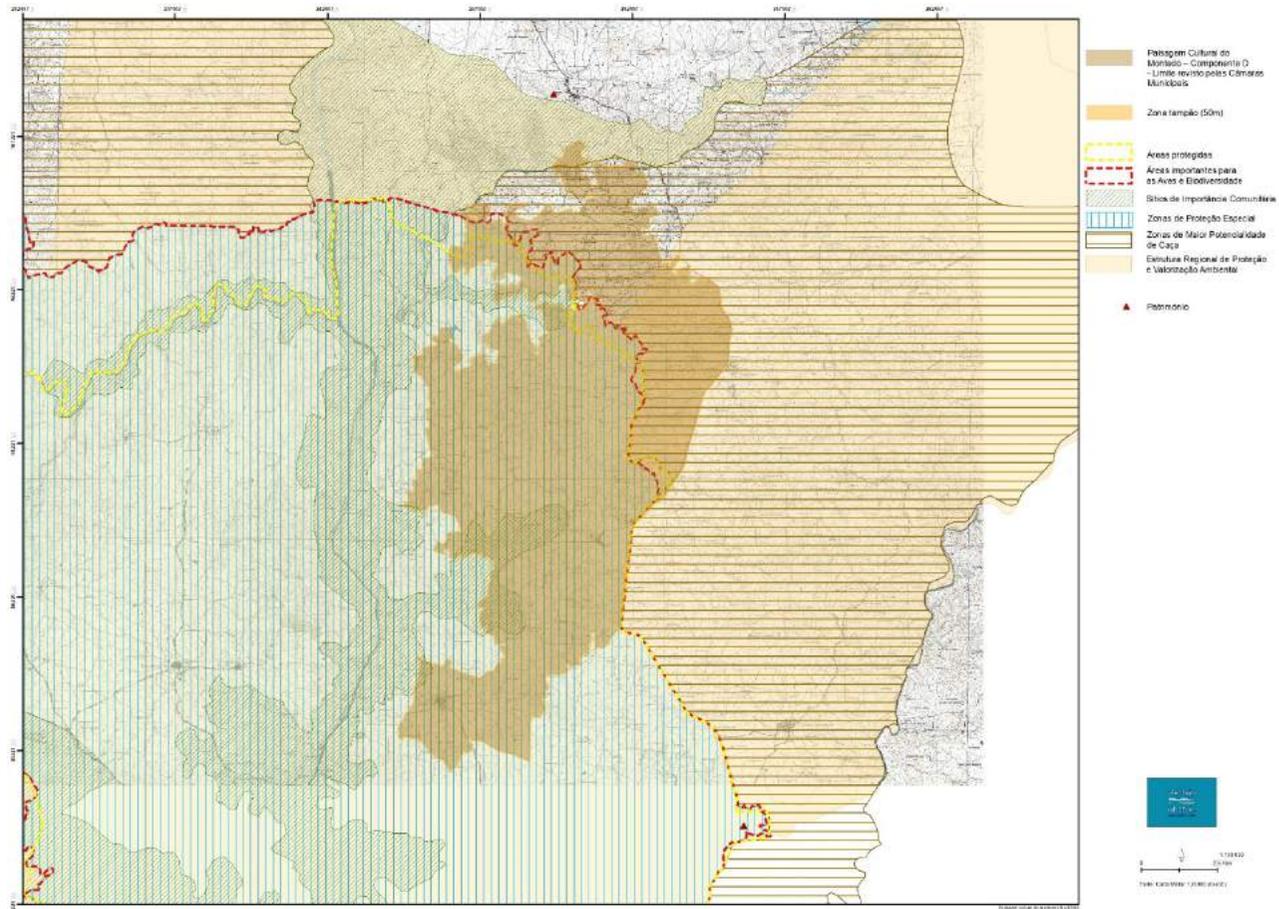
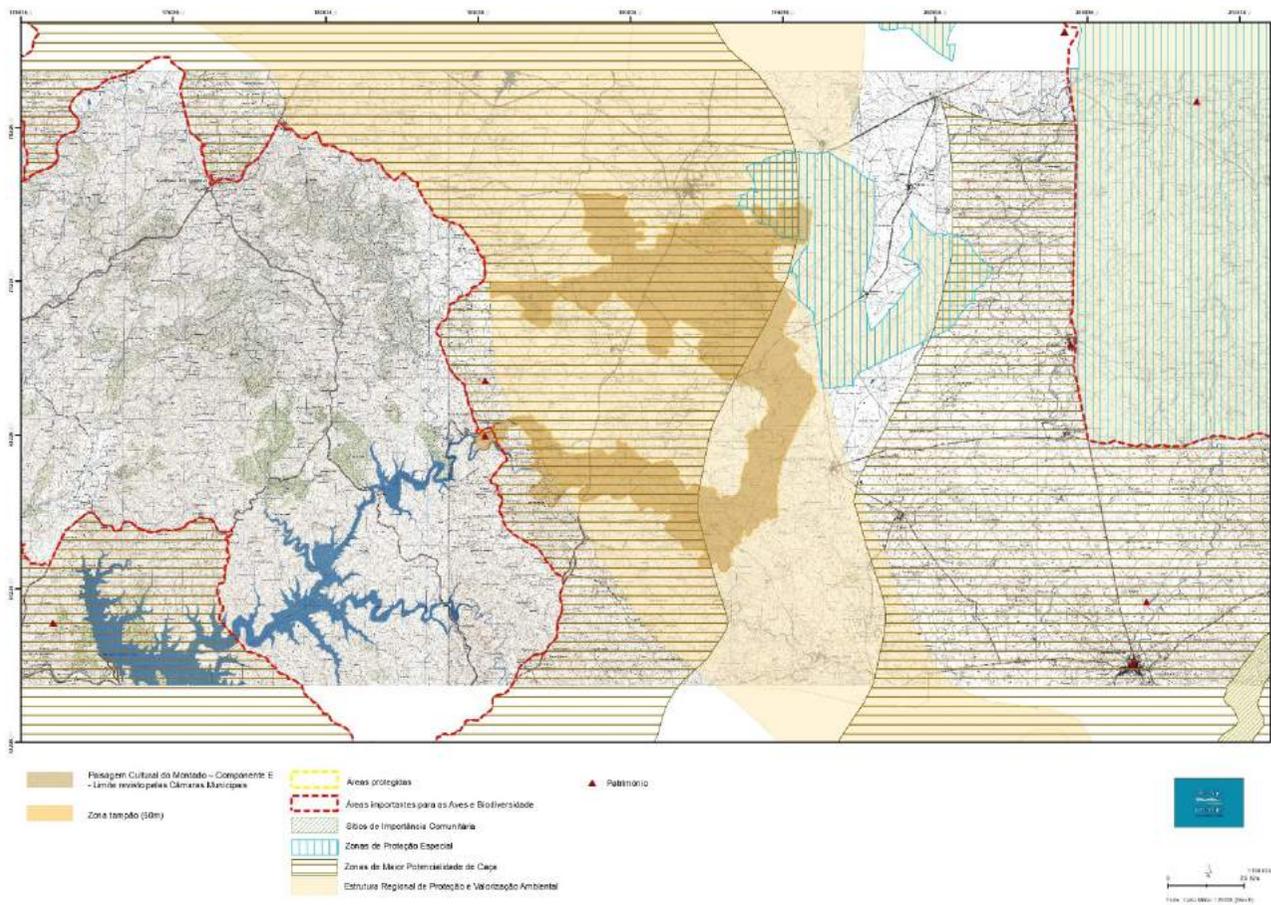


Figura 47 – Património natural presente na componente de Almodôvar / Ourique



3.3.3 Tipologias de ocupação e propriedade rústica

O território integrado nas cinco componentes propostas para a Paisagem Cultural do Montado é maioritariamente ocupado por sistemas agroflorestais, onde predominam os povoamentos de sobreiro, de azinheira ou mistos (com ambas as espécies). Pontualmente, as manchas agroflorestais destas espécies são interrompidas por outras ocupações agroflorestais ou florestais.

Os territórios artificiais presentes são de pequena extensão, destacando-se alguns pequenos aglomerados tais como:

- Assumar, na componente de Arronches / Monforte / Portalegre;
- Vale do Poço, na componente de Mértola / Serpa;
- Corte Sines, também na componente de Mértola / Serpa; e
- Aldeia Nova da Favela, na componente de Almodôvar / Ourique

Existem também estruturas habitacionais dispersas (montes), estruturas de apoio à atividade produtiva, incluindo estruturas de extração de minério desativadas, de reduzida dimensão. Há também algumas vias, de pequena importância, que atravessam estas áreas.

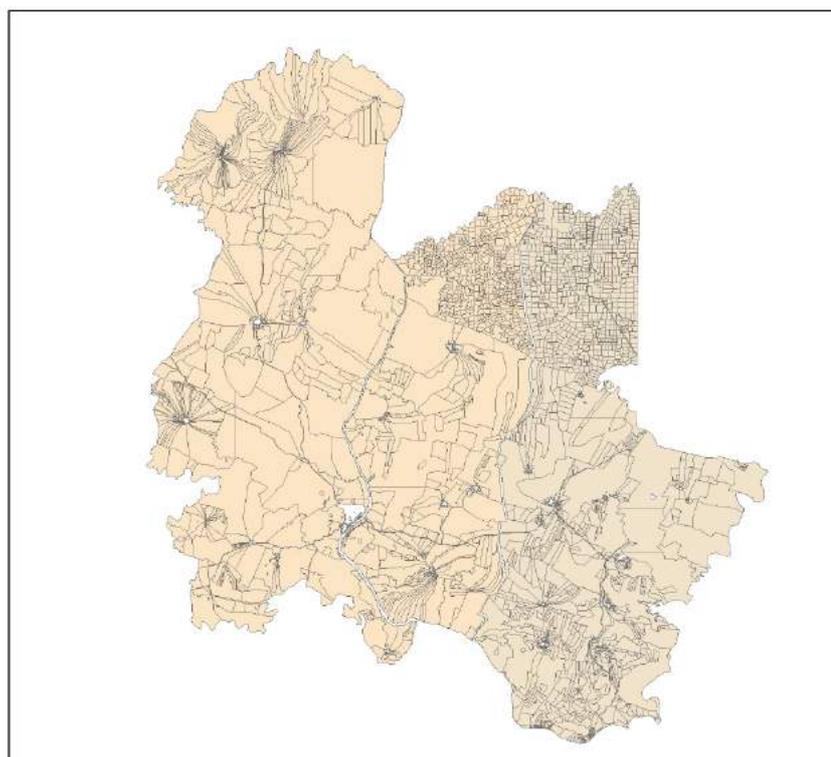
Em termos de propriedade, nas áreas propostas para integrarem a Paisagem Cultural do Montado, predomina o latifúndio, que caracteriza, de um modo geral, a estrutura do Alentejo e, em particular, as áreas ocupadas por montado. A componente de Mértola / Serpa constitui uma exceção a esta característica dominante. Com efeito, como foi antes fundamentado (cf. capítulo 2.1), as políticas de colonização interna que deram origem à ocupação dos baldios da Serra de Serpa/Mértola, em parcelas de cerca de 6 ha (que mais tarde viriam a ser adquiridas pelos colonos), traduziram-se numa fragmentação da propriedade incomum no contexto regional.

A área proposta é constituída, quase exclusivamente, por propriedades privadas. A componente de Barrancos / Moura constituiu uma exceção já que integra parte de duas herdades que são propriedade pública e se encontram sobre gestão de entidades públicas: a Herdade da Contenda (corresponde a todo o território do município de Moura abrangido por esta proposta), propriedade da CM de Moura e sob gestão da empresa Herdade da Contenda, EM, e a Herdade da Coitadinha (a norte, no município de Barrancos), cuja propriedade e responsabilidade da gestão é da EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.

Não foi possível ter acesso a informação de todos os municípios sobre o cadastro.

A figura seguinte ilustra a natureza da informação cadastral que já foi recebida, com o exemplo dos elementos de cadastro disponibilizados pelo município de Mértola, relativos às freguesias abrangidas pela proposta de componentes da Paisagem Cultural do Montado.

Figura 48 – Excerto da informação cadastral relativa ao município de Mértola



FD	Shape *	Freguesia	Seccao	Artigo	SHAPE STA	SHAPE STLe
0	Polygon ZM	Santana de Cambas	H	1	533532,31086	13619,356824
1	Polygon ZM	Santana de Cambas	H	28	81369,504097	1176,324009
2	Polygon ZM	Santana de Cambas	H	30	275979,47578	2065,983665
3	Polygon ZM	Santana de Cambas	H	29	207713,35058	2050,048098
4	Polygon ZM	Santana de Cambas	F	2	50166,131569	1147,90737
5	Polygon ZM	Santana de Cambas	A	234	657857,874025	5980,378581
6	Polygon ZM	Santana de Cambas	A	6	42469,64371	849,843235
7	Polygon ZM	Santana de Cambas	A	7	78244,110898	1115,213664
8	Polygon ZM	Santana de Cambas	A	9	99522,555363	1263,915754
9	Polygon ZM	Santana de Cambas	A	126	36716,846872	634,697875
10	Polygon ZM	Santana de Cambas	A	127	12889,187379	485,095312
11	Polygon ZM	Santana de Cambas	A	128	15833,156079	535,499322
12	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	128	14323,70509	507,246908
13	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	129	62158,483178	1015,010357
14	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	130	74285,578525	1089,744046
15	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	175	73710,484876	1051,475084
16	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	124	45970,696876	1010,196234
17	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	123	58321,02528	983,763476
18	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	72	52584,269959	1065,293398
19	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	71	48823,461671	962,954196
20	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	70	65501,211132	1057,733124
21	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	69	61277,805474	1057,380339
22	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	68	60107,491528	1070,626873
23	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	13	113204,73622	1350,958744
24	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	11	22377,835645	636,376415
25	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	8	37185,934489	817,172474
26	Polygon ZM	Santana de Cambas	B	7	10293,646673	498,124268

4. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES DE RISCO E VULNERABILIDADE

4.1. Principais riscos e vulnerabilidades do sistema de Montado

Apesar da forte resiliência do sistema do montado, a sua vulnerabilidade tem vindo a acentuar-se em resultado de um conjunto de alterações de natureza e escala muito diversas, nos domínios socioeconómico, cultural e ambiental.

É de sublinhar, contudo, que o reconhecimento da importância e da vulnerabilidade do sistema do montado não é recente. Como foi já descrito (capítulo 2.1.), foram vários os monarcas portugueses que diligenciaram no sentido da proteção dos sobreiros e de outras espécies arbóreas, designadamente com leis que definem coimas a quem danifique os sobreiros (D. Sancho I), que decretam a sua guarda por homens jurados e que proibem o seu corte (D. Dinis) ou que promovem a limpeza de matos para uso da terra para cultivo (D. Fernando). Ou seja, mesmo sem uma referência direta ao montado (que então não existia exatamente como o conhecemos atualmente), estas leis pressupõem uma intenção de promover um equilíbrio entre coberto arbóreo e pastagens, consentânea com o desenvolvimento do montado.

Entre os fatores de risco e ameaça em relação ao montado estão, desde logo, as fragilidades socioeconómicas que caracterizam a região e cuja reversão parece não ser viável, como a tendência de despovoamento e envelhecimento populacional. A redução do efetivo demográfico, a par do envelhecimento, traduz-se na diminuição dos recursos humanos disponíveis para se dedicarem a atividades associadas ao sistema do montado cuja manutenção depende, precisamente, de uma intervenção humana permanente e persistente. Por outro lado, esta rarefação demográfica compromete a transmissão de saberes-fazer únicos, associados à gestão da multifuncionalidade - característica que é a base deste sistema - e, nessa medida, a possibilidade de manter uma exploração sustentada dos seus recursos.

Há um outro conjunto de fatores, relacionados com mudanças nas atividades produtivas, em parte também associadas àquelas fragilidades sociais e económicas, que tem levado à transformação do sistema do montado. Com efeito, a necessidade de garantir a viabilização económica das produções tem levado alguns proprietários (ou gestores) de áreas de montado a adotar lógicas de intensificação e de especialização das produções, desequilibrando e comprometendo a multifuncionalidade, ou a generalizar práticas agrícolas, florestais ou pecuárias que não favorecem a sua sustentabilidade. Com efeito, as boas práticas de gestão e manejo do montado são condição essencial para manter o montado.

Ao nível das atividades de exploração florestal, verifica-se em algumas áreas do Alentejo uma tendência para

a intensificação e densificação dos povoamentos, tendo em vista o aumento da sua rentabilidade económica. É o que se constata em algumas zonas onde aumento da densidade do coberto arbóreo transforma áreas de montado de sobreiro em florestas de sobreiro ou “sobreirais”, numa perspetiva de resposta a oportunidades de mercado, eliminando as atividades agrícolas e pecuárias.

Por outro lado, são igualmente identificadas situações em que a ocorrência de doenças conduz ao aumento da mortalidade das espécies florestais características do montado e, como consequência à redução da respetiva densidade arbórea.

Ainda ao nível da produção florestal verificam-se situações de introdução de novas espécies em áreas antes ocupadas por sobreiros e azinheiras (nos casos em que essa possibilidade não é legalmente restringida), procurando maximizar a rentabilidade.

No que respeita às atividades agrícolas, têm-se observado práticas desajustadas que comprometem a sustentabilidade do montado. É o caso da mobilização de solos utilizando charruas, fresas e grades pesadas, tendo em vista limitar o crescimento do estrato herbáceo, e que acabam por comprometer a regeneração do coberto arbóreo. Estas práticas também facilitam a propagação da fitófтора, um patógeno responsável pelo enfraquecimento e morte do sobreiro e da azinheira, aumentando a vulnerabilidade do montado. Também algumas operações de podas excessivas têm condicionado a vitalidade e a densidade dos montados.

Paralelamente constata-se a intensificação das componentes agrícolas do montado, em particular associada a projetos de regadio e/ ou à expansão de produções de vinho, azeite ou milho. A ampliação das áreas de regadio no Alentejo, associadas, em grande medida, ao empreendimento do Alqueva, também teve impactos em algumas áreas de montado onde, por exemplo, se promoveu a produção de sobreiro em sistema de regadio.

As atividades pecuárias têm registado transformações nem sempre adequadas à manutenção deste sistema. A tendência de especialização pecuária, com predominância do gado bovino, e o aumento do encabeçamento, em particular no Alentejo Central e no Alto Alentejo, representam um aumento de carga e da compactação e uma diminuição da regeneração natural, fragilizando o sistema. Esta tendência contribui igualmente para a redução da biodiversidade do montado. Para esta situação têm contribuído as políticas agrícolas europeias, desajustadas das características específicas do montado, e que se traduzem num aumento dos incentivos financeiros à produção de gado bovino, em detrimento de outras espécies. Adicionalmente, regista-se uma substituição das espécies autóctones por outras mais pesadas e com maiores impactos, condicionando a regeneração do sistema.

A um nível mais estrutural, as alterações climáticas são um fator de risco importante para o montado na medida em que o défice hídrico ou o excesso de água, associados ao aumento da temperatura, à redução da precipitação e à alteração da sua distribuição anual, aumentam a vulnerabilidade das árvores.

4.2. Instrumentos legais e de gestão do sistema de montado

Relativamente aos modos de gestão que estão associados ao património cultural e natural do sistema de Montado, foram identificados um conjunto de instrumentos legais e regulamentares que enquadram, quer as condicionantes e restrições legais, quer os instrumentos de apoio, benefício ou incentivo associados.

Esta sistematização considerou diferentes tempos, considerando que o sistema de montado se encontra em processo de classificação nacional, na categoria de monumento nacional, bem como, em processo de inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO.

As tabelas seguintes sistematizam as principais restrições e condicionantes legais e os principais benefícios e apoios, em três momentos diferenciados:

- ❖ Atuais,
- ❖ Após abertura do procedimento de classificação (“em vias de classificação”),
- ❖ Após classificação (“monumento nacional”).

Tabela 6 - Restrições e condicionantes

Atuais	Após abertura do procedimento de classificação (“em vias de classificação”)	Após classificação (“monumento nacional”)
<p>Lei de proteção do sobreiro e da azinheira (DL 169/2001):</p> <ul style="list-style-type: none"> Em povoamentos de sobreiro ou azinheira não são permitidas conversões, salvo exceções (artigo 2º), O corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização, podendo ser autorizado em casos de desbaste; em cortes de conversão nas condições admitidas n.º 2 do artigo 2.º; por razões fitossanitárias (artigo 3º) Ficam vedadas por um período de 25 anos quaisquer alterações do uso do solo em áreas ocupadas por povoamentos de sobreiro ou azinheira e que tenham sofrido conversões por terem sido percorridas por incêndio, terem sido realizados cortes ou arranques não autorizados; ter ocorrido anormal mortalidade ou depreciação do arvoredado (artigo 4º). Nos terrenos em que tenha ocorrido corte ou arranque ilegal de povoamento de sobreiro ou azinheira é proibido, pelo prazo de 25 anos a contar da data do corte ou arranque toda e qualquer conversão que não seja de imprescindível utilidade pública; as operações relacionadas com edificação, obras de construção, obras de urbanização, loteamentos e trabalhos de remodelação dos terrenos; a introdução de alterações à morfologia do solo ou do coberto vegetal; o estabelecimento de quaisquer novas atividades, designadamente agrícolas, industriais ou turísticas. (artigo 5º) Pode ser autorizada a exploração de sobreiros e azinheiras em (artigo 10º) Não é permitida a desbóia de sobreiros cujo perímetro do tronco, medido sobre a cortiça, a 1,30 m do solo, seja inferior a 70 cm (artigo 11º) A altura do descortiçamento não pode exceder determinados valores (artigo 12º) Não é permitida a extração de cortiça amadia ou secundeira com menos de nove anos de criação. (artigo 13º) É obrigatória a declaração da cortiça virgem, secundeira ou amadia extraída (artigo 14º) A poda de sobreiros e azinheiras carece de autorização, sendo permitida apenas quando vise melhorar as suas características produtivas (artigo 15º) 	<p>Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural (DL 309/2009, que remete também para a L 107/2001, Lei de bases do património cultural) Um bem imóvel em vias de classificação fica ao abrigo, designadamente (artigo 14º):</p> <ul style="list-style-type: none"> Do dever de comunicação de situações de perigo que o ameacem ou que possam afetar o seu interesse como bem cultural; Da prática dos atos ou operações materiais indispensáveis à sua salvaguarda no âmbito do decretamento de medidas provisórias ou de medidas técnicas de salvaguarda; Da insusceptibilidade de usucapião; Do dever de comunicação prévia da alienação, da constituição de outro direito real de gozo ou de dação em pagamento; Do dever de comunicação da transmissão por herança ou legado; Do pedido de autorização prévia para a execução de inscrições ou pinturas, bem como a colocação de anúncios, cartazes ou outro tipo de material informativo fora dos locais reservados para o efeito; Do regime de suspensão relativo aos procedimentos de concessão de licenças ou autorizações, bem como a suspensão dos procedimentos de admissão de comunicações prévias; Das restrições previstas para a zona geral de proteção ou zona especial de proteção provisória; Do pedido de autorização de obras ou intervenções no bem imóvel; Das regras estabelecidas em relação a projetos, obras e intervenções de conservação, modificação, reintegração e restauro; 	<p>Lei de bases do património cultural (L 107/2001)</p> <ul style="list-style-type: none"> Os bens culturais classificados ou em vias de classificação são insuscetíveis de aquisição por usucapião. (artigo 37º) Os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção (artigo 37º) Não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou no exterior de monumentos, conjuntos ou sítios classificados, nem mudança de uso suscetível de o afetar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central, regional autónoma ou municipal, conforme os casos (artigo 51º). O ato que decreta a classificação de monumentos, conjuntos ou sítios ou em vias de classificação, obriga o município, em parceria com os serviços da administração central ou regional autónoma responsáveis pelo património cultural, ao estabelecimento de um plano de pormenor de salvaguarda para a área a proteger (artigo 53º) Até à elaboração de algum dos planos a que se refere o artigo anterior, a concessão de licenças, ou a realização de obras licenciadas, anteriormente à classificação do monumento, conjunto ou sítio dependem de parecer prévio favorável da administração do património cultural competente. (artigo 54º) Os bens classificados como de interesse público ficam sujeitos às seguintes restrições e ónus: a) Dever, da parte do detentor, de comunicar a

Atuais	Após abertura do procedimento de classificação (“em vias de classificação”)	Após classificação (“monumento nacional”)
<ul style="list-style-type: none"> Nos povoamentos de sobreiro ou azinheira não são permitidas mobilizações de solo profundas que afetem o sistema radicular das árvores ou aquelas que provoquem destruição de regeneração natural; mobilizações mecânicas em declives superiores a 25%; mobilizações não efetuadas segundo as curvas de nível, em declives compreendidos entre 10% e 25%; intervenções que desloquem ou removam a camada superficial do solo. (artigo 16º) Os possuidores de povoamentos de sobreiro ou azinheira são responsáveis pela sua manutenção em boas condições vegetativas, através de uma gestão ativa e de uma correta exploração (artigo 17º) Nos casos em que tenha ocorrido corte ou arranque ilegal de povoamento de sobreiro ou azinheira, os serviços competentes do MADRP determinarão a rearborização ou beneficiação da área afetada com as espécies previamente existentes. (artigo 23º) <p>Regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (DL 199/2015, que altera DL 73/2009), interdita todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola das terras e solos da RAN (artigo 21º):</p> <ul style="list-style-type: none"> Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com exceção das utilizações previstas no artigo seguinte; Lançamento ou depósito de resíduos radioativos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo; Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes; Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos; Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos; Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos. <p>As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos [da RAN] e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da</p>	<ul style="list-style-type: none"> Das qualificações legalmente exigidas para a autoria de estudos, projetos e relatórios, bem como para a execução de obras ou intervenções. <p>Nas zonas de proteção de bens imóveis em vias de classificação ou de bens imóveis classificados de interesse nacional ou de interesse público não podem ser concedidas pela câmara municipal ou por qualquer outra entidade licença para as operações urbanísticas admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização previstas no RJUE, sem parecer prévio favorável da DGPC (artigo 51º)</p>	<p>alienação ou outra forma de transmissão da propriedade ou de outro direito real de gozo, para efeitos de atualização de registo; b) Sujeição a prévia autorização do desmembramento ou dispersão das partes integrantes do bem ou coleção; c) Sujeição a prévia autorização do serviço competente de quaisquer intervenções que visem alteração, conservação ou restauro, as quais só poderão ser efetuadas por técnicos especializados, nos termos da legislação de desenvolvimento; d) Existência de regras próprias sobre a transferência ou cedência de espécies de uma instituição para outra ou entre serviços públicos; e) Sujeição da exportação a prévia autorização ou licença; f) Identificação do bem através de sinalética própria, especialmente no caso dos imóveis; g) Obrigação de existência de um documento para registos e anotações na posse do respetivo detentor (artigo 60º)</p> <p>Regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação (DL 140/2009):</p> <ul style="list-style-type: none"> Para efeitos de apreciação de pedidos de parecer, aprovação ou autorização para obras ou intervenções em bens culturais é obrigatória a entrega do relatório prévio (artigo 4º) A administração do património cultural competente pode solicitar informações complementares, apresentação de documentos ou de outros elementos para a apreciação do pedido de parecer, aprovação ou autorização (artigo 6º) A administração do património cultural competente realiza vistoria prévia em relação ao bem cultural objeto de pedido de parecer, aprovação ou autorização sempre que o considerar necessário para aferir da necessidade e adequação das obras ou intervenções (artigo 7º) As obras ou intervenções em bens culturais são objeto de acompanhamento pelos serviços da

Atuais	Após abertura do procedimento de classificação ("em vias de classificação")	Após classificação ("monumento nacional")
<p>RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão, e quando estejam em causa a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola; b) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente de agricultores em exploração agrícola;... [outros fins possíveis] (artigo 22º)</p> <p>Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (DL 166/2008, alterado pelo DL 239/2012), interdita os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operações de loteamento; • Obras de urbanização, construção e ampliação; • Vias de comunicação; • Escavações e aterros; • Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais (ponto 1, artigo 20º). • Excetuam-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais (ponto 2, artigo 20º). • Podem ser realizadas as ações de relevante interesse público, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na REN (artigo 21º). <p>Plano sectorial da Rede Natura 2000</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ver orientações estratégicas para a gestão do território das Zonas de Proteção Especial (ZPE) e das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) <p>Rede Nacional de Áreas Protegidas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ver Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas <p>Outras condicionantes ao nível local</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ver Planos Diretores Municipais 		<p>administração do património cultural competente (artigo 8º)</p> <ul style="list-style-type: none"> • A administração do património cultural competente determina a elaboração de relatório intercalar e indica o prazo para a respetiva entrega, quando: a) As diligências realizadas no âmbito do acompanhamento referido no artigo anterior o justifiquem; b) Obras ou intervenções de grande dimensão ou complexidade o aconselhem (artigo 9º) • O relatório final é obrigatório relativamente às obras ou intervenções em bens culturais. (artigo 10º) • O pedido de informação prévia, de licença ou a consulta prévia previstos no regime jurídico da urbanização e edificação em relação a obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação de bens culturais imóveis incluem obrigatoriamente o relatório prévio.(artigo 13º, conteúdos estabelecidos no artigo 15º).

Tabela 7 - Benefícios e medidas de apoio

Existentes	Após abertura do procedimento de classificação (“em vias de classificação”)	Após classificação (“monumento nacional”)
<p>Política florestal – PDR 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à criação de sistemas agroflorestais, nomeadamente montados, reconhecidos pela sua importância para a manutenção da biodiversidade e pela sua adaptação às áreas com elevada suscetibilidade à desertificação (Operação 8.1.2) • Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, nas áreas de risco para montado de azinho e de sobro (Operação 8.1.3) • Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas (investimento de Escala Territorial Relevante - Reabilitação de Povoamentos Florestais com Densidades Excessivas), sendo considerados como prioritários, entre outros, os investimentos nas “áreas de montado de sobro e montado de azinho localizadas nas freguesias que constam das listas (...)” (Operação 8.1.5) <p>Política de apoio à pecuária – PDR 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado, através da adoção ou preservação de práticas de pastoreio extensivo que assegurem a manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris no montado de sobro, azinho ou carvalho negral (Operação 7.7.2) • Recursos Genéticos - Manutenção de Raças Autóctones em Risco (Operação 7.8.1) <p>Apoio a atividades complementares nas áreas rurais – PDR 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversificação de atividades na exploração, designadamente: unidades de alojamento turístico nas tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural nos grupos de agroturismo ou casas de campo, alojamento local, parques de campismo e caravanismo e de turismo da natureza nas tipologias referidas — CAE 55202; 55204; 553; 559 apenas no que diz respeito a alojamento em meios móveis; 55201; Serviços de recreação e lazer — CAE 93293; 91042; 93294; na CAE da divisão 01 são elegíveis as atividades dos serviços relacionados com a agricultura (01610) ou com a silvicultura e exploração florestal (024); e ainda as outras CAE definidas pelo Grupo de Ação Local (GAL) no anúncio de abertura de candidaturas (com exceção das CAE 031 e 032) (Operação 10.2.1.3) • Promoção de produtos de qualidade certificada e produtos locais, incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação referentes a áreas de proteção da natureza (Operação 10.2.1.5) 	<p>Sistemas de incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Majoração de incentivos em investimentos de natureza turística (p. ex. criação de alojamento turístico que resulte da adaptação de património cultural em vias de classificação) 	<p>Estatuto dos benefícios fiscais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regime fiscal de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incidentes sobre Imóveis Classificados • Regime fiscal de isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) incidentes sobre Imóveis Classificados <p>Sistemas de incentivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Majoração de incentivos em investimentos de natureza turística (p. ex. criação de alojamento turístico que resulte da adaptação de património cultural edificado classificado)

Existentes	Após abertura do procedimento de classificação ("em vias de classificação")	Após classificação ("monumento nacional")
<p>Incentivos para atividades económicas em territórios de baixa densidade - Portugal 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> Gestão de Recursos cinegéticos – Apoio a projetos destinados à melhoria do ordenamento dos recursos cinegéticos em espaços florestais, que correspondam a intervenções com escala territorial relevante, através da preservação e melhoria de habitats e de infraestruturas que promovam a utilização pública sustentável desses espaços e a prossecução dos objetivos de diversificação e melhoria da qualidade dos serviços prestados na área do lazer e do turismo, designadamente nos sítios Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas conexas com a atividade cinegética (Operação 8.2.1) <p>Apoios do Turismo de Portugal / Turismo Fundos</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa de Investimento em Territórios de Baixa Densidade - Operações de investimento imobiliário em territórios de baixa densidade, com vista a dinamizar o Investimento e a Criação de Emprego, através da disponibilização dos instrumentos financeiros para: a) Aquisição, através da Turismo Fundos, da propriedade de ativos (...), permitindo, com o produto dessa alienação, dotar as entidades proponentes dos meios financeiros necessários à valorização económica dos respetivos ativos imobiliários; e b) Celebração com a entidade proponente (...) de um contrato de arrendamento sobre os respetivos imóveis, com opção de compra. <p>Lei de proteção do sobreiro e da azinheira (DL 169/2001):</p> <ul style="list-style-type: none"> Referência a políticas ativas de apoio ao investimento por parte do Estado (preâmbulo), ainda não operacionalizada 		

5. PROPOSTA PRELIMINAR DE REDE DE ESTRUTURAS DE INTERPRETAÇÃO E ACOLHIMENTO

5.1. Objetivos e funções a cumprir pelas estruturas de interpretação e acolhimento

De acordo com trabalhos anteriores elaborados no quadro da preparação dos documentos para a candidatura da Paisagem Cultural do Montado a inscrição na Lista do Património Mundial⁶, o modelo organizativo e de gestão consideravam fundamental “uma boa disseminação de presença e de contactos da estrutura institucional responsável pela gestão da Paisagem Cultural do Montado em toda a área do Bem e, inclusive, na respetiva zona tampão” Neste sentido, o mesmo trabalho incluía a proposta de “criação de uma rede de Centros de Proximidade da Paisagem Cultural do Montado (...) garantindo simultaneamente:

□ O provimento, a partilha e a atenção junto das comunidades locais, dos agentes públicos e privados em presença e dos públicos, incluindo os visitantes e turistas, veiculando informação, conhecimento, práticas (boas práticas) e sensibilização;

□ A recolha, a partilha e o tratamento de informação proveniente dos territórios, das suas comunidades, dos agentes, públicos e privados, que nele intervêm institucional, económica, social e culturalmente, dos seus visitantes e turistas, informação essa que deve ser analisada, sistematizada, registada e transmitida junto da Comissão Diretiva e de outras instâncias, tendo em vista contribuir para uma melhoria do nível de *governance* da Paisagem Cultural do Montado.”⁷

Esta proposta dos “Centros de Proximidade da Paisagem Cultural do Montado” é retomada no sentido de trabalhar uma proposta de criação de espaços de interpretação e de acolhimento dos visitantes, mas simultaneamente de interação e trabalho com as comunidades locais. A finalidade de criação de uma rede de estruturas de interpretação e acolhimento do sistema e da paisagem cultural do montado consiste na valorização dos elementos, materiais e imateriais, que transmitem e expressam os atributos principais desta paisagem cultural e do sistema agro-silvo-pastoril que a suporta, incluindo o fornecimento de elementos interpretativos, especialmente dentro de áreas que mobilizam expressões das diversas culturas que dialogaram

⁶ Planum, Assessorias e Projetos, Lda., CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO A INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE - PLANO DE GESTÃO, 2015, Turismo do Alentejo, ERT

⁷ *Idem* pp. 179-180

ao longo do tempo neste território.

Nesse sentido, os objetivos específicos a cumprir por estas estruturas de acolhimento e interpretação devem ser os seguintes:

- a) Promover um desenvolvimento da atividade turística associada ao sistema de montado capaz de contribuir para a sustentabilidade e preservação desta paisagem cultural,
- b) Realizar projetos de produção de conteúdos, científicos, técnicos e artísticos, de suporte à criação de materiais e programas de interpretação e de experiencição da paisagem cultural do montado
- c) Fomentar abordagens, inovadoras e criativas, de interpretação de bens histórico-patrimoniais relacionados com a paisagem cultural do montado, incluindo o recurso a novas tecnologias para a criação de experiências de visitaão mais apelativas,
- d) Promover oportunidades para o estabelecimento de um diálogo entre o património natural e cultural ligado à paisagem do Montado e as diversas expressões artísticas contemporâneas, mobilizando agentes e instituições culturais e artísticas de fora e de dentro da região, incluindo a criação de um programa de apoio a atividades culturais e artísticas contemporâneas,
- e) Contribuir para a oportunidade de novas formas de compromisso e responsabilidade social dos visitantes e turistas com esta paisagem cultural e com as suas comunidades.

5.2. Proposta de rede

A proposta de “Centros de Proximidade da Paisagem Cultural do Montado” deverá ter por base uma combinação de temáticas de leitura e interpretação do sistema agroflorestal do montado e da paisagem que este sistema caracteriza, aproveitando as diferentes tipologias de paisagem já caracterizadas nas cinco componentes de área proposta.

Retomando os elementos determinantes que caracterizam, segundo as orientações do presente estudo, a paisagem cultural do montado, e considerando, simultaneamente a oferta de centros de interpretação e museológica já distribuída pelo território que é ocupado pela paisagem do montado, torna-se possível estabelecer uma proposta preliminar desta rede de Centros de Proximidade.

Entre os elementos de caracterização que devem ser mais sublinhados destacamos os seguintes: as condições biofísicas e edafo-climáticas; as marcas do processo histórico; as produções económicas associadas ao sistema do montado; os saber-fazer tradicionais e manifestações culturais mais relevantes; e por fim, a

arquitetura popular dos povoados. Esta organização temática permite afetar um pequeno centro de interpretação da paisagem cultural do montado e do sistema agroflorestal que a caracteriza a cada uma das cinco componentes, conforme as cinco áreas delimitadas objeto de proposta preliminar.

De qualquer modo, existem já algumas estruturas no território do Alentejo que, numa perspetiva de interpretação e de valorização patrimonial e técnico-científica, abordam o sistema de montado, globalmente ou apenas em determinadas vertentes (por exemplo, montado de sobreiro). Destacamos, especialmente porque apresentam alguma relevância: o *Observatório do Sobreiro e da Cortiça*, localizado em Coruche que apesar de integrar uma dimensão de divulgação e interpretação do sistema de montado de sobreiro e da transformação da cortiça, aposta fundamentalmente na divulgação e desenvolvimento de conhecimento técnico e tecnológico sobre a cortiça e o sobreiro - *tem como objetivo tornar-se numa estrutura de valorização do montado de sobreiro como nicho ecológico de grande valor funcionando, para tal, em parceria com associações de produtores e empresariais, universidades e investigadores, através de uma partilha de espaço que pretende aproximar a floresta do montado (charneca), à indústria, completando um ciclo de visitação ao nosso território assente nestes 3 eixos (montado, indústria e inovação)*⁸; o Centro de Interpretação da Natureza e do Montado, localizado na Serra de Portel (concelho de Portel), com uma vocação central para a valorização, divulgação e preservação do sistema e da paisagem do montado e um enfoque no sistema específico da Serra de Portel. Esta estrutura oferece condições para vista, alojamento e observação da paisagem, considerando que a Serra de Portel constitui um espaço onde *“podemos encontrar características do que terá sido um bosque mediterrânico ancestral. (...) [onde] ainda se observam (...) comunidades florísticas que representam aquilo que terá sido o bosque original. Nomeadamente os azinhais e sobreirais que, associados ao medronheiro, ao folhado, à murta, ao rosmaninho, ao alecrim ou à esteva, compõem uma colorida e aromática paisagem”* (Nuno Lecoq)⁹. Embora com abordagens não tanto gerais sobre o sistema de montado, mas mais específicas, podemos encontrar ainda outras pequenas estruturas de interpretação ou musealização que se relacionam com a paisagem cultural do montado e o respetivo sistema agroflorestal: o Centro Interpretativo do Porco Alentejano, em Ourique; o Pavilhão Temático - A BOLOTA, em Portel; para além de abordagens às questões da ruralidade e da etnografia, da história, da arqueologia e das expressões e manifestações artísticas e culturais espalhadas por inúmeras estruturas museológicas de promoção municipal, associativa, ou mesmo empresarial.

⁸ <http://www.cm-coruche.pt/portal-do-investidor/observatorio-do-sobreiro-e-da-cortiça>

⁹ <http://www.cm-portel.pt/pt/site-visitao/o-que-fazer/centro-interpretacao-natureza-montado>

A proposta para as estruturas de interpretação associadas à paisagem cultural do montado deve ter a preocupação de acrescentar valor e aumentar o nexos e a compreensibilidade da oferta já existente no território, evitando redundâncias, concorrências e confusão junto da própria população e dos visitantes e turistas. Deste modo admite-se que essas estruturas interpretativas que se propõe virem a integrar a rede de “Centro de proximidade da paisagem Cultural do Montado” possam ter os seguintes temas:

Centro de Proximidade 1 – **Suporte físico e geográfico da paisagem cultural do montado** - temas: Clima, Solos, Geomorfologia, Hidrologia, Vegetação e Biodiversidade)

Centro de Proximidade 2 – **Sistema silvo-pastoril criado pelo homem, por adaptação do bosque mediterrâneo** – temas: 1. Bosque mediterrâneo; intervenção do homem/utilização intensiva/sistema multifuncional: arroteias, cereal, cortiça, pastoreio; as transformações sofridas: sistema agro-silvo-pastoril; estrutura do sistema silvo-pastoril (agroflorestal)

Centro de Proximidade 3 – **Sistema agroflorestal atual nas suas diversas tipologias** – temas: Gestão multifuncional – à procura de equilíbrios instáveis (“fio da navalha”); montado de sobre e montado de azinho; saberes tradicionais: podas e descortiçamento, montanhaeira, pastoreio, apicultura, caça, micologia...; I&D recente (reconhecimento do sistema)

Centro de Proximidade 4 – **Economias (de transformação) associadas ao sistema** – temas: Trigo: das arroteias do séc. XIX às Campanhas do Trigo; Cortiça: Rolha, aglomerados, ...; Porco de montanhaeira: até à peste suína africana (1960); ressurgimento dos transformados do porco; Produtos de qualidade: cortiça (qualidade, design...), carne e produtos transformados do porco; Turismo: cinegético, rural, natureza, cultural...; Mercados do futuro: serviços de ecossistema

Centro de Proximidade 5 – **Marcas de um processo histórico** - Períodos a considerar: Presença romana, Presença visigótica, Período islâmico, Reconquista cristã, As ordens militares, Revolução liberal/expansão dos montes; Dimensões a abordar (sublinhar a influência daqueles períodos no sistema atual do montado): Povoamento, Estrutura fundiária, Direito/Legislação, Organização do trabalho, Vivências sociais, Expressões artísticas e culturais (linguagem, saberes/engenhos, literatura...)

Os discursos expositivos trabalhados em cada um dos centros de proximidade deverão contribuir para facilitar a integração e articulação entre os cinco Centros, permitindo uma leitura de conjunto que favoreça a compreensão por parte de todos, desde a população e aos visitantes e turistas, dos fundamentos que tornam esta paisagem singular e de grande valor universal. A sua abordagem em conteúdos e suportes diversos – textos, imagens (fotografias), e som (audiovisual e multimédia), documentos, bens móveis do património cultural (etnográficos, arqueológicos, artísticos, etc.), poderá ser complementada com a sua extensão em espaços ou percursos interpretativos de exterior, aproveitando aspetos específicos da paisagem de cada uma das componentes selecionadas. Neste caso, sugere-se o tratamento especial destes espaços e percursos com sinalética interpretativa, dotada de textos informativos e documentais.

Esta proposta de núcleos de interpretação associados aos 5 Centros de Proximidade, que extravasam no entanto as suas funções de mera divulgação interpretativa da paisagem cultural do montado, conforme ficou enunciado através dos seus objetivos, pode não dispensar a existência de um Centro de interpretação transversal que aborde a paisagem cultural do montado na perspetiva da sua inscrição na Lista do Património Mundial. Neste caso, admite-se a criação de uma estrutura principal de interpretação sobre a Paisagem Cultural do Montado Património Mundial, localizada na região do Alentejo, não necessariamente localizada em qualquer uma das áreas referentes às cinco componentes. Esta estrutura teria como objetivos, para além de dar informação e divulgar os princípios gerais e os referenciais que a UNESCO e o Comité do Património Mundial possuem no que se refere à Convenção do Património Mundial e à respetiva Lista, estabelecer um discurso expositivo sobre a paisagem Cultural do Montado e os atributos que fundamentam a sua inscrição na Lista do património Mundial.

Esse discurso expositivo poderá vir a desenvolver-se a partir da seguinte sinopse:

O montado tem demonstrado capacidade de evoluções, desde que dentro da salvaguarda dos equilíbrios entre as explorações associadas ao seu coberto arbóreo (cortiça, lenha, carvão, taninos, (usados sobretudo na segunda metade do século XIX na indústria dos curtumes, com fortes efeitos adversos para a própria árvore, e procurados ainda hoje para o fabrico de objetos em couro com caráter de grande distinção e exclusividade) e as explorações associadas aos seus cobertos arbustivo e herbáceo (originalmente o pastoreio da ovelha, posteriormente a criação do porco e do bovino, a cultura cerealífera, a apicultura, a caça e mais recentemente, a micologia e as ervas aromáticas).

A riqueza da biodiversidade permite gerar externalidades positivas em termos ambientais e constitui refúgio de algumas espécies ameaçadas, incluindo o lince ibérico, a águia imperial e o abutre preto. A sua mais-valia em termos de serviços ecossistema. Inclui o contributo para sumidouro de carbono, infiltração da água das chuvas, paisagem, etc.)

O montado é um sistema multifuncional de exploração agro-silvo-pastoril que mantém forte interdependência com o tipo de povoamento do território disperso estruturado a partir dos “montes” (particularmente em zonas em que a propriedade é de dimensão mais pequena). Agrega paisagens diferenciadas, que resultam da espécie do elemento central do coberto arbóreo: sobreiro e azinheira, diversidade esta originariamente associada às diferenças edafo-climáticas e geomorfológicas (a maior influência do atlântico no clima e a mais arenosidade dos solos favorece o sobreiro em lugar da azinheira). - O clima mediterrâneo, com particularidades relacionadas com o facto de não chover e fazer muito calor durante um período de 5 a 6 meses, ocupa cerca de 2% do território mundial. O clima mediterrâneo com influência atlântica está concentrado no Alentejo e parte do Vale do Tejo, condicionando fortemente a estrutura de ocupação deste território.

O montado de sobre possui diversos elementos de singularidade associados ao processo e aos saberes-fazer relacionados com o descortiçamento - com um repertório próprio de profissões/tarefas: marcador, tirador, ajuntador, tratorista e coqueira (mulher que acompanhava o grupo de descortecedores e que confeccionava a alimentação, servida

em recipientes de barro, que se designavam cocas), incluindo alguns utensílios associados à própria árvore, cujo principal valor económico, a cortiça, é explorado e retirado em vida, estando segura a sua renovação; e ainda associados à utilização humanizada da cortiça, no fabrico artesanal de utensílios e mobiliários domésticos e como material para construção rural de natureza vernacular.

O montado é assim uma paisagem antropogeneizada, cuja sustentabilidade está dependente da intervenção humana, de modo a garantir os seus equilíbrios; é uma paisagem construída exclusivamente a partir da gestão do material vivo.

O montado é um sistema evolutivo em que o homem figura no centro do seu funcionamento e é o garante da sua perpetuidade. Apesar das evoluções sofridas, é uma sobrevivência cultural, já que é a expressão de um sistema de intervenção humana, continuada, frágil e de lenta renovação, que esteve presente ao longo de muitos períodos históricos, com uma ancestralidade documentada e cuja resiliência se deve a ter mantido, até hoje, racionalidade económica e equilíbrio ambiental.

Paisagem arcaica que funciona no regime antigo, em que os esforços de mudança apoiados em intensificações de produção ou em determinadas mecanizações pesadas tendem a gerar desequilíbrios e ruturas, resulta antes da capacidade e sabedoria do homem em tirar partido de uma relação entre o coberto arbóreo e a pobreza orgânica das terras, através da compreensão do efeito de orla (originalmente resultante de incêndios que sucediam sobre o ermo - bosque mediterrâneo).

O montado exprime a “sabedoria de um povo” que é capaz de, a partir de um trabalho mínimo, em condições edafoclimáticas muito desfavoráveis, com solos com matéria orgânica mínima e uma rápida mineralização da matéria orgânica por falta de humidade, conceber um sistema agro-silvo-pastoril que, se for bem gerido, é sustentável. É aqui especifica a forma como o coberto arbóreo permite a vida na terra (esquelética e sem água), através de criação de uma “sebe horizontal” que assegura sombra.

O montado tem características que permitem gerar externalidades positivas em termos ambientais, incluindo sumidouro de carbono, infiltração da água das chuvas, paisagem amena e rica cromaticamente, conservação de espécies raras e de raças autóctones, etc. Torna-se ainda uma mais-valia em termos de serviços ecossistema, como é o caso do contributo para a diminuição significativa do risco de incêndios reforça aquelas características do montado.

No montado de azinho os saberes-fazer tradicionais associados ao “montanheiro”, cultura extensiva e tradicional da espécie autóctone do porco alentejano, cujos produtos – principalmente carne e enchidos, estão atualmente certificados como denominação de origem protegida, integram especificidades particularmente na forma de alimentação do porco com bolota.

A exploração de recursos do montado foi fortemente regulamentada ao longo da história de Portugal, desde a 1ª dinastia: em relação às pastagens, à produção de lenha e carvão, à gestão de baldios e à renovação do coberto arbóreo, à exploração e comércio da cortiça, à produção de cereal, etc., reparando períodos ou tendências, económicas e políticas,

de excessos de exploração e consequente agravamento de diferentes desequilíbrios que colocaram e colocam em causa a sustentabilidade do sistema.

Portugal tem, atualmente, das leis menos permissivas do mundo em relação ao corte de árvores, com grande pendor protecionista para os casos do sobreiro e da azinheira, e regulação muito restrita relativa à extração da cortiça.

Além de todos os outros valores, a paisagem de montado oferece um conjunto de emoções visuais pela luz excepcional que emite, filtrada pelas copas do seu coberto arbóreo, de sobreiro e de azinheira, variável em função da sua densidade e do tipo de coberto arbustivo ou herbáceo presente e pela diversidade cromática associada aos diversos cobertos, às variações anuais e aos momentos de extração da cortiça quando os troncos dos sobreiros exibem a cor avermelhada dos taninos. Portugal precisa da paisagem do montado para encontrar a tranquilidade, o que é tão mais valioso quanto outros contextos territoriais são vítimas dos desequilíbrios dos sistemas de exploração florestal e agrícola.¹⁰

¹⁰ Texto de trabalho elaborado pela equipa da Quaternaire Portugal no Projeto CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA DE INFORMAÇÃO E SUPORTE AO SISTEMA DE MONTADO.

6. INFORMAÇÃO PARA DISSEMINAÇÃO E DIVULGAÇÃO

6.1. Introdução

Em termos de disseminação e divulgação, torna-se fundamental intensificar de imediato os canais de debate, reflexão e sensibilização da população e de todos os stakeholders para a importância estratégica da valorização do sistema agroflorestal e da paisagem cultural do montado, nomeadamente em termos do processo de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, considera-se vantajoso a organização e promoção de ações de comunicação e promoção que contribuam para uma participação mais regular dos parceiros institucionais, seja dos municípios e os órgãos da administração central com tutela sobre as diversas dimensões em causa, da comunidade científica, dos empresários, para além do envolvimento mais intenso das comunidades e de outros agentes locais.

6.2. Proposta de seminário

O Seminário Internacional será promovido pela Turismo do Alentejo, ERT, em cooperação com as entidades de tutela setorial e territorial já envolvidas na Candidatura e com intervenção mais relevante no futuro modelo de gestão da paisagem cultural do Montado: Direção Regional de Cultura do Alentejo, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

A participação destas entidades nesta fase fundamenta-se na importância de estas conhecerem as expectativas, dúvidas e motivações dos stakeholders, ao nível dos agentes públicos e privados e das comunidades, enquanto corresponsáveis pelo desenho e implementação de orientações e instrumentos de política pública com potencial impacto na sustentabilidade e valorização do sistema e da paisagem do Montado, designadamente, pela criação de condições de contrapartida e de incentivo no âmbito do futuro modelo de gestão sustentável desta paisagem cultural.

Os objetivos globais da realização do Seminário internacional serão, então, os seguintes:

- Reforçar a ativação do processo de candidatura;
- Aumentar a visibilidade institucional ao processo da candidatura;
- Dar notoriedade ao processo de candidatura;
- Favorecer o envolvimento de entidades dos diferentes setores, científico e técnico, institucional,

político e económico;

- Promover a participação da população.

1. Organização e calendário

O Seminário deverá ter lugar entre finais de setembro e início de outubro de 2019, com a duração de três dias: dois dedicados a sessões de trabalho, incluindo uma conferência inaugural, a apresentação de comunicações e a realização de mesas redondas, e um destinado à realização de visitas técnicas às áreas da Paisagem Cultural do Montado.

O Seminário deverá realizar-se num local a definir entre os 11 municípios envolvidos.

As visitas deverão contemplar diferentes componentes da Paisagem Cultural do Montado. Propõe-se a formação de dois grupos de visita:

Grupo A: Portalegre / Arronches / Monforte e Montemor-o-Novo / Évora

Grupo B: Barrancos e Serpa ou Ourique

O Seminário deverá reunir o patrocínio de diversas entidades, de acordo com um plano que deverá ser trabalhado logo após a decisão final do seu programa.

Deverão ser promovidas ações de comunicação específicas sobre a realização deste evento, dirigidas aos diversos segmentos de público a que se destina o Seminário.

2. Destinatários

O Seminário Internacional destina-se a um público amplo, pretendendo-se que participem os stakeholders associados à Paisagem Cultural, nas diversas dimensões que lhe estão associadas. Assim, deverão participar no Seminário:

Técnicos dos organismos de tutela relacionadas com o sistema do montado, incluindo as entidades parceiras da Turismo do Alentejo, ERT na promoção do Seminário

Técnicos dos municípios e comunidades intermunicipais

Outros representantes das autarquias locais (incluindo juntas de freguesia)

Proprietários e entidades representativas dos seus interesses

Produtores e outros agentes ligados aos setores económicos mais relevantes associados ao sistema do Montado e entidades representativas dos seus interesses, incluindo associações setoriais e profissionais.

Comunidade científica e técnica interessada no sistema do Montado

Tecido associativo de base local

Público em geral

3. Proposta preliminar de programa

1º Dia

Manhã, das 9.30 às 11.00 e das 11.30 às 13.00

Conferência inaugural sobre a temática da Paisagem Cultural associada a sistemas agrícolas / agro-silvo-pastoris tradicionais

Oradores: um perito internacional e um membro da Comissão Científica desta candidatura. a propor

Comunicações sobre temas de caracterização da Paisagem Cultural do Montado (6 oradores + 2 moderadores)

Oradores: convites a peritos que estão a colaborar na elaboração do dossier de candidatura; 3 em cada parte da manhã, cerca de 25 minutos cada comunicação: a propor

Moderadores: convites a dois membros da Comissão Científica a propor

Tarde, das 15.00 às 17.30

Comunicações apresentados por oradores representantes de outras Paisagens Culturais inscritas na Lista do Património Mundial convidadas

4 oradores convidados (PC a definir – ver em baixo) a propor

1 moderador (convite à Comissão Nacional da UNESCO) a propor

2º Dia

Manhã, das 10.00 às 11.00

Apresentação de trabalhos em curso: coordenação científica da Candidatura

Prof. Inocêncio Seita Coelho

Manhã, das 11.00 às 13.00

Mesa redonda com membros da Comissão Científica: Ativação científica da candidatura

Convite a 5 membros da Comissão Científica a propor

1 moderador (a designar) a propor

Tarde, das 15.00 às 16.30

Mesa redonda com participação da Secretária de Estado dos Recursos Naturais e do Ordenamento do Território, do Secretário de Estado das Florestas, do Secretário de Estado da Agricultura, da Diretora Geral do Património Cultural e do Presidente da Turismo do Alentejo: ativação política da candidatura

1 moderador (Jornalista) a propor

Tarde, das 17.00 às 19.00

Mesa redonda com futuros protagonistas e interessados (autarquias locais, proprietários, associações de produtores, comunidades): Ativação institucional / gestão

Convites a representantes das Câmaras Municipais, de Associações de produtores, de proprietários, de Associações ligadas aos temas, de personalidades representantes da sociedade civil (no máximo 6 convidados) a propor

1 moderador (a designar) a propor

3º dia

Visitas às áreas propostas para a classificação e inscrição, acompanhados por peritos e equipa técnica.

Grupo A: Portalegre / Arronches / Monforte e Montemor-o-Novo / Évora

Grupo B: Barrancos e Serpa ou Ourique

4. Convites aos participantes

Os convites às entidades e personalidades que se pretende que participem no Seminário mediante apresentação de comunicação ou participação em mesa redonda devem ser realizados logo que possível, dando-se prioridade às entidades estrangeiras, tendo em vista garantir a sua participação.

Em relação às Paisagens Culturais a convidar, sugerem-se as seguintes:

Ao nível internacional:

The Causses and the Cévennes, Mediterranean agro-pastoral Cultural Landscape - FRANÇA

This 302,319 ha property, in the southern part of central France, is a mountain landscape interspersed by deep valleys that is representative of the relationship between agro-pastoral systems and their biophysical

environment, notably through drailles or drove roads. Villages and substantial stone farmhouses on deep terraces of the Causses reflect the organization of large abbeys from the 11th century. Mont Lozère, inside the property, is one of the last places where summer transhumance is still practiced in the traditional way, using the drailles.

Critérios: iii e v

Área: 302.319ha

Coffee Cultural Landscape of Colombia - COLOMBIA

An exceptional example of a sustainable and productive cultural landscape that is unique and representative of a tradition that is a strong symbol for coffee growing areas worldwide - encompasses six farming landscapes, which include 18 urban centres on the foothills of the western and central ranges of the Cordillera de los Andes in the west of the country. It reflects a centennial tradition of coffee growing in small plots in the high forest and the way farmers have adapted cultivation to difficult mountain conditions. The urban areas, mainly situated on the relatively flat tops of hills above sloping coffee fields, are characterized by the architecture of the Antioquian colonization with Spanish influence. Building materials were, and remain in some areas, cob and pleated cane for the walls with clay tiles for the roofs.

Critérios: v e vi

Área: 141.120ha

Vineyard Landscape of Piedmont: Langhe-Roero and Monferrato - Italia

This landscape covers five distinct wine-growing areas with outstanding landscapes and the Castle of Cavour, an emblematic name both in the development of vineyards and in Italian history. It is located in the southern part of Piedmont, between the Po River and the Ligurian Apennines, and encompasses the whole range of technical and economic processes relating to the winegrowing and winemaking that has characterized the region for centuries. Vine pollen has been found in the area dating from the 5th century BC, when Piedmont was a place of contact and trade between the Etruscans and the Celts; Etruscan and Celtic words, particularly wine-related ones, are still found in the local dialect. During the Roman Empire, Pliny the Elder mentions the Piedmont region as being one of the most favourable for growing vines in ancient Italy; Strabo mentions its barrels. Paisagem vinhateira

Critérios: iii e v

Área: 76.249ha

Ao nível nacional

Alto Douro Vinhateiro, Portugal, Critérios (iii) (iv) (v), Data da inscrição: 2001, Área inscrita: 24.600 há (zona tampão: 225.400 ha). <http://whc.unesco.org/en/list/1046>

Paisagem Cultural de Sintra, Portugal, Critérios (ii) (iv) (v), Data da inscrição: 1995, Área inscrita: 946 ha (zona tampão: 3.641 ha) <http://whc.unesco.org/en/list/723>

6.3. Outras propostas no âmbito da comunicação

Para além da proposta de realização do seminário internacional, conforme referido no ponto anterior, o sistema de divulgação e disseminação deverá integrar outras atividades e suportes que venham a apoiar projetos e atividades geradoras de fluxos turísticos e a sustentar a proposta de candidatura da Paisagem Cultural do Montado aa Lista do Património Mundial.

Inscrevem-se dentro dessas ações as seguintes propostas:

a) Série de workshops para envolvimento de parceiros

Esta série de reuniões destina-se a cumprir os seguintes objetivos: Acentuar a cooperação com entidades de tutela setorial e territorial; Partilhar informação e propor reflexão alargada sobre os processos e os objetivos das classificações; Robustecer a rede de parceiros no processo; Dar visibilidade regional ao processo de candidatura.

b) “Espaço de opinião” no site da Turismo do Alentejo

Os objetivos pretendidos com esta atividade são: Aumentar o acesso informação sobre os quadros legais e institucionais sobre património classificado e património mundial; Aumentar o acesso à informação sobre a candidatura da PCM à inscrição na Lista do PM da UNESCO e a sua classificação nacional; Aumentar o acesso informação sobre os quadros legais e institucionais sobre património classificado e património mundial; Aumentar o acesso à informação sobre a candidatura da PCM à inscrição na Lista do PM da UNESCO e a sua classificação nacional; Facilitar o conhecimento, identificação e atualização do património cultural existentes; Criar notoriedade para o processo e a candidatura.

c) *Newsletter* (bimensal) da Candidatura da Paisagem Cultural de Montado

Neste caso, trata-se de um outro suporte de divulgação da Paisagem Cultural do Montado que pode contribuir para: Partilhar a gestão de informação de forma concertada entre as entidades principais envolvidas; Aumentar o acesso à informação sobre a candidatura da PCM à inscrição na Lista do PM da UNESCO e a sua classificação nacional; Criar notoriedade para o processo e a candidatura; Envolver as comunidades no processo de salvaguarda da PCM.

